

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL – UFMS

CAMPUS DE AQUIDAUANA

**DE TERRITÓRIO GUARANI A TERRITÓRIO PATRIMONIAL: ESTUDO DOS SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS AGÜINHA E LAGOA SECA II.**

Janete Valéria dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins

AQUIDAUANA

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL – UFMS

CAMPUS DE AQUIDAUANA

Janete Valéria dos Santos

DE TERRITÓRIO GUARANI A TERRITÓRIO PATRIMONIAL: ESTUDO DOS SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS AGÜINHA E LAGOA SECA II.

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do Título de Mestre em
Geografia.

Área de concentração – Produção do Espaço
Regional.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins

Este exemplar corresponde a versão final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 25/09/2006.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins

Profa. Dra. Neide Barrocá Faccio

Profa. Dra. Emília Mariko Kashimoto

O que está em jogo não são os olhos, mas os acordos institucionais que fazem com que vejamos ou não vejamos (ALVES, 2000, p. 213).

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas e instituições colaboraram, seja direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho. A elas, meus sinceros agradecimentos, como:

Ao Prof. Dr. José Luiz de Moraes por levar adiante o projeto arqueológico chamado Projeto Paranapanema, desdobrando as oportunidades para a realização de variadas pesquisas envolvendo o Vale do Rio Paranapanema, margem paulista, e assim o avanço da ciência arqueológica e outras ciências afins, tal como se pretende neste presente estudo.

A Profa. Dra. Neide Barrocá Faccio, por ter sido a responsável por me apresentar o caminho da práxis arqueológica. No entanto, meu agradecimento abrange algo maior, que é agradecê-la pela amizade, carinho e confiança que sempre depositou e deposita em mim.

Ao Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins pelo incentivo, sugestões e paciência sempre presentes em sua competente orientação.

Aos colegas de laboratório, Emanuel e Paulo, pelas idéias tão valiosas para a realização deste trabalho.

A amiga Patrícia Assari pela ajuda nas traduções e pela imensa torcida.

A amiga Silvinha, minha irmãzinha de coração, que acompanhou de perto minhas angústias e me ajudou em tantos momentos. Preciosa é nossa cumplicidade.

As minhas amigas Milena e Lizânia, pelo apoio e pelo carinho.

Ao Edmur e ao José Carlos (Pit) pela força e ajuda na fase final.

Ao meu irmão Cleiton, que mesmo distante, sempre que possível me incentiva,

Aos meus companheiros do Banco Nossa Caixa – Fátima, Patrícia, Rosecler, Renato, Ângelo, Carol e Daniela – pela força e compreensão nas horas de minha ausência frente às atividades do meu mestrado;

Finalmente, aos meus pais, pela confiança, pelo amor, pelo apoio e por acreditarem em mim, e a quem peço desculpas pelos momentos de ausência nos últimos tempos.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado busca contribuir com as pesquisas arqueológicas realizadas no Vale do Rio Paranapanema, Oeste Paulista, em especial, na área que viria a constituir o Município de Iepê. Inserindo-se nos objetivos adotados pelo Projeto Paranapanema (ProjPar), com a realização desta investigação, aprofundam-se conhecimentos teóricos e metodológicos sobre elementos da cultura material de duas ocupações pré-coloniais Guarani, sendo elas: os sítios arqueológicos Agüinha e Lagoa Seca II. Destaca-se, ainda, a importância da fundação do Centro Cultural Armando Cavichioli e Museu do Índio de Iepê, onde a ordem é educar para formação do cidadão, tendo como ponto de partida a utilização dos elementos pré-coloniais da cultura material indígena e elementos históricos, que remetem à história da cidade de Iepê.

Envolvendo os termos paisagem, território, espaço, tempo e lugar reconhece-se o sítio arqueológico como cenário de um modo de vida Guarani e, portanto a sua condição de lugar e/ou de território Guarani. Paralelamente, destaca-se que os sítios arqueológicos compõem um tipo de território do patrimônio cultural, haja vista a apropriação simbólica que recai sobre os vestígios culturais de povos indígenas, mediante a discussão de identidade e memória coletiva.

Nas palavras de Andrade (2002, p. 23), “patrimônio cultural está intimamente ligado com o passado, que só se busca identificar na medida em que se procura constituir a própria identidade do grupo, que foi ou está sendo construída ao longo do tempo”. Nesse sentido, os elementos materiais da cultura Guarani, englobando os sítios arqueológicos, são indicativos da identidade, da ação e da memória dos índios Guarani e, por extensão, fazem parte da história da própria sociedade brasileira. “É importante frisar que a idéia de sociedade brasileira não exclui as especificidades étnico-culturais dos indígenas, mas sim, leva em consideração o seu papel fundamental na construção da identidade nacional” (SCHAVIETTO, 2005, p. 86).

Unitermos: Cultura Guarani, indústria cerâmica, patrimônio cultural brasileiro, território, paisagem, identidade, salvamento arqueológico, Projeto Paranapanema.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to contribute to the archaeological researches taken place in the Paranapanema River Valley, West of São Paulo State - Brazil, especially the area that comprises the town of Iepê. Inserting itself within the objectives adopted by the Paranapanema Project (ProjPar), with the realization of this investigation, theoretical and methodological knowledge are deepened about the elements of the material culture of two pre-colonial Guarani places, which are: the archeological sites Agüinha and Lagoa Seca II. It is also highlighted the importance of the foundation of the Indian Museum in Iepê, where the motto is to educate for the creation of the citizen, beginning with the use of elements of the material culture.

Involving the terms landscape, territory, space, time and place the archeological site is recognized as scenery of a Guarani life style and, therefore the condition as a Guarani place and/or territory. In parallel, it is highlighted that the archeological sites make up a kind of territory of the cultural patrimony, due to the symbolical appropriation that falls on the cultural remains of the indigenous peoples, at the discussion of identity and collective memory.

In the words of Andrade (2002, p. 23), "cultural patrimony is closely linked to the past, which is only sought as we only try to identify as we try to constitute the own identity of the group that was or has been built as time goes by". This way, the material elements of the Guarani culture, comprising the archeological sites, indicate the identity, the action and memory of the Guarani indigenous people, and, by extension, are part of the history of the Brazilian society itself. "It is important to emphasize that the idea of Brazilian society does not exclude the ethnical and cultural specificities of the indigenous people, but takes into consideration its fundamental role in the construction of the national identity" (SCHAVIETTO, 2005, p. 86).

Uniterms: Guarani Culture, pottery, Brazilian cultural patrimony, territory, landscape, identity, archeological rescue, Paranapanema Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1- Paisagem e os sítios arqueológicos pré-coloniais guaranis	20
CAPÍTULO 2- Territórios: uma análise de sítio arqueológico	29
CAPÍTULO 3- Patrimônio e identidade	44
CAPÍTULO 4 Etno-história: de onde vieram e quem eram os índios da etnia Guarani	63
CAPÍTULO 5- Por uma história guarani no Vale do Rio Paranapanema, margem paulista	84
5.1 O Projeto Paranapanema (ProjPar) e os trabalhos de salvamento arqueológico.....	85
5.2 A práxis arqueológica no procedimento de análise do material cerâmico	96
5.3 Análise do material cerâmico dos sítios Agüinha e Lagoa Seca II	104
5.4 Reconstituição gráfica das formas das vasilhas dos sítios e sua relação com as formas inteiras da área do ProjPar	120
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
APÊNDICE	150
ANEXOS	165

Lista de Tabelas

TABELA 1: Categorias de fragmentos das indústrias cerâmicas.....	105
TABELA 2: Tipos de antiplásticos presentes na pasta cerâmica das indústrias cerâmicas	106
TABELA 3: Tipos predominantes de decoração das indústrias cerâmicas	108
TABELA 4: Frequência dos tipos de bordas	118
TABELA 5: Frequência dos tipos de lábio.....	119
TABELA 6: Frequência das formas das vasilhas reconstituídas.....	119
TABELA 7: Formas de vasos inteiros: características. Vale do Rio Paranapanema.....	126

Lista de Figuras

FIGURA 1: Área do ProjPar.....	15
FIGURA 2: Iepê-SP: Sistemas Regionais de povoamento	91
FIGURA 3: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	112
FIGURA 4: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	112
FIGURA 5: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	112
FIGURA 6: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	113
FIGURA 7: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	113
FIGURA 8: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	113
FIGURA 9: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	114
FIGURA 10: Cerâmica pintada. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	114
FIGURA 11: Cerâmica pintada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo.....	115
FIGURA 12: Cerâmica pintada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo.....	115
FIGURA 13: Cerâmica pintada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo.....	115
FIGURA 14: Cerâmica pintada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo.....	116
FIGURA 15: Cerâmica pintada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo.....	116
FIGURA 16: Vasos inteiros do Sítio Arqueológico Aguinha, Iepê, São Paulo	121
FIGURA 17: Vasos inteiros do Sítio Arqueológico Aguinha, Iepê, São Paulo	122
FIGURA 18: Vasos inteiros do Sítio Arqueológico Lopes, São Paulo	123
FIGURA 19: Vasos inteiros das instituições da área do ProjPar	124
FIGURA 20: Vasos inteiros do museu arqueológico da Unesp – Presidente Prudente, São Paulo	125
FIGURA 21: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	128
FIGURA 22: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	129
FIGURA 23: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	131
FIGURA 24: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	132
FIGURA 25: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	134
FIGURA 26: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	135
FIGURA 27: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	136

FIGURA 28: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	137
FIGURA 29: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	138
FIGURA 30: Reconstituição gráfica das vasilhas Guarani	139

Lista de Fotos

FOTO 1: Museu do Índio de Iepê.....	16
FOTO 2: Evidenciação de concentração de vestígios arqueológicos. Sítio Arqueológico Lagoa Seca, Iepê, São Paulo	21
FOTO 3: Área de trincheiras. Sítio Arqueológico Aguinha, Iepê, São Paulo.....	21
FOTO 4: Sítio Arqueológico Lagoa Seca, Mesorregião da Capivara, Iepê.....	92
FOTO 5: Área do Sítio Lagoa Seca, Mesorregião da Capivara, Iepê.....	92
FOTO 6: Área de Decapagem, Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.....	94
FOTO 7: Área de Decapagem, Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo	94
FOTO 8: Área do Sítio, Evidenciação de Urnas Funerárias. Sítio Arqueológico Agüinha, Iepê, São Paulo.....	95
FOTO 9: Fragmento cerâmico reaproveitado como polidor de sulco Sítio Arqueológico Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.....	106
FOTO 10: Cerâmica corrugada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo.....	108
FOTO 11: Cerâmica ungulada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo	109
FOTO 12: Cerâmica Incisa. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.	109
FOTO 13: Cerâmica nodulada. Sítio Aguinha, Iepê, São Paulo.....	110
FOTO 14: Urna encontrada em contexto de enterramento contendo duas miniaturas. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.....	141
FOTO 15: Vaso Profundo. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.....	141
FOTO 16: Vaso Profundo. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo	142
FOTO 17: Miniatura encontrada na urna corrugada. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo	142
FOTO 18: Miniatura encontrada na urna corrugada. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo	143
FOTO 19: Vaso profundo doado por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo	143
FOTO 20: Vaso profundo, com borda corrugada. Sítio Arqueológico Agüinha,	

Município de Iepê, São Paulo.....	144
FOTO 21: Tigela rasa com base e borda fragmentada. Sítio Arqueológico Agüinha, Iepê, São Paulo	145
FOTO 22: Tigela rasa com parte da borda fragmentada. Sítio Agüinha, Iepê, São Paulo	145
FOTO 23: Tigela funda doada por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.....	146
FOTO 24: Miniatura doada por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.....	146
FOTO 25: Miniatura doada por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo	147

INTRODUÇÃO

Todos somos Brasil. O problema é saber como somos Brasil, isto é, conhecer e reconhecer, dentro da totalidade brasileira, a particularidade própria, que com ela se articula, para poder propor uma ação política e, mesmo, uma teoria do Brasil, isto é, uma ação política conseqüente que possa ser eficaz e que não seja o resultado de propostas isoladas, pequenas, fragmentárias. Saber quem somos é possível somente se sabemos quem somos em relação a outros, ninguém é em abstrato, não existe um ser em absoluto. A existência é o resultado de acontecimentos sociais, somente mensurável na relação com o outro, que pode ser, como está sendo, uma relação que esgota, mas que pode ser estudada a partir dessa realidade (SANTOS, M., 2002, p. 9 apud SCHIAVETTO, 2005, p. 86-87).

Imagino que o leitor, muito provavelmente, deve estar questionando o porquê do tema desta pesquisa e assim explico que tudo começou quando da minha participação em um trabalho de salvamento arqueológico no âmbito do Projeto Paranapanema a ser realizado em um sítio pré-colonial Guarani, localizado no Município de Iepê, em 2002. E, nesse sentido, mais que recolher vestígios cerâmicos e líticos expostos na superfície, compondo um sítio arqueológico emerso das águas do lago da Usina Hidrelétrica da Capivara, a atividade de salvamento arqueológico revela-se plural nos seus fins interpretativos, o que faculta a contribuição de ciências afins como a Geografia.

Dessa atividade de salvamento de vestígios culturais pré-coloniais de grupos Guarani, surgiu o intento desta dissertação: fazer uma leitura geográfica dos sítios arqueológicos, buscando entendê-los como territórios a partir da correlação dos termos paisagem, índios, cultura, identidade, patrimônio e problemática ambiental. Sabe-se, assim, que para além da Geografia e Arqueologia, há outras ciências que vieram se somar para a realização desse objetivo, tais como a História, a Antropologia, a Etnologia; principalmente quando se trata de inventariar quem são os índios Guarani pré-coloniais, de onde vieram, como era sua cultura e como reagiram frente aos grupos europeus durante os séculos XVI e XVII.

Para a Arqueologia, conforme definem alguns autores (SCATAMACCHIA, 1990; MARANCA, 1985; OLIVEIRA, 2002; FACCIO, 1998) esta é uma ciência empenhada

no estudo do modo de vida de populações por meio dos seus vestígios materiais, sendo as fontes não-escritas seu material de trabalho por excelência. Como materializações de uma cultura pretérita, os vestígios arqueológicos são matérias-primas potenciais para investigar o sentido simbólico-imaterial da cultura, a partir da sistematização de características como tecnologia, matéria-prima, utilidade, estado de conservação etc.

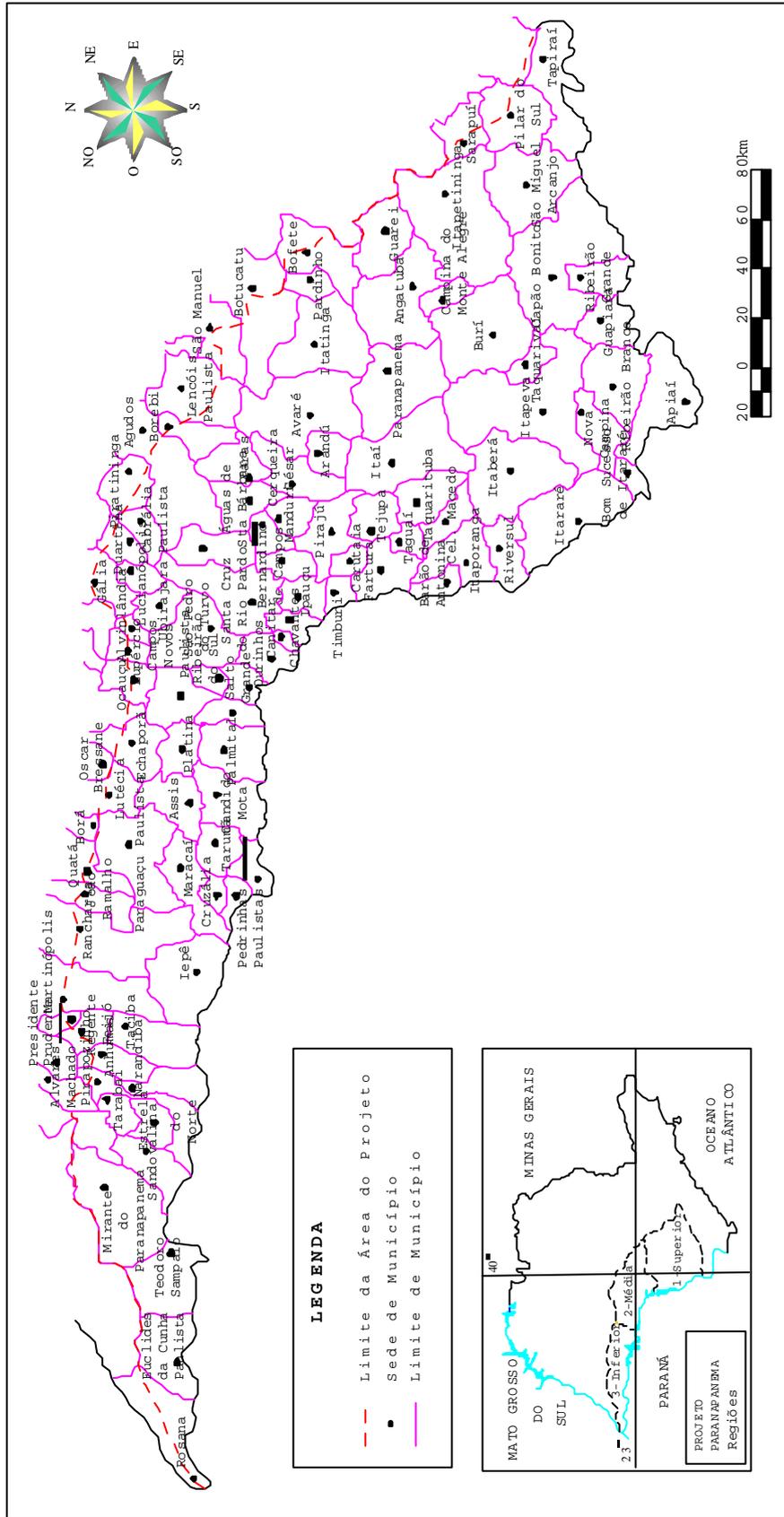
Dessa maneira, estima-se, a princípio, o papel contribuidor que compete à Arqueologia, uma vez que os pressupostos metodológicos atêm-se ao resgate, estudo e conservação de objetos culturais¹ que, de alguma forma, encontram-se sob o risco de deteriorização e extinção, principalmente quando pertencentes a populações que viveram na pré-história ou em época pré-colonial, adequando-se ao caso em epígrafe. Por conseguinte, além de buscar uma lógica cultural pretérita envolvendo os artefatos, de preferência com a análise conjunta dos artefatos no contexto do lugar onde foram produzidos, a Arqueologia tem servido indiretamente como meio facilitador para a (re)significação desses objetos como ícones representativos da identidade brasileira, haja vista a disponibilização de conhecimentos para constituir em memória coletiva.

Paralelamente, sob a discussão da problemática ambiental é que se faz legítima a criação de políticas públicas que visem a preservar e/ou conservar, em geral, os variados tipos de patrimônio cultural. Ressalta-se, então, a condição política e social motivadora à instauração de projetos de salvamento arqueológico sob o financiamento direto das empresas vinculadas a atividades de grande impacto no ambiente, tais como as usinas hidrelétricas, haja vista que, a não preservação do ambiente onde os sítios arqueológicos estão inseridos significa a perda de um exemplar cultural pregresso – reconhecendo que a condição do sítio arqueológico como patrimônio advém de “lugar territorializado Guarani”, e, intrinsecamente, os objetos Guarani que dão conformidade espacial ao sítio arqueológico.

Nesse sentido, é imperioso frisar a importância do financiamento do Projeto Paranapanema pela Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), o qual fortaleceu e ampliou as ações de pesquisas arqueológicas por todo o Vale do Rio Paranapanema, lado paulista, influenciando, efetivamente, a partir de 1992, na inserção do Município de Iepê, Oeste Paulista, dentre as atividades de salvamento arqueológico do projeto (**FIGURA 1**).

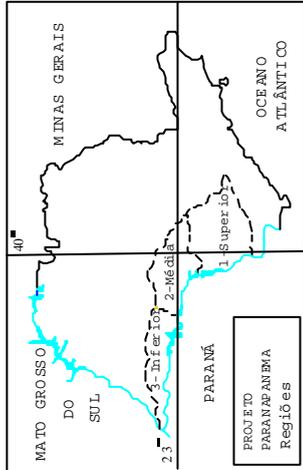
¹ É interessante destacar que estudos inseridos na linha da arqueologia histórica vêm ganhando notoriedade, na razão também do debate recente sobre a problemática ambiental.

MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ÁREA DO PROJETO PARANAPANEMA REGIÕES DO PROJETO



LEGENDA

- - - Limite da Área do Projeto
- Sede de Município
- Limite de Município



Fonte: Plano Cartográfico do Estado de São Paulo - Regiões de Governo, 1992; Projeto Paranapanema - Regiões, 1992.
Organização: Neide Barrocá Faccio
Digitalização: Wolmar Sabino/Cleber Gonzales

FIGURA 01

Assim, como foco de análise para este estudo, ressaltam-se as evidências pré-coloniais de grupos Guarani produzidas em Iepê, onde frente às intervenções arqueológicas, cada vez mais, têm-se tomado consciência da participação dos elementos da cultura material dos grupos Guarani pré-coloniais na composição da paisagem em Iepê, nas margens do Rio Paranapanema, mediante o número de assentamentos já estudados. Hoje, um total de doze sítios arqueológicos pré-coloniais pertencentes a grupos Guarani é conhecido. Dentre eles estão os Sítios Arqueológicos Agüinha e Lagoa Seca II, os quais compõem meu objeto de estudo.

No âmbito desse contexto arqueológico de Iepê, destaca-se que essas pesquisas impulsionaram a criação do Centro Cultural Armando Cavichioli e Museu do Índio em Iepê, onde, paralelo ao objetivo de proteger o material arqueológico recolhido nesses sítios e em outros, também se deu atenção aos bens patrimoniais relacionados ao período histórico do município. Além de fazer dele um lugar que abriga os vestígios arqueológicos, o museu constituiu-se em ferramenta voltada à difusão e conhecimento desses patrimônios culturais pela população local e regional (**FOTO 1**).



Foto 1: Fachada do Centro Cultural Armando Cavichioli e Museu do Índio de Iepê, Município de Iepê, SP, após restauração².

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).

² Destaca-se que desde o mês de julho/2006, o museu encontra-se, temporariamente, com suas atividades paralisadas devido sua transferência para outro imóvel da cidade de Iepê.

Sendo assim, esta pesquisa, voltada ao estudo das indústrias ceramistas dos Sítios Arqueológicos Lagoa Seca II e o Sítio Agüinha (**ver capítulo 5**), enquadra-se no propósito apontado por Souza (2003, p. 19) que:

a releitura de acervos de museus constitui uma maneira de valorizá-los e, de acordo com Jorge (1990), a melhor forma de defender o patrimônio é estudá-lo. Portanto, a releitura de pesquisas arqueológicas valoriza e multiplica o valor do patrimônio cultural, pois nela se inserem novas perspectivas, novas informações e, dessa forma, essas pesquisas trazem luz a novos reconhecimentos para as sociedades nacional, regional e local.

Ou seja, o sítio arqueológico, como materialidade apreendida hoje, fez parte de uma condição pretérita de lugar para os índios Guarani pré-coloniais, onde se desenvolvia o modo de 'ser' Guarani e, portanto, numa condição de organização de território(s), o qual pode ter se estendido por uma abrangência espacial maior que dotamos ao sítio arqueológico (**Ver capítulo 4**).

Paralelamente, para o “lugar territorializado Guarani” quando reconhecido na sua configuração de “sítio arqueológico”, é atribuído-lhe novos usos, funções e significados a partir da lógica do patrimônio cultural brasileiro, envolvendo representação de identidades e memórias.

O entendimento dos vestígios arqueológicos Guarani como bens do patrimônio cultural brasileiro significa dizer que são representantes de uma situação cultural pregressa, bem como, de forma consciente, deseja-se legá-los a futuras gerações de brasileiros, como a outros povos do mundo também. Assim, o passado dá um sentido de identidade, de pertença e possibilita ter consciência da nossa continuidade como pessoas através do tempo (SILVA, E., 2005).

Dessa forma, como esclarece Geraldês (2001, p. 5-6):

identidade implica semelhança a si próprio e fundamenta a condição de vida psíquica e social do indivíduo. No contexto contemporâneo, a identidade tem sido um dos elementos mais discutidos e importantes. Se anteriormente podia ser trabalhada por seu aspecto 'exclusivo' (no sentido de excluir, escolher por eliminação ou alternativas), hoje a identidade se revela mais enquanto um processo seletivo que admite escolhas múltiplas e simultâneas (ser isto e aquilo ao mesmo tempo), colocando em cheque as abordagens baseadas em dicotomias e pares de opostos.

A identidade é, antes de tudo, um processo de construção de imagem, orientado por valores determinados, cabendo à memória o papel de referência do indivíduo e da coletividade nos processos de mudança intrínsecos à existência humana.

Ou seja, além de constituir um fim como objeto de estudo inserido numa pesquisa arqueológica, os sítios arqueológicos e, por extensão, os próprios vestígios culturais pré-coloniais Guarani, adquirem o fim de representar simbolicamente identidade(s), a princípio, pertinente aos sujeitos que se identificam como índios Guarani e, de uma forma

mais ampla, àqueles que se identificam como brasileiros, por reconhecerem que os sítios arqueológicos de grupos indígenas pré-coloniais referem-se à própria condição de formação de identidades formadoras da sociedade brasileira.

Nessa lógica de cunho cultural, destaca-se a discussão envolvendo o termo paisagem, que mais do que referência à concretude do lugar, é reflexo da maneira particular que o sujeito, de acordo com sua condição geográfica e histórica, apropria-se intelectualmente do lugar, envolvendo assim a paisagem numa dinâmica social em que tal sujeito está inserido (**Ver capítulo 1**).

Em paralelo, não se pode negar que a paisagem é um acúmulo de tempos, haja vista que ela, em geral, na sua constituição como um fragmento paralisado da realidade mutável do lugar, contém formas espacializadas novas e antigas. A partir do estudo de tais formas presentes no lugar (presentes por meio da paisagem), buscando suas contextualizações históricas quando foram produzidas, chegaremos, às relações sociais inerentes a todo tipo de atividade humana, e, portanto, à discussão de territórios como conformação espacial de controle do lugar em parcelas delimitadas por determinados grupos sociais.

Ou seja, como expressão espacializada de processos sociais ocorridos no lugar ao longo dos anos, a condição da paisagem revela-se como matéria-prima para constituir e/ou desvendar o sentido de território(s) que essas formas espaciais encerram, como por exemplo, os sítios arqueológicos, perante o processo social em que estão e/ou estiveram envolvidos.

Baseada nas últimas considerações mencionadas referente ao capítulo primeiro, intitulado “paisagem e os sítios arqueológicos pré-coloniais Guarani”, a presente dissertação de mestrado está estruturada em mais quatro capítulos, abordando cada um deles os seguintes assuntos:

No **segundo capítulo** – Territórios: uma análise do sítio arqueológico – discorre-se sobre as diversas reavaliações dos conceitos de território relacionando a definição adotada para sítio arqueológico, no âmbito do Projeto Paranapanema. Nesse sentido, os sítios arqueológicos são reconhecidos como expressão da organização espacial do território Guarani e como apropriação da lógica patrimonial. Com efeito, os valores patrimoniais são a causa de fundamentação à discussão dos valores socioculturais reunidos no/do sujeito para constituição da paisagem em estudo neste trabalho.

No **terceiro capítulo** – Arqueologia, patrimônio e identidade – é abordada uma problematização acerca da idéia de patrimônio cultural, o qual está intimamente ligado aos conceitos de identidade e memória para dotá-lo de uma definição válida e viável. Bem

como, ressalta-se a implicação que a práxis arqueológica traz ao lidar com artefatos culturais, num processo que se inicia com a própria seleção de quais objetos são estudados e como são estudados e, por fim, o retorno social voltado aos cidadãos, com um fim educativo-político, mediante a divulgação dos resultados sistematizados pelas pesquisas arqueológicas.

No **quarto capítulo** – Etno-história: de onde vieram e quem eram os índios da etnia Guarani – busca-se reunir informações que dêem respaldo para revivificar a realidade pré-colonial dos grupos Guarani quando ocuparam o Oeste Paulista, a fim de inserir os vestígios arqueológicos, com seus usos, funções e significados, no seu contexto pretérito Guarani.

No **quinto capítulo** – Por uma história Guarani no Vale do Rio Paranapanema, margem paulista – apresenta-se uma sistematização dos estudos arqueológicos realizados no âmbito do Projeto Paranapanema (ProjPar), os quais envolvem o Município de Iepê-SP, com destaque para a análise do material cerâmico coligido nos sítios arqueológicos Agüinha e Lagoa Seca II³.

Em resumo, a presente dissertação de mestrado tem por objetivo reconhecer os diferentes conteúdos sociais que se sistematizam hoje nas estruturas de dois sítios arqueológicos de populações ceramistas-agricultores pré-coloniais Guarani, localizados às margens do Rio Paranapanema, Município de Iepê-SP, implicando na análise de território como progresso Guarani e como patrimônio cultural brasileiro. Ou seja, essa atitude significa buscar os processos de organização entre os homens que culminaram na produção da forma-paisagem e que, por sua vez, a atitude patrimonial tem influência na dinâmica da sociedade que vive nesse município tendo como base a criação do Centro Cultural Armando Cavichioli e Museu do Índio de Iepê⁴.

³ Destaca-se que o sítio arqueológico Lagoa Seca II foi objeto de financiamento do CNPq como estágio de iniciação científica, sendo uma parte desta indústria ceramista estudada por mim e outra pelo colega de graduação Manoel Martins dos Reis, a partir do ano de 2002. É importante esclarecer que o estudo de Reis teve como enfoque o material do Sítio Lagoa Seca II que foi coletado mediante sua deposição sobre os limites do Sítio Lagoa Seca I, um sítio de caçador-coletor. Por sua vez, o sítio Agüinha foi estudado pelo colega Paulo Roberto da Silva Ruiz, a partir do ano de 2002, mediante o financiamento da FAPESP para a pesquisa de iniciação científica.

⁴ É interessante abrir um parêntese referente à palavra Iepê que, sendo um termo proveniente da língua tupi-guarani, significa “liberdade”.

CAPÍTULO 1

PAISAGEM E OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-COLONIAIS

GUARANI

A paisagem tida como ponto de partida à elaboração deste estudo faz referência espacial a dois assentamentos pré-coloniais de grupos Guarani, localizados às margens do Rio Paranapanema, Município de Iepê, São Paulo.

Tais assentamentos ou “núcleos de solo antropogênico”, conforme a terminologia arqueológica, designam a constituição de um sítio arqueológico, o qual, para efeito das ações do ProjPar, é definido como “[...] a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado” (MORAIS, 1998, p. 41).

Nesse sentido, remetemo-nos aos sítios arqueológicos Agüinha e Lagoa Seca II, como paisagens a serem investigadas e, num segundo momento, como territórios, ora território Guarani, ora território do patrimônio cultural brasileiro. Neste último caso, destaca-se que os sítios arqueológicos são apreendidos como componentes do patrimônio cultural, por meio dos objetos culturais – em geral, cerâmicas e líticos – que dão testemunho “material” de um modo de vida pretérito Guarani desenvolvido nesses locais.

Segundo Andrade (2002, p. 92-93), “a análise geográfica ocupa um lugar em qualquer investigação sobre as civilizações”, haja vista que

é no trabalho e pelo trabalho que materializamos o tempo e damos vida às espacializações. Enquanto o tempo trabalha em nós, no espaço do nosso corpo deixando a sua cronologia, é por meio do trabalho, da ação humana, que o tempo se materializa no que construímos, se ‘amarra’ em algum lugar; substancializa uma espacialidade. Assim representamos e simbolizamos espaços e tempos unos e múltiplos (RIQUE, 2004, p. 16).

O sítio arqueológico na sua própria definição evoca essa “amarração”, ao referenciar, no lugar, a presença de objetos culturais pretéritos, como é o caso dos vestígios pré-coloniais Guarani que, em suma, correspondem à materialização de um trabalho desempenhado por homens e mulheres Guarani. Nesse sentido, é importante frisar que o sítio arqueológico só existe na sua tênue ligação entre presente/passado e futuro. Assim, ele é uma referência do tempo no lugar.

Nossa paisagem objeto de estudo é uma composição do lago da Usina Hidrelétrica da Capivara, área de pastagens, vestígios arqueológicos e equipe de arqueólogos que, juntos, traduzem-se em transformação constante na configuração espacial do lugar. Se por vezes, tem-se em evidência o lago hidrelétrico como fenômeno de ocupação espacial variante, por outro lado, quando o nível da água do lago diminui, esse lugar é um misto dinâmico entre sítio arqueológico, pastagens, plantações e o lago; numa confluência entre formas antigas e formas novas (**FOTOS 2 e 3**).



Foto 2: Área do sítio, evidenciando concentração de vestígios arqueológicos. Sítio Arqueológico Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (1999).



Foto 3: Área de trincheiras. Sítio Arqueológico Agüinha, Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).

Como se visualiza na foto dois, há uma diferença de tonalidade no solo que, arqueologicamente, constitui indício de concentração de vestígios. Paralelamente, percebe-se

que as gramíneas foram crescendo à medida que houve o recuo da água do Rio Paranapanema, situado ao fundo desta imagem. Por sua vez, a foto três, mostra uma visão panorâmica da organização do trabalho no sítio arqueológico, mediante a abertura de trincheiras.

Desse contexto, composto pela evidenciação de vestígios arqueológicos emersos, é que se destaca a possibilidade de concretização de um trabalho arqueológico de resgate dos objetos da cultura material Guarani, a partir do qual se atribuiu uma nova dinâmica a tais objetos, revitalizando-os e, assim, estabelecendo o primeiro contato com o objeto de nossa análise.

Como nos lembra Rique (2004, p. 17),

quando observamos um lugar construído com tudo o que ele contém, aí está a cristalização cronológica do tempo e do espaço de relações no resultado do trabalho. Essa cristalização cronológica é a síntese de ‘n’ lugares, ‘n’ momentos espaciais com seus tempos de trabalho, com os tempos das emoções, das consciências e os espaços dos valores morais -éticos-políticos das individualidades, que dão concretude ao coletivo (nele mesmo abstrato), e que executam o que os sentidos podem apreender no âmbito do senso-comum [...].

Dessa consideração, referente aos vestígios arqueológicos, é imperioso destacar uma diferença entre lugar e espacialidade, de suma importância, principalmente quando se pensa o sítio arqueológico como ‘lugar’ voltado a uma relação de pesquisa-aprendizado. A princípio, a presença desses vestígios, num solo, numa área, por si só não determina o qualificativo de sítio arqueológico, como também de “lugar”, ou como estruturas de uma paisagem a ser estudada; mas apenas indica que esses vestígios são reflexos de uma espacialidade pretérita. Como já mencionado, os vestígios arqueológicos são **momentos espacializados**, resultado de trabalho produzido e, por isso, são passíveis de uma localização de acordo com as coordenadas geográficas.

Portanto, o que é determinante para que uma certa área seja instituída como “lugar-sítio arqueológico”? Seria uma concentração de objetos num local?

Nas palavras de Rique (2004, p. 34, grifos nosso) referente a lugar, a autora exemplifica que,

[...] os lugares têm vida, as espacialidades, não. Nos lugares as pessoas estão praticando alguma ação; aí há relações inter-pessoais diversas. Por exemplo, o lugar sala de aula é caracterizado pela troca de saberes, entre alunos e professor, durante um exercício de ensino-aprendizagem; as ações são claras, há vida. Quando a aula termina e as pessoas saem, o lugar sala de aula é metamorfoseado numa espacialidade morta. Toda espacialidade é morta, visto que ela só contém trabalho morto; se nela, de um momento para outro, passam pessoas, ou acontece qualquer atividade, ela é transformada de espacialidade morta em lugar vivo. Portanto, não existem lugares vazios e sim espacialidades mortas.

É de acordo com essa observação de Rique, que o lugar sítio arqueológico só se constitui mediante o seguinte quadro: seria a localização de determinados objetos, os quais reconhecidos de um valor cultural de cunho arqueológico-patrimonial, constitui razão motivadora para que uma equipe de arqueólogos oficialize esse lugar como sítio arqueológico, alterando a relação homem-meio, ao passo que esse valor cultural é integrado às regras sociais para uso do lugar.

Assim, deve-se frisar que mediante a inserção do sítio a objetivos de um projeto científico e/ou ainda a necessidades de uma Arqueologia de Contrato, com o fim de conhecer, de maneira imediata, os pormenores de uma história pretérita aí desenvolvida, esse lugar passa a ser palco de uma atividade de salvamento arqueológico, sob responsabilidade de uma equipe de Arqueologia.

Nesse sentido, a oficialização de um sítio arqueológico é um reflexo do movimento intelectual do sujeito em permear fronteiras entre o nós e eles, o conhecido e o desconhecido, principalmente, quando se refere ao estudo de sítios arqueológicos pertencentes a populações pré-coloniais, haja vista que há um tempo cronológico que impossibilita o contato direto entre o cientista-investigador e os investigados.

Portanto, ressaltando a relação sujeito-objeto necessária em todo processo de construção/obtenção do conhecimento, essa investigação arqueológica, num primeiro instante, parte do pressuposto de que os vestígios arqueológicos são referências espaciais a antigas áreas de ocupação indígena, para que, posteriormente, seus resultados impliquem em extrapolar o senso-comum, que os classifica, por vezes, como um “monte de cacos quebrados, como essas coisas velhas e inúteis jogadas ao léo⁵”. Em outras palavras, mais do que constituir uma “pista” para localizar antigos locais de habitação Guarani, almeja-se que os vestígios sejam compreendidos pelas pessoas que estabelecem algum tipo de contato com tais objetos, como indicadores e provas concretas de uma organização social pretérita do grupo Guarani, a qual explica a ordem espacial de localização para cada estrutura desse lugar arqueológico.

Por consequência deste processo de aprendizado arqueológico, é inerente reconhecer que a condição de existência do sítio arqueológico ressalta a síntese da presença de “n” lugares no ‘lugar sítio arqueológico’, tais como: um lugar territorializado Guarani e um lugar territorializado patrimonial. Como também, reconhece-se que é devido ao fator

⁵ Tal jargão pejorativo decorre, por vezes, do modo como as pessoas, no âmbito do senso comum, referem-se aos vestígios arqueológicos quando os encontram.

patrimônio cultural⁶ que tem havido, cada vez mais, uma mudança de postura frente aos objetos e lugares que representam uma faceta da criatividade humana, como os de grupos indígenas pré-coloniais Guarani, o que, portanto, dá condições de analisar tais objetos e lugares como foco de uma paisagem. Em geral, a postura imediata é estudar e proteger esses objetos e/ou lugares do desgaste, da destruição⁷, visto que são tidos como portadores de “memória”.

Seguindo esse raciocínio, a lógica cultural tem um papel intrínseco a cada grupo que, para se constituir, apropria-se de um espaço e tempo para lhe servir de suporte, visto que “não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço” (MORAES, 1988, p. 16, grifos nosso).

Nessa lógica, concorda-se que

em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura. Sua tradução mais completa foi registrada na história pela elaboração do conceito de paisagem, que, longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio, é também a materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios⁸ (LUCHIARI, 2001, p. 11, grifos nossos).

⁶ Segundo Andrade (2002), pode-se considerar como sendo Patrimônio Cultural todo o conjunto de bens materiais ou não, mas que seja representativo da história de determinados grupos de uma sociedade, conferindo-lhes identidade, que no caso em epígrafe, toma-se como destaque, o patrimônio cultural arqueológico pré-colonial de grupos indígenas Guarani a fim de contextualizar esse tipo de patrimônio na sua inserção frente à identidade brasileira. Assim, no terceiro capítulo, de uma forma mais ampla, abordar-se-á essa discussão acerca dos vestígios arqueológicos de grupos Guarani como patrimônio cultural, os quais também envolvem uma discussão de temas como: memória, identidade, cidadania e educação.

⁷ É importante ter em mente que essa prerrogativa de proteção e conservação dos objetos e lugares representativos de culturas e identidades é válida, mas paliativa. Declara Lenyra Silva que isso se deve ao fato de: “os ‘lugares’ resultantes de processos sociais, que são os lugares construídos, não estão inertes na paisagem sensível, nem na paisagem supra-sensível. Eles estão sofrendo algum tipo de desgaste pelo uso levado a efeito nas relações sociais que os sublinham como tal; ocorrerá aí uma ‘corrosão’, imperceptível ao olhar humano e nem por isso deixa de constituir-se numa concreção, que só é visualizada quando já há resultados a serem constatados a olho nu. O olhar humano só enxerga resultados. Os lugares construídos também passam por processos de destruição e reconstrução, de acordo com as ‘necessidades’ sociais, estas podem estar no âmbito do público ou do privado; o importante é ter-se em mente, que por mais que a aparência seja de fixidez dos lugares, esta é negada pela sua mobilidade real” (2004, p. 32).

⁸ A autora Luchiari (2001, p. 11) revela em nota de rodapé que, na análise por ela proposta, “o ponto de partida é a paisagem e o ponto de chegada é o território. Embora a paisagem seja apenas um fragmento da configuração territorial, sua valorização, seleção ou repulsão pela sociedade também orientam o imaginário social na organização de territórios. Já a configuração territorial remete a outra escala geográfica (da organização em sistema dos objetos e dos recursos naturais de um território) e a outra natureza (da organização política e econômica do território), desprendendo-se, muitas vezes, do imaginário social”. É imperioso ressaltar, então, que o pressuposto tomado por Luchiari será um exemplo de grande valia à execução deste trabalho.

Indica Luchiari (2000, p. 22) que “as paisagens não existem *a priori*, como um dado da natureza, mas somente em relação à sociedade”. Com efeito, a autora explica que

a paisagem, além da materialidade, é a referência perceptiva do indivíduo que num golpe de vista, a toma para si. Ele organiza seus dados sensoriais para dar sentido ao mundo que vê. [...] Se a paisagem é única, a visão que temos dela depende de cada um, pois para apreendê-la cada indivíduo seleciona de forma diferente os seus canais perceptivos. Também a representação das paisagens pelo imaginário coletivo é, no espaço e no tempo, seletiva. Não são as paisagens que se revelam. É a sociedade que valoriza, inventa, elege ou condena as paisagens do seu tempo (LUCHIARI, 1999, p. 67).

Ou seja, a paisagem não é mais entendida simplesmente como um resultado materializado da interação entre o homem e seu ambiente. Ao contrário, frente àquilo que se apresenta diretamente aos nossos sentidos, a paisagem reúne em si uma consequência da maneira específica de olhar, interagir e conceber a realidade. Então,

[...] a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e de espaço, implica tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas (BERQUE apud GERALDES, 2001, p. 86).

Nesse sentido, o modo como o indivíduo, enquanto ser culturalmente situado, vê a paisagem, está permeado de um reflexo das relações de poder e das modalidades adotadas pelas classes hegemônicas na percepção e apreensão da realidade⁹ (GERALDES, 2001).

Para Milton Santos (1988, p. 72), pode-se definir a paisagem como sendo “[...] a materialização de um instante da sociedade. Seria numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como uma fotografia” e que “considerada em si mesma, a paisagem é apenas uma abstração [...]. Sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social” (SANTOS, M., 1997, p. 87).

Assim, a paisagem constitui momentos “paralizados” de uma realidade dinâmica em que o sujeito está inserido, mediante seu envolvimento nas diversas relações entre sujeitos que se dão na complexidade do lugar. Esse lugar tem uma localização, tem uma materialidade, tem significados, bem como, está ligado a diversos lugares.

Nesse sentido, “o que acontece num lugar, num espaço que a paisagem nos mostra, não se esgota nele; como também, não tem nele o seu início. Seriam o lugar, espaço e

⁹ É imperioso frisar, estabelecendo um importante paralelo, que a possibilidade de discutir o “lugar-sítio arqueológico” mediado pela análise de paisagem e de território, como no próximo capítulo, é decorrente dos pressupostos teóricos das ciências geográficas e arqueológicas que o pesquisador coloca em ação (na condição também de outros indivíduos que interagem com essas formas espacializadas) para determinar os elementos que compõem a paisagem. Ou seja, nosso olhar é um olhar arqueológico que permite estabelecer uma discussão geográfica.

paisagem processuais, com suas contradições e mediações” (RIQUE, 2004, p. 69). Ou seja, a história do sítio arqueológico envolve outros lugares, contidos nos objetos que formam o lugar geográfico, na sua paisagem, numa dada totalidade do espaço social. “[...] Muitos outros lugares estão aí com os seus tempos, o que vale dizer também que as relações que se dão naquele local (sítio arqueológico) não morrem ali, vão fluir para vários outros lugares, espaços e paisagens” (*ibidem*, p. 60). Esse é o caso da ligação entre sítios arqueológicos *in situ* e os museus, que passam a ser palcos de sítios arqueológicos recriados – o sítio arqueológico musealizado. Ou ainda, a preocupação com objetos culturais representativos de identidade, sob o viés do patrimônio cultural, que determina e é determinante nos objetivos dos salvamentos arqueológicos.

Como ressalta Luchiari (1999), o verdadeiro conteúdo da paisagem só se descobre por meio das funções sociais que lhes são constantemente atribuídas no desenrolar do processo histórico e do(s) modo(s) de produção. Explicando melhor, a autora revela: “tomada isoladamente, a paisagem é um vetor passivo, [um fetiche¹⁰ que conduz muito mais ao consumo do que ao lugar]. Somada ao valor social que a ela é atribuído, transforma-se em espaço geográfico, processo ativo da dinâmica social” (LUCHIARI, 1999, p. 67).

No entanto, considerando o conhecimento que se almeja alcançar a partir dessa paisagem “arqueológica”, ressalta-se o dever de avançar a compreensão para além do que é aparente, buscando então o porquê de cada estrutura, qual(is) seu(s) significado(s), como foi produzida e para que fim se destinava e, por extensão, como as estruturas desse lugar, ao longo do tempo e da sociedade, foram interpretadas. Dessa maneira, em suma, na presente investigação, a paisagem interessa-nos enquanto propiciadora de uma discussão envolvendo os movimentos de leitura e usos possíveis que os sujeitos agregam aos locais que constituíram, no período pré-colonial, uma base espacial para o desenvolvimento de uma vida grupal Guarani, onde perduram(ram) alguns dos seus objetos culturais.

¹⁰ Nesse sentido, Luchiari (1999) discute em seu trabalho a posição da sociedade por eleger uma determinada paisagem para si, numa ação que traz, intrinsecamente, a condição de renovação/descarte de uma paisagem perante o contexto social legitimador para a sua permanência. Como objeto de estudo, a autora analisa a construção da paisagem envolvendo a cidade litorânea de Ubatuba, que de lugar do modo de vida caiçara, esta ganhou o sentido de uma “eterna paisagem **natural?**”, baseada na venda do “fenômeno visual aparente” que se extraiu do lugar, devidamente interpretado de acordo com a lógica de produção da atividade turística, ou seja, vende-se uma “**falsa mercadoria**” produzida.

Desvendar a paisagem é buscar compreender quais as forças e processos econômicos, políticos e sociais atuam e atuaram sobre aquele ambiente. São estas forças e processos que o tornam como se apresenta em sua configuração paisagística do momento, isto é, na construção e reconstrução da paisagem que acontece a cada momento. É nisto que estão os dados, situações e processos não visíveis, mas que estão presentes na paisagem. Para conhecê-los, temos que buscar as respostas nos “porquês” de cada elemento que compõem a paisagem (isto nos conduz a compreender seu processo gerador). Então, isto significa buscar “o porquê” do que é visível na apreensão do que não é visível, mas é determinante nesta configuração visual (SILVA, S., 2004, p. 23, grifos nossos).

A paisagem que nos interessa enquanto objeto de análise é também aquela que se revela enquanto registro material de mudança cultural, ressaltando que é a ação social que dá vida, dinamismo e função às espacialidades - formas espacializadas resultantes de trabalho humano pretérito – que, renovadas constantemente, darão impulso para novos movimentos da sociedade. Nas palavras de Milton Santos (1986, p. 38), a “paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”, de maneira que “a paisagem permite apenas supor um passado. Devemos então lançar mão da história desses fragmentos em conjunto com a história social que os produziu. Mas a função da paisagem atual nos será dada pela confrontação com a sociedade atual” (SANTOS, M., 1997, p. 87), haja vista que “é a ação social que dá sentido às paisagens, e não o contrário” (LUCHIARI, 1999, p. 88).

No entanto, se a apreensão da paisagem aqui em estudo deve-se à anterioridade de processos naturais como o recuo da água, ressaltam-se, em paralelo, os valores culturais da nossa sociedade que ditam uma atenção especial aos locais e objetos representativos de identidade de grupos, tais como grupos Guarani pré-coloniais e seus sítios arqueológicos.

Seguindo as regulamentações jurídicas que envolvem a proteção e a preservação de alguns lugares e/ou artefatos, caracterizados como “patrimônio cultural”, é que se faz legítimo o salvamento arqueológico, tal como é o caso em epígrafe. Essa preocupação é de importante relevância para o entendimento da valorização dos sítios, bem como, também, responde ao porquê da presença da equipe de Arqueologia como uma estrutura da paisagem em enfoque.

Hoje, a construção de uma usina hidrelétrica sem um prévio estudo arqueológico para o registro e resgate de objetos culturais localizados na área de influência desse tipo de obra, é um ato irregular se comparado às condições históricas que predominavam no ato da construção da UHE da Capivara, em 1974. Contudo, considerando as condições submetidas ao lugar de localização dos sítios em Iepê, sabe-se que, se por vezes, as águas escondem os vestígios da nossa vista, por ora, a água também efetuou um processo de proteção e conservação dos objetos, haja vista que o contínuo uso do subsolador no

desenvolvimento do plantio de arroz e soja, como é feito em outras áreas da fazenda na atualidade, provocaria a fragmentação das vasilhas Guarani que hoje são encontradas inteiras às margens do lago¹¹.

Face a essas considerações, percebe-se que essa paisagem é um reflexo das ações sociais de diferentes sociedades que exerceram e exercem domínio nesse lugar. Traz, então, marcas de diferentes formas de apropriação do espaço, produzidas distintamente conforme a dinâmica da sociedade que aí viveu ou vive, pondo em realce a discussão do movimento de mudança dos conteúdos, na razão primeira da antigüidade dos vestígios culturais indígenas, em geral pertencentes ao período pré-colonial, como umas das formas estruturais que compõem o lugar, na sua paisagem.

Por fim, frente a essas colocações, envolvendo os termos paisagem, espaço, tempo e lugar, reconhece-se o sítio arqueológico como cenário de um modo de vida Guarani e, portanto, a sua condição de lugar e/ou de território, bem como, o seu significado frente à prática patrimonialista, tendo como pressuposto manter para a posteridade bens culturais que dão(rão) sustentação à identidade individual de grupos presentes na sociedade nacional. Nessa lógica, no próximo capítulo, abordaremos o entendimento da formação de territórios.

¹¹ É importante destacar que apesar dessa particularidade encontrada para os sítios em Iepê, é de crucial importância que estudos arqueológicos sejam realizados antes da construção de usinas ou outras obras de grande impacto ao ambiente, uma vez que se tem a probabilidade de obter melhores dados qualitativos para investigar a dinâmica sociocultural pretérita empreendida nesse local pelos seus antigos habitantes. Para tal fim, no trabalho arqueológico, há métodos que amparam a localização de sítios arqueológicos com base em “modelos preditivos”. Por exemplo, quando se trata de prováveis áreas de ocupação Guarani, leva-se em consideração que havia uma preferência por locais próximos a fontes d’água, a fontes de argila, a depósitos de cascalheiras, bem como, apresentando relevo suave e vegetação de floresta.

CAPÍTULO 2

TERRITÓRIOS: UMA ANÁLISE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje **dz** respeito, exatamente, às novas grafias na terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo (GONÇALVES, 2005, p. 9).

Quem são os protagonistas dessa paisagem que aparecem por meio das suas marcas culturais? E mais, como se caracterizam as relações entre esses protagonistas que se deram no lugar ‘sítio arqueológico’? A saber, entre índios e índios, entre índios e brancos, ou ainda, para uma época mais próxima, entre brasileiros e Estado? Assim, pretende-se investigar qual a função, o significado atribuído aos sítios arqueológicos, cujas respostas estão intrínsecas ao conceito geográfico de território, ou seja, esse território é de quem e para quê?

Nas palavras de Ratts (2003, p. 39), “o vínculo com a terra informa sobre o grupo, compõe sua identidade e traduz sua trajetória assinalada por marcos, limites, percursos dos antepassados, divergências internas, relações com os outros”. Ou ainda, nas palavras de Claval (1999, p. 207), “não há sociedade sem espaço para lhe servir de suporte”.

Com efeito,

Todos sabemos que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. Nesse sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. **Tais objetos exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas específicas e se articulam sempre numa funcionalidade do presente.** Aparentemente formas inertes possuem, contudo, o poder de influir na dinâmica da sociedade (MORAES, 1988, p. 15, grifos nossos).

E mais,

as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. Isto é: a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço. A práxis humana implica a constante edificação de formas não naturais na crosta do planeta, formas alimentadas por pré-ideações que têm o espaço vivenciado como estímulo (Ibid., p. 22-23).

De acordo com Moraes (1988, p. 148-149), tomando por base a concepção de Marx, “o que faz de uma região da Terra um território de caça, é o fato de tribos aí caçarem”. Ou seja, são os processos sociais que qualificam o espaço, definindo-o, e não o contrário.

Segundo Arantes (1984, p. 9),

[...] para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significado. Toda cultura, antiga ou moderna, de nações política e socialmente complexas ou de pequenos grupos de caçadores-coletores nômades, transforma o ‘espaço físico’ em “lugar”, “território” ou “lar”. Essa regra não se aplica apenas aos espaços privados, ao interior das casas ou aos locais de culto. Ruas, caminhos, praças, campos e montanhas, rios, praias e o mar são apropriados pelos grupos humanos de acordo com concepções que são próprias de seus modos de vida.

O geógrafo Milton Santos (1996) insiste nessa indivisibilidade entre o material e o simbólico, destacando que não há significações independentes dos objetos. Para ele (*ibidem*, p. 70), o “espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido”.

Dolffus (1982, p. 29 apud ANDRADE, 2002, p. 83) debatendo as ações humanas na superfície terrestre, declara que:

a ação humana tende a transformar o meio natural em meio geográfico, isto é, em meio moldado pela intervenção do homem no decurso da história. Temos aí um fato recente na história do mundo. Com efeito, embora a paleontologia nos informe sobre o aparecimento de seres que podemos considerar como tendo sido os primeiros homens, ocorrido há dois milhões de anos na África oriental, o papel do homem como agente de intervenção no espaço geográfico data apenas de há 6500 ou 7000 anos, com os primórdios da agricultura. A generalização da agricultura produziu-se em diversas regiões do globo, há três ou quatro milênios. Contudo, a ação humana tem se manifestado de maneira cada vez mais intensa, graças aos efeitos conjugados do crescimento demográfico em todo o mundo e do progresso das técnicas. De modo que, esta tênue película que é a história humana com relação à espessura da história do mundo ocupa não obstante um lugar de importância capital para a compreensão e para a explicação do espaço geográfico.

De fato, o autor estabelece uma relação importante entre época histórica e sistema econômico-produtivo de sociedades. No entanto, mais importante do que questionarmos a relação existente entre aprimoramento das técnicas e modificação do ambiente, deve-se atentar à idéia de que, seja na Sociedade Guarani pré-colonial, seja na nossa sociedade atual, os grupos humanos, inseridos num determinado contexto histórico e sua respectiva área de ocupação e controle, seguem uma causa de ordem sociocultural nas suas ações que implicam em deixar no(s) lugar(es) as suas marcas de atividades – formas espaciais – junto com marcas de atividades antigas, podendo inclusive ser de sociedades antecessoras, como é o caso dos grupos Guarani.

Como consequência dessa condição humana essencial, estabelece-se aí uma condição de um determinado grupo exercer um tipo de poder, uma mudança para controle sobre/do lugar, adaptando-o para o pleno desenvolvimento das regras sociais do grupo a que pertence, apresentando nuances conjugadas de fins culturais, políticos e/ou econômicos, que nessa perspectiva, permitem avançar na discussão geográfica envolvendo o conceito de território.

Para Haesbaert (2004), dentre vários autores que já se dedicaram em investigar o conceito território, é possível fazer uma síntese das várias tipologias atribuídas ao termo. Conclui o autor que há três vertentes básicas, sendo: 1) *jurídico-política*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997, p. 39-40 *apud* TURRA NETO, 2000, p. 91).

Nesse sentido, o mais comum são ‘posições múltiplas’, que trabalham com a união de duas vertentes, sendo que a de maior notoriedade é a de dimensão política (HAESBAERT, 2004; TURRA NETO, 2000, 2004). Primeiramente, uma junção do político e do econômico, na qual parece se enquadrar Raffestin (1993). Depois Haesbaert (2004) apresenta uma junção do político com o cultural. Marcelo de Souza (1995) trabalha uma versão política de território, e o próprio Turra Neto (2000) apresenta um viés cultural na abordagem de território.

Na análise de Raffestin (1993), é na ação de produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço que os homens, num campo relacional de **poder**, constroem territórios. Para o autor, a consolidação do conceito de território só se faz compreensível ao se analisar o poder, que seguindo seu raciocínio é inerente a todas as relações sociais.

Para Raffestin (1993, p. 144),

o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço é expresso por uma representação que revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações /ou comportamentos que, é claro, supõem uma posse de códigos, de sistemas sêmicos (grifos nossos).

A análise de Raffestin é de grande contribuição para este trabalho, ao passo que, como um dos primeiros autores envolvidos no debate teórico acerca do conceito território tão pertinente à discussão geográfica, faz-nos refletir sobre suas características como “controle”, “projeto”, “jogo de poder entre sujeitos”, “limites” etc, como veremos mais adiante. No entanto, desde já, é imperioso abrir um parêntese referente ao seu esforço em precisar o que é território perante espaço.

Se Raffestin (1993, p. 144) apresenta o espaço – ‘prisão original’ – e território – ‘a prisão que os homens constroem para si’, essa colocação deve ser contextualizada com sua reflexão de território como estabilidade, delimitação e/ou fronteira, imobilidade, para alcançar uma análise política de constituição de território “Estado-nação”, amparado no preceito do espaço ser finito e, portanto, o espaço e o tempo são trunfos ou recursos do território. A própria noção com que o autor trabalha como o “espaço ser finito” já faz remeter à idéia de que “substrato físico da Terra” seria o mesmo que “espaço” e que, portanto, sobre esse substrato estão dadas as relações entre sujeitos, principalmente as de ordem política. Por outro lado, ao termo “prisão” é confiada a condição básica/indissociável de que o homem se localiza em alguma parte desse “substrato físico da Terra”, de modo que, esse termo ‘prisão’ faz-nos lembrar da seguinte frase apresentada por Gonçalves (2005): “o ser social é indissociável do estar”. Mediante sua localização, os homens modificam esse “substrato físico da Terra” por meio das suas idealizações, projetos, interesses, o que, conseqüentemente, gera uma cumulativa cristalização de trabalho humano, geração de formas espaciais, e que, assim, caracteriza para esses homens a condição de análise do conceito território.

Dessa maneira, nesse local, seguindo uma linha cronológica de tempo, haverá sempre formas novas junto com formas velhas, de maneira que tais formas só são legíveis para o indivíduo, mediante sua condição coletiva de ser cultural que se apropria de algo que tem um sentido particular a ele. Ou seja, não podemos nos esquecer que novos

significados são atribuídos a essas “heranças espaciais” – fruto de trabalho humano pretérito - para dotá-las de funcionalidade, servindo num tempo presente a determinado grupo.

Assim, considerando a mutabilidade dos projetos territoriais ligada ao apoio que as formas espacializadas são para eles, é que devemos centrar a atenção na seguinte colocação de Raffestin (1993, p. 48), quando problematiza que o espaço é um “espaço relacional ‘inventado’ pelos homens”, haja vista que:

o espaço tem duas faces: uma é o plano da expressão [...] [ou espaço real] e a outra é o plano do conteúdo, [...] que tem seu significado dado pelos atores sociais”. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É, de certa forma, o espaço relacional “inventado” pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado”.

Seguindo esse raciocínio, para entendimento do sítio arqueológico como lugar¹² desdobrando-se em paisagens e territórios, na presente investigação, o espaço que nos interessa é o “espaço relacional”, pois só assim temos embasamento teórico para discutir a apropriação simbólica que se faz dos vestígios e sítios arqueológicos, de forma que, inerente a essa construção de conhecimento, seja impróprio pensarmos tais áreas de antigos assentamentos indígenas, como acontece no senso comum, como “um monte de cacos cerâmicos velhos jogados ao léo”.

Turra Neto (2000, p. 88, grifo nosso), fazendo uma leitura do trabalho de Raffestin, complementa que

a formação de um território implica em comunicação, a partir da qual um ator informa a outro suas intenções e o espaço que elas ocupam. A partir de um esquema, o autor demonstra que um dado ator, localizado em um determinado ponto do espaço, liga-se a outros pontos de acordo com seus objetivos e estabelece, nessa relação, uma representação do espaço. Entretanto, não se trata mais do espaço, mas sim do território. Essa representação é, então, comunicada a outro. Nas palavras do próprio autor: “A representação proposta aqui é [...] um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata pois do ‘espaço’, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço¹³, ou melhor, do território visto ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

A discussão de Raffestin referente ao ato de comunicação social entre os múltiplos atores em causa é interessante, haja vista a condição relacional de variados poderes

¹² Retomando a citação de Rique (2004, p. 34): [...] os lugares têm vida, as espacialidades, não. Nos lugares as pessoas estão praticando alguma ação; aí há relações inter-pessoais diversas. [...] Portanto, não existem lugares vazios e sim espacialidades mortas.

¹³ Mais uma vez, o autor apresenta uma diferença quanto a tipos de espaço – real e representado – e, dessa forma, voltamos a frisar que é importante manter a atenção de que o espaço é relacional ou representado.

que se dão no lugar. A representação compartilhada¹⁴ pelos membros do território sustenta as bases desse projeto (como o autor se refere) comum. “Um local de relações” em que se expressa uma territorialidade, “esta ‘qualidade necessária’ para a construção de um território” (SACK, 1986, apud HAESBAERT, 2004, p. 86).

O fato de realização de salvamento arqueológico implica, de imediato, em uma mudança da organização espacial do lugar, alterando formas antigas e dando condições de surgirem novas formas¹⁵, tal como a delimitação da área do sítio e seu entorno, como a abertura de trincheiras, como a própria escavação do solo e a retirada de objetos incrustados, etc, mas principalmente alterando a maneira como as pessoas se relacionam com aquele lugar.

Como toda ação tem uma causa que lhe dá suporte para acontecer, a finalidade básica da realização do salvamento arqueológico é comunicar os seus resultados, envolvendo os vestígios que foram coletados no sítio, para aqueles que não participaram dessa práxis arqueológica, inclusive ao proprietário do local onde esses vestígios se encontravam alojados e que passaram a ser um dos elementos norteadores que influenciou no surgimento do lugar ‘sítio arqueológico’. Ou seja, o sítio arqueológico deve ser entendido como “lugar territorializado” pela lógica do patrimônio cultural brasileiro, antes mesmo da realização de trabalho de escavação.

Com efeito, o arqueólogo trabalha com uma esfera de valores pertinente a patrimônio cultural que possibilita objetivar suas ações, explorando para isso sistemas simbólicos da cultura brasileira, quando se trata de identidade e grupos culturais. Desse modo, Turra Neto (2004, p. 276) ao discutir a questão da comunicação, diferenciando comunicação analítica de comunicação simbólica, com base no trabalho de Claval (1999, p.71), revela que na comunicação simbólica,

¹⁴ Nesse ponto, podemos fazer uma comparação entre as concepções de paisagem e território perante um determinado sujeito. Seguindo o raciocínio de Raffestin, o território se firma ao passo que há uma comunicação entre os pares ressaltando o poder para a execução de um projeto num dado lugar. Já referente à paisagem, o sujeito, de uma forma individualizada e talvez mais elementar, abstrai da materialidade-lugar o que venha a ser paisagem, sem ter por objetivo estabelecido previamente um fim de controle, mas que cabe a ele a condição e opção de buscar o conhecimento e transformar isso em fonte de projeto, o qual se validará perante a comunicação social.

¹⁵ Este é caso que se faz presente no Município de Iepê com o surgimento do Museu do Índio de Iepê, construído com o pressuposto de educação patrimonial envolvendo os índios Guarani que viveram ali em época pré-colonial, tendo como base o testemunho material que os vestígios arqueológicos representam como uma ferramenta de apoio educacional ao público do museu.

os indivíduos trocam códigos que permitem colocar em movimento uma cadeia de significados; nessa comunicação, ou se sentem próximos, por compartilharem os mesmos referentes, as mesmas atitudes e idéias, ou se sentem distantes. [Ou seja,] “a comunicação simbólica tem uma dupla função geográfica: ela permite aos indivíduos instalados em lugares distantes sentirem-se solidários a partir do momento em que experimentam o sentimento de ter em comum as mesmas crenças (GOTTMANN, 1952); ao contrário, ela distancia aqueles que, mesmo geograficamente próximos, aderem a religiões ou a ideologias diferentes. A geografia cultural mostra, portanto, que os grupos humanos participam de um duplo sistema de distâncias; as do espaço físico, que as técnicas permitem controlar mais ou menos bem; as dos espaços psicológicos, que cavam fossos entre os sistemas culturais, ou os preenchem, independentemente das distâncias físicas”.

Como confirma Turra Neto (2000, p. 88), o “[...] território existe a partir de uma relação, uma relação social de comunicação, que também traz implícita a dimensão do poder, presente tanto na construção da representação para si, quanto na comunicação da representação para o outro”. Assim, o autor diz que é o próprio não compartilhar desse projeto territorial com outros grupos, que ele designa de surgimento de **limites**; de certa forma, uma separação dos diferentes. Uma distância entre o “nós” e os “outros”.

Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 159) continua explicando que

a territorialidade é definida como ‘um fenômeno de comportamento associado à organização do [lugar] em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem’ (SOJA, 1971, p. 19). [...] Relações espaciais determinadas por inclusões ou exclusões. Parece-nos que o elemento a reter é a relação com alteridade. O outro sendo não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou grupos que aí se inserem.

Haesbaert discutindo territorialidade, com base em Sack (1986), diz que

A territorialidade humana envolve o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado, mas ela é melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada (p. 1). O uso da territorialidade depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo. Apesar de centralizar-se na perspectiva política, Sack também reconhece as dimensões econômicas (uso da terra) e cultural (significação do espaço) da territorialidade, intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada, Sack nos mostra a mobilidade inerente aos territórios, sua **relativa flexibilidade**. Ou seja, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de uma grande estabilidade no tempo. Tal como ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade vinculada às relações de poder, em Sack, é uma estratégia, ou melhor, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.

Sack reconhece três relações interdependentes que estão contidas na definição de territorialidade: a territorialidade envolve uma forma de classificação por área; a territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (“uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão”); a territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no seu interior (HAESBAERT, 2004, p.86).

Com base na citação apresentada de Sack, bem como, de uma forma menos enfática no trabalho de Raffestin, mediante a característica temporal de **flexibilidade**, chega-se à conclusão de que, na área de domínio de um determinado território, podem coexistir outros territórios. Assim, é o próprio Saquet (2000, p. 112) que chama a atenção sobre a interligação de território(s) e lugar. Para ele:

um território pode não ser fronteiriável e espacializado tão facilmente, como na produção e circulação de mercadorias, de informações, através das redes de circulação e comunicação cada vez mais difusas e pode ser consubstanciado por territórios sobrepostos, com diferentes formas e conteúdos. Por isso, para nós, o lugar é mais do que símbolos, do que afetividade como defende Tuan (1982), é mais do que identidade socioespacial. Um lugar é o locus de relações diversas, de poder, de dominação e subordinação, econômica, política e cultural, e, admite/permite uma relativização dos limites ou fronteiras.

Por exemplo, dentro da área territorial do Estado – entendido como estabilidade no tempo e espaço – há territórios diversos, como território de uma gangue, de uma empresa capitalista, de grupos religiosos, etc, que perdem seu efeito mediante a dispersão ou reunião momentânea, num determinado lugar, daqueles que dão vida ao território e, portanto, dão substância às relações de domínio, exclusão/inclusão, jogo de poder entre seus membros e os não-membros.

Nesse sentido, fazendo um elo com os sítios arqueológicos e a condição de trabalho da própria equipe de arqueologia, tal condição de território regido pela lógica do patrimônio cultural brasileiro tem sua maior expressão enquanto se realiza o trabalho de salvamento arqueológico. Ou seja, é nesse momento de escavação que está se mudando, principalmente, a estrutura espacial do lugar, uma vez que, na maioria das vezes, o modo como as pessoas se relacionam com e no lugar sítio arqueológico já foi alterado previamente com a nova condição territorial da área.

O que destaco aqui dos sítios arqueológicos seria um tipo de “micro-território”, que tem íntima relação com o que Marcelo de Souza (1995, p. 86-87) define como “territórios flexíveis”. Segundo o autor, o território é “um espaço definido por e a partir de relações de poder”, mas que também importante é considerar “[...] as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” (SOUZA, M., 1995, p. 78-79).

Mais detalhadamente, Souza (1995, p. 86-87) concebe que territórios:

[...] são no fundo relações de poder projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas substratos materiais da territorialidade...), podem [...] constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, não ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (grifos nossos).

Seguindo sua argumentação, Souza (1995, p. 96, grifos do autor) fundamenta que:

[...] é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda espacialidade social – *ao menos enquanto o homem também estiver presente*. Esta última restrição admite ser ilustrada por uma imagem que mostra bem que, se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território: pense-se no caso extremo de uma cidade-fantasma, testemunho de uma antiga civilização, outrora fervilhante de vida e mesmo esplendorosa, e hoje reduzida a ruínas **esquecidas** e cobertas pela selva; essa cidade hipotética, abandonada, não retrocedeu, lógico, à condição de objeto natural, mas ao mesmo tempo ‘morreu’ em termos de dinâmica social, não sendo mais diretamente território de quem quer que seja (grifo nosso).

Utilizando-se desse exemplo usado pelo autor, sugiro dar nome a essa antiga civilização como os grupos Guarani que, no período pré-colonial e de acordo com a estrutura social deles, organizaram e dissiparam territórios, **teko’ás** (esse assunto será tratado no capítulo 4). Esses territórios Guarani resultaram nas ruínas que hoje são estudadas a partir do momento em que membros de uma equipe de Arqueologia, de acordo com leis e decretos de proteção dos lugares de interesse cultural – como na cidade de Iepê – estabelecem esse “campo de forças” mediatizado por essas formas espaciais pretéritas e, destarte, definem o sítio arqueológico como palco do “território do patrimônio cultural” brasileiro.

Atualmente, o que se pode inferir dos limites dos territórios Guarani baseia-se, a princípio, na localização espacial dos objetos e resíduos de atividade Guarani que sobreviveram à deteriorização causada pelas condições ambientais em que estiveram sujeitos esses vestígios culturais ao longo dos anos, e que, desse modo, permitem diferenciar áreas onde se deram atividades cotidianas de grupos Guarani. Considerando essa prerrogativa de localização dos objetos Guarani, aceita-se portanto que, num tempo pretérito, em conformidade ao contexto histórico-cultural em que os mesmos foram produzidos e utilizados como ferramentas pelos homens e mulheres do grupo, esses objetos delimitam e atestam uma ordem grupal no tocante à maneira como constituíram território(s).

Nas palavras de Raffestin (1993, p. 153, grifo nosso),

falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis [...].

Objetivo e delimitação de acordo com Raffestin são qualidades intrínsecas de território. O objetivo comparecendo como informação, representação, **conteúdo**, que regula a pertinência dos limites do território.

Para o autor,

o limite é um sinal [...], um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território [...]. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território [...]. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. [...] Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. [Assim, de maneira geral,] os limites aparecem como uma informação que estrutura o território (*ibidem*, p. 165).

Nesse sentido, é interessante pensarmos a situação do lugar sítio arqueológico onde se opera uma ordem, uma informação de enfoque patrimonial, que é posta em dinâmica mediante a atividade arqueológica, cujo dever é colocar os não-membros desse território patrimonial em contato com seu objeto de estudo, que nada mais é que evidenciar informações materializadas de antigos territórios Guarani, como no presente estudo. Ou seja, investigar o conteúdo do sítio arqueológico é concluir que ali foi o **lugar**¹⁶ de vivência de um modo de ser Guarani pretérito, cujas relações se desenvolveram em atividades de caça, de pesca, de lavoura, atividades ritualísticas etc. Como menciona Raffestin (1993, p. 144-145), “a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder, [...] isto é, na perspectiva de uma comunicação social que assegura a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações”.

No entanto, referente a limite, quando essa informação do território Guarani pré-colonial chega ao nosso tempo, ela é parcial. O que delimitamos espacialmente como sítio arqueológico, respalda-se basicamente na concentração de vestígios materiais da cultura Guarani pré-colonial em uma área. Atualmente, é importante ter em mente que há uma certa impossibilidade de conhecer essa “informação Guarani” na sua totalidade, como foi vivida pelos Guarani. Somente se pode inferir alguns momentos dessa realidade pretérita, e ainda assim, essa interpretação será passível de distorção na razão de ser feita com base nos preceitos do cientista interpretador.

Raffestin faz uma observação destacando que

¹⁶ A. Carlos (1996, p. 30, grifos nossos), ao trabalhar sobre a temática do lugar, revela que: a natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriações do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação de tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo.

é preciso lembrar que o fato de delimitar parcelas, de marcá-las, cercá-las não é uma simples relação com o território, mas bem mais que isso. É uma relação triangular [...], no sentido de que a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros (1993, p. 160).

Seguindo esse raciocínio, é interessante apresentar a observação feita por Bonnemaïson (2002), de que o “território é antes de tudo uma conviabilidade”, haja vista que,

cada grupo existe criando um equilíbrio – sempre instável – entre o território e o espaço, entre a segurança e o risco, entre o fixo e o móvel, entre o olhar para si – o etnocêntrico – e o olhar para os outros. O território é, primeiramente, uma determinada maneira de viver com os outros; em inúmeros casos seus limites são os das relações cotidianas (p. 126).

Haesbaert (2004, p. 69), tomando o exemplo de uma sociedade indígena, declara que

facilmente podemos afirmar que ela constrói seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, especialmente os recursos naturais (algo bastante genérico e, portanto, variável entre os diferentes grupos). Mas os referentes espaciais, aí, também fazem parte da vida dos índios como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo enquanto tal. [Continua o autor, ressaltando a importância da perspectiva materialista na percepção de território, somada a incorporação de uma dimensão ideal ou ‘apropriação simbólica’, pois:] [...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio tanto das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (grifos do autor).

Como exemplo, pode-se, então, inferir que, no âmbito da sobrevivência física, os grupos Guarani organizaram para si uma determinada parcela de terra, a fim de nesse local cultivar uma roça e assim obter o alimento necessário ao suprimento das necessidades físicas e biológicas dos integrantes do grupo. Paralelamente, pode-se supor que, para os grupos Guarani, mais do que uma área onde cresce o alimento, aí também podia ser o lugar de morada das divindades, dos seus deuses, os quais eram os co-responsáveis por uma boa colheita. Segundo Montardo (2002), trabalhando com índios Guarani-Kaiová atuais, explica-se assim a prática de realizações de rituais em comemoração à colheita do milho.

Nesse sentido, uma mata, um afloramento de rochas basálticas, um curso d’água são elementos importantes para o levantamento de assentamentos pré-coloniais de grupos Guarani, uma vez que estão costumeiramente presentes e, portanto, são indicadores para uma provável localização. Ou seja, de uma certa maneira, pode-se aceitar que tais características seriam símbolos norteadores para os grupos Guarani se instalarem em um novo local ou retornarem aos seus antigos assentamentos. Segundo indicação de Lopes (2003), os símbolos ou signos são internalizados pelo indivíduo, inseridos num determinado ambiente

cultural e ideologicamente formalizados, criando representações mentais que levam a construir uma forma particular de ver o mundo que, por vezes, acaba por substituir os objetos do “mundo real”.

Pensar o sítio arqueológico como território patrimonial é considerar, hoje, a apropriação de cunho cultural-simbólico que se faz de uma história pretérita Guarani atrelada a essa área. Ou seja, o sítio arqueológico, a princípio, é qualificável por **informações** pré-coloniais de ordem social, cultural, econômica e religiosa, as quais foram compartilhadas entre os membros do grupo mediante a vigência desse território Guarani, e que o arqueólogo tende a conhecê-las com uma certa restrição.

Nesse sentido, pertinente ao território patrimonial, caracteriza-se a condição de **limite** ou fronteira que separa os “de dentro”, representados pela equipe de arqueologia, e os “de fora”, mediante uma relação dialética entre inclusão e exclusão. Tais limites, de acordo com a educação patrimonial, tendem a não ser fixos. Quando se tem a finalização da análise dos vestígios arqueológicos tem-se um conhecimento elaborado que pode e se espera que seja objeto de uma comunicação, por exemplo, em artigo de revista ao seu leitor, em sala de museus aos seus visitantes etc.

Inserido nessa lógica do ideário patrimonial, o museu é compreendido como o local onde a comunidade se depara com sua própria história, suas tradições e seus valores, passando a desempenhar papel preponderante na afirmação da identidade cultural e na manutenção da memória de um povo.

Nessa perspectiva, o museu é o local que auxilia a finalização dessa comunicação simbólica empreendida pelo arqueólogo ao seu público, por meio da formação de um sítio arqueológico **musealizado**, o qual além da transmissão de conhecimentos de forma sistematizada, atende também aos preceitos do patrimônio cultural. O museu seria então um território para estabelecer um contato muito próximo com os indígenas Guarani pretéritos, que ali se encontram representados por meio dos seus objetos culturais. Com efeito, ressalta-se uma outra condição de fronteira para esse “sítio arqueológico musealizado”.

De qualquer maneira, esses utensílios poderão ser objeto de diferentes estudos, cada vez que se fizer pertinente a obtenção de novos conhecimentos e, portanto, serem dotados de outros significados que enriquecerão a identidade da nação brasileira.

É interessante mencionar que a exemplo de reivindicação judicial de um território com base na identidade e memória coletiva, grupos indígenas lutam pelo direito de uso de antigas áreas em que habitaram. Nesses processos judiciais de demarcação de terras indígenas, arqueólogos são chamados para fazerem perícias a fim de que indiquem ou não a

presença pretérita de indícios dessa ocupação indígena, legitimando a ação judicial em causa. Para essa perícia, junto com profissionais de outras áreas, investiga-se a presença na área dos vestígios culturais de grupos indígenas, bem como, aceitam-se, como apoio, fontes escritas que revelem indícios da ocupação, entrevistas com os índios e com antigos moradores, entre outras alternativas.

Ressalta-se, então, o papel do arqueólogo, que no desempenho de sua profissão, por vezes, atua em nome do poder político do Estado, por exemplo, o IPHAN, para instituir o que venha a ser sítio arqueológico num dado local. Essa legitimidade dada pelo IPHAN dá-se, mais efetivamente, quando se configura uma exigência de salvamento arqueológico junto a um processo de licenciamento ambiental, para que a área esteja liberada efetivamente à implantação e/ou regulamentação da atividade planejada (**Ver portarias 230 e 28 nos anexos**).

No tocante à situação relacional de poder latente que se concentra na mão do arqueólogo perante o dono da propriedade onde se situa um sítio arqueológico, esta pode ser muito conflituosa caso o proprietário se sinta prejudicado a partir do reconhecimento do sítio em sua propriedade. É sabido que o arqueólogo pode tomar como medida o pedido de embargação temporária ou definitiva dessa área perante o IPHAN ou um órgão responsável pela curadoria do patrimônio cultural. Neste último caso, de embargação definitiva, o intuito é destinar o sítio a um fim exclusivamente educacional e de preservação do patrimônio cultural *in locus* – caracterizando o sítio-escola arqueológico – o que, conseqüentemente, decorre na perda do direito de uso privado da terra para prevalecer um fim coletivo. No entanto, o que comumente acontece é a retirada desses objetos do seu meio, sendo expostos de forma ordenada e explicativa, na maioria das vezes protegidos por vitrines, nos museus.

Menciona Raffestin (1993) que o poder político é congruente a toda forma de organização, que se desenvolve num quadro espaço-temporal, e que contribui para organizar ou... para desorganizar. Faz o autor acima uma observação referente ao Estado, que deve ser entendido, primeiramente, como um ser político e não como simples nomeação da relação entre território, população e soberania. Segundo seu raciocínio, o Estado¹⁷ mesmo sendo a mais acabada e a mais incômoda das formas políticas não é a única; uma vez que, de

¹⁷ Se há um conceito sobre o qual os geógrafos concordam é com certeza o da definição de Estado: ‘O Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania’. Portanto, três sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade. Toda a geografia do Estado deriva dessa tríade (RAFFESTIN, 1993, p. 22-23).

forma ampla, o papel do poder se manifesta em todas as ações humanas decorrente do confronto relacional entre sujeitos.

Frente ao quadro judicial de que grupos indígenas participam no processo de demarcação de terras indígenas, Lira (2002) chama a atenção ao explicitar que o conceito de território capitalista tem entrado em choque com a concepção que as sociedades indígenas contemporâneas têm de território. Para ele, o território indígena:

É seu espaço geográfico e histórico, com sua cobertura vegetal característica, suas espécies medicinais, suas fontes de matérias-primas, seus frutos, raízes, sua fauna, seus pássaros e peixes, suas cabeceiras, córregos e rios e com seus lugares sagrados, moradas de espíritos e divindades culturais. É o espaço no qual, durante milênios ensaiou seus movimentos, seus gestos, suas expressões culturais e seu ritmo da vida, enfim, construiu sua história (OLIVEIRA, 1997, p. 159 apud LIRA, 2002, p. 101).

Dito de outra forma, a noção de território indígena não se baseia apenas na relação de poder nele instituído, mas o mesmo “está representado fortemente no sistema simbólico, mantido ao longo da história de uma tribo com seu habitat” (LIRA, 2002, p. 102).

Haesbaert (2004, p. 71-72) ao discutir a dimensão simbólica que envolve o território, utilizando-se do trabalho de Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico, já que para ele:

a abordagem utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos no mundo contemporâneo. Por isso, “o território é primeiro um valor”, pois, a “existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida”. [Explicando melhor,] “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico” (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996, p. 10).

Seguindo seu raciocínio, Haesbaert (2004, p.72-73) concorda em afirmar que:

nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades ‘primitivas’ de caçadores-coletores, o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

Um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que, mais do que território, **territorialidade** é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples ‘qualidade de ser do território’, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. Assim, quando a “[...] força desta carga simbólica é tamanha, o território é visto como ‘um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos’” (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996, p. 14, grifos nossos).

Segundo Pinchemel, citado em Mesquita (1995, p. 81), é interessante interrogar-nos “sobre a diversidade da noção de território e de territorialidade, no tempo e nas diversas culturas e civilizações, pois são os valores territoriais que de fato definem as naturezas de territórios que os homens instauram”.

Nesse sentido, explorando esse viés cultural de contínua apropriação que o homem faz na sua condição geográfica de lugar, espaço e tempo, tal como dotando os objetos pré-coloniais de grupos Guarani de nova funcionalidade e significado, é que a condição de patrimônio cultural dos vestígios Guarani oferece a possibilidade de preservá-los como exemplares da cultura. Sobre tais objetos recai a necessidade (ou obrigatoriedade) de apoio material que leva à preservação da memória coletiva em nome da história da formação do povo brasileiro, assunto esse foco de discussão no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE

O presente capítulo apresenta considerações a respeito da Arqueologia imersas em reflexões sobre memória e patrimônio, e voltadas para a pesquisa de dois assentamentos pré-coloniais de grupos indígenas Guarani, destacando a importância que os elementos da cultura material tem nessa discussão.

Em suma, de maneira indissociável entre si, procuramos problematizar a idéia de patrimônio cultural e preservação da memória frente à práxis arqueológica de escavação dos sítios arqueológicos, o estudo do material coligido, e o retorno que esse trabalho pode oferecer à comunidade passando pela noção de identidade e cidadania.

A princípio, utilizando-se da preocupação de Guarinello (1994, p. 180), quanto ao papel do arqueólogo, reconhece-se o seguinte quadro quanto ao trabalho desse profissional que tem o papel de lembrar aquilo que se quer esquecer ou está passível de ser esquecido:

Minha atividade como arqueólogo, por exemplo, colocou-me frente a frente com as fraquezas da memória, com os esquecimentos forçados¹⁸ pelos acasos da preservação, com a consciência do muito que não pode ser lembrado, porque não sobreviveu. Mais do que isso, diria, mostrou-me as responsabilidades sociais envolvidas na produção científica da memória. O arqueólogo, com efeito, opera seleções mais dramáticas que as do historiador. Ele é obrigado a destruir os sítios arqueológicos, para escavá-los e preservá-los como documentos. E assim fazendo, o arqueólogo acrescenta aos documentos seus próprios silêncios e desatenções. Para os arqueólogos, memória e esquecimento são os dois produtos inseparáveis de seu próprio trabalho - aquilo pelo que não se interessou, no momento da escavação, aquilo que não observou, ou que não descreveu, perdeu-se para sempre. A Arqueologia, de certo modo, me fez ver como a memória que produzimos é frágil e seletiva (Apud OLIVEIRA, A., 2005, p. 2).

Nesse sentido, deve-se acrescentar uma outra preocupação de ordem teórica e prática envolvendo a delimitação de uma área como sítio arqueológico, haja vista que, aponta-se aí o que é relevante numa condição dialética com outros locais que poderão ser esquecidos. Ou seja, os sítios arqueológicos corresponderam outrora aos lugares marcados concretamente pelos seus ocupantes, enquanto “esses outros locais passíveis de esquecimento” também tinham uma função e significado de complementaridade, talvez com

¹⁸ Destaca-se, em paralelo, as conseqüências geradas aos sítios arqueológicos em decorrência de fatores naturais do ambiente e da ação antrópica que interferem anteriormente no estado de conservação do sítio arqueológico, como condição determinante para os dados disponíveis para o arqueólogo investigar e organizar.

um uso-controle menos pragmático, o que corresponde à dispersão de poucos ou raros vestígios arqueológicos encontrados nas áreas circunvizinhas. Podiam essas áreas serem voltadas à roça, à extração de madeira, uma área de intervalo entre aldeias – **amundá** – etc.

Para Lins (2000, p. 13), ao retratar a dualidade entre lembranças e esquecimentos,

a memória é um processo complexo que articula lembranças e esquecimentos, do consciente e do inconsciente, tanto a parte aceita e assumida do passado como sua parte denegada ou velada. Em outros termos, a memória não é todo o passado: a parte que continua a viver em nós, pelo fruto da experiência direta, vivenciada, ou de uma transmissão familiar, social, desejante ou política. Em outros termos ainda, a memória humana não é acumuladora, ela não parece nem de longe com a memória do computador: recordar é sempre de uma maneira ou de outra esquecer algo, pois é mudar o olhar retrospectivo e recompor assim uma outra paisagem do passado. Trata-se, pois, de criação e não de repetição ou redundância vazia.

Halbwachs (1990) aponta que há duas categorias de memória, sendo a “memória coletiva” influenciadora do conteúdo da “memória pessoal”. Dessa forma, cada memória individual se torna apenas um ponto de vista sobre a memória coletiva, mesmo porque, para que a memória pessoal possa ser elaborada e expressa, o indivíduo, obrigatoriamente, deve se utilizar dos instrumentos de comunicação convencionados pela sociedade: a linguagem, o vernáculo (GERALDES, 2001).

Assim, esclarece Bosi (1979, p. xxx apud GERALDES, 2001, p. 25) que, “[...] lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que o que fique signifique (sic.)”.

Conforme o raciocínio indicado por Myriam Santos (Apud A. Oliveira, 2005, p. 3):

[...] Por memória podemos compreender reminiscências através das quais nos encontramos com o passado, repetição de atitudes e sentimentos dos quais raramente nos damos conta, construção e reconstrução de nossas identidades ao longo de nossas vidas, e até mesmo o inexplicável saber. Esses são, no entanto, aspectos da memória que só podem coexistir e ser criticamente analisados numa orientação que considere que eles não só se transformam ao longo do tempo, como também transformam o presente à medida que reinterpretem o passado [...].

Ou seja, seguindo a argumentação de Alberto Oliveira (2005, p. 4, grifos do autor),

a elaboração da memória ocorre no presente para responder à solicitação do presente (MENEZES, 1992a, p. 10-11); cada presente constrói seu passado. Deste modo, a recordação não está atrelada a uma ordenação irreversível, causal ou analógica em relação ao presente. Entretanto, o ato de recordar procura subordinar-se a um princípio de realidade, exigindo argumentos de comprovação da verdade (CATROGA, 2001, p. 21-22). A memória desempenha sua função social por meio do que os traços-vestígios provocam daquilo que não existe mais. [...] “Não se pode rememorar o que desapareceu por completo, sem deixar traços de si.” [...] (GUARINELLO, 1994, p. 187). Dessa forma, seu conteúdo está relacionado às expectativas do futuro, aos campos de objetivação (como as linguagens, os lugares e a escrita) e aos ritos que o reproduzem e transmitem. Para se desenvolver no interior dos sujeitos, a memória necessita de suportes materiais, sociais e simbólicos. Os traços-vestígios, como mediadores, possibilitam que a recordação não seja somente imaginação, além de ordenar o caos e a descontinuidade, dando sentido a vida àqueles que a eles se vinculam (CATROGA, 2001, p. 23-25).

Considerar a responsabilidade social que se coloca à profissão do arqueólogo é, nesse sentido, uma consequência, haja vista que seus estudos podem ser instrumento de manipulação ideológica. Em outras palavras, a ação arqueológica implica em seleção de memórias, mediante os objetos com que escolhe interagir, o discurso que se produz e a quem está voltado, não podendo nos esquecer que está inserida em uma sociedade estruturada em classes dominantes e dominadas, como a sociedade brasileira por exemplo, em que portanto há interesses diversos de grupos em confronto¹⁹.

Segundo Le Goff (citado por Rodrigues, 2001, p. 25), “a memória coletiva sempre se constituiu como uma forma importante na luta de forças sociais pelo poder; ela é um instrumento e um objeto de poder”.

Defendemos assim que a “Arqueologia não pode pretender ser objetiva e neutra, dado seu poder de discurso do passado voltado ao presente. Aí também notamos o seu caráter interdisciplinar, trabalhando com diversos tipos de fontes, embora a cultura material seja, por excelência, sua fonte primordial” (OLIVEIRA, 2002, p. 16).

Em paralelo, conforme destaca Alberto Oliveira (2005, p. 3, grifos do autor),

compreender os ‘mecanismos’ da memória torna-se imprescindível. Pensar a memória como mera lembrança do passado é reduzir e limitar as análises possíveis sobre esse tema. A complexidade desse assunto pode ser indicada pelo simples exemplo de que “não é possível ter a mesma leitura de um livro duas vezes” (MYRIAM SANTOS, 1993, p. 82). Refletir sobre a memória é considerar que ela tanto é construída e se transforma ao longo do tempo, como também, constrói e transforma o presente.

¹⁹ É importante fazer uma ressalva referente ao início do processo do trabalho de salvamento arqueológico num sítio arqueológico *in situ* que, em geral, baseia-se numa análise do potencial arqueológico da área. No entanto, é somente após ter iniciado os trabalhos de escavação que, pouco a pouco, o profissional realmente tem condições de comprovar se sua previsão estava correta ou não, o que nesse caso, exige-se uma nova postura para lidar com esse material “inesperado” providenciando sua análise arqueológica e divulgação desse conhecimento.

De qualquer forma, ressalta-se assim a função social que os vestígios culturais de antigas populações indígenas, ou de outros grupos, podem assumir como referência de um tempo pretérito. Paralelamente, tais objetos se opõem a um fluxo contínuo do tempo quando, por meio deles, há um argumento de que o homem quer preservá-los, conservá-los, para que sejam “matérias-primas” de memórias. Eis aí a ligação desses objetos interligando tempos e homens, à medida que a concretude desses objetos nos possibilita refletir o presente buscando um sentido por meio do passado que, por sua vez, será determinante na construção do amanhã, revelando como os homens são produtos de processos e responsáveis pela continuidade da história simplesmente pelas atitudes que decidem fazer.

Como complementa Oliveira, A. (2005, p. 10),

é a partir da figura da perda que os discursos de patrimônio cultural põem-se em movimento (GONÇALVES, 1996, p. 89). A perda pressupõe uma situação original de integridade e continuidade, ao mesmo tempo em que a história é concebida como um processo de destruição daquela situação. Essa idéia somente pode ser construída a partir da objetificação dos patrimônios, o que acarreta o temor da sua destruição e conseqüente necessidade de proteção. Além disso, essa imagem da perda é amparada em uma concepção linear do tempo (POSSAMAI, 2000, p. 21).

Geraldes (2001, p. 29) chamando a atenção à plasticidade do que vem a constituir memória em relação aos interesses e agentes envolvidos, destaca que

se, numa primeira aproximação, o valor do passado reside numa impressão de estabilidade, segurança e permanência, uma vez que ele não pode mais ser alterado, uma análise mais aprofundada mostra que o próprio mecanismo inerente à memória, isto é, lembrar e esquecer, leva inevitavelmente à seleção, distorção e acomodação das lembranças de acordo com um ponto de vista ligado às necessidades presentes. Cabe, então, aqui destacar a importância e manutenção de uma visão crítica sobre os processos de construção e consolidação de identidades, símbolos e monumentos culturais enquanto resposta a interesses diversos. A própria existência de um circuito específico de produção e reprodução do imaginário simbólico, nacional, regional ou local, objetiva em primeiro lugar, a legitimação de determinada estrutura de poder. Daí, dentre outros, o interesse específico do Estado nas questões referentes ao chamado patrimônio cultural.

Como constata Andrade (2002, p. 64), nas sociedades urbano-industriais, a segmentação da sociedade em classes influencia o desenvolvimento do seguinte processo:

o componente elitista da noção de cultura no senso comum também tem um lastro de verdade, na medida em que as classes dominantes são privilegiadas no sentido de terem os recursos, o tempo, o lazer e o treinamento para poder se apropriar dos bens culturais mais elaborados.

As classes populares são privadas desses recursos e tem freqüentemente que produzir elas próprias os bens culturais para o seu consumo, de um modo muito mais difícil, muito mais empobrecido e muito menos cumulativo. A produção das camadas pobres não se arquiva e, portanto, uma vez produzida, pode ser rapidamente perdida. A memória popular é uma memória curta, exatamente porque depende da memória das pessoas.

Como insiste Durham (citado por Andrade, 2002, p. 63), “os monumentos que se conservam são aqueles que estão associados com os feitos e a produção cultural das

classes dominantes. Raramente se preserva a história dos dominados”. Nesse sentido, os grupos indígenas historicamente conhecidos (e com maior razão os pré-coloniais) estão presentes em nossa história por exclusão (RIBEIRO, 1978).

De acordo com Lemos (1985, p. 21),

[...] o patrimônio cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanente alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse.

Em outras palavras, o patrimônio cultural não é um dado, mas uma construção resultante de um processo onde se atribuem significados e sentidos, e reconhecê-lo assim é um avanço no entendimento da sua dimensão política, econômica e social. Possibilita compreender o patrimônio como um espaço de disputa e luta, e como um campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e interesses (OLIVEIRA, A., 2005).

Aquilo que é ou não é patrimônio, [...] trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o patrimônio cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais (SILVA, E., 2005, p. 2).

Reconhece-se, assim, que a contribuição do presente trabalho de dissertação está no modo como oferece uma possível leitura da história Guarani pré-colonial resgatada para dar sentido à configuração espacial do sítio arqueológico. Em paralelo, por consequência do salvamento arqueológico, o lugar sítio arqueológico passa a ser o lócus de uma relação patrimonial, designando o surgimento de um “território do patrimônio cultural brasileiro”, haja vista que os vestígios culturais Guarani são entendidos como representativos da identidade de grupos na sua relação com o lugar, e assim suportes materiais que legitimam a memória nacional.

De acordo com Lemos (1985, p. 8-10), patrimônio cultural é o acervo maior de uma nação ou de um povo e envolve todo o rol de objetos denominados “culturais”, uma vez que, “entre todos eles, quaisquer que sejam os atributos que se lhes der, existe forte travamento de relações estabelecidas”. Ainda de acordo com Lemos, segundo a definição de Hugues de Varine-Boham, o Patrimônio Cultural pode ser dividido em três grandes categorias de elementos:

Primeiramente, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Nesta categoria estão, por exemplo, os rios, a água desses rios, os seus peixes, a carne desses peixes, as suas cachoeiras e corredeiras, etc [...].

O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos tangíveis do Patrimônio Cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem ao seu meio ambiente. Vai desde a perícia do rastejamento de uma caça esquiva na floresta escura até às mais altas elucubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem [...].

O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Aliás, a palavra artefato talvez devesse ser a única a ser empregada no caso, tanto designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário, ou uma igreja ou a própria cidade em volta dessa igreja.

É sobre esse terceiro grupo que nossa atenção se concentra, visando a explanar os vestígios arqueológicos Guarani como memórias e patrimônio cultural brasileiro, uma vez que conjugam os aspectos material, simbólico e funcional, simultaneamente.

Identifica Gonçalves (apud Oliveira, A., 2005, p. 10) que há duas formas de utilizar a expressão ‘patrimônio cultural’ no Brasil, que se opõem entre si e disputam lugares de legitimidade. Uma ligada à perspectiva monumental, onde o patrimônio representa a nação como uma totalidade homogênea, implicando em uma visão do espaço público sem conflitos, não apresentando diferenças e sem pluralidade. E outra ligada ao cotidiano, onde o espaço público tende a ser pensado como dividido pela diversidade de pontos de vista, a nação não é vista como algo acabado, é heterogênea e em permanente processo de transformação, fazendo com que os patrimônios, dessa forma, façam parte do dia-a-dia dos diversos segmentos sociais.

Não é exagero apresentar, como destaca Schiavetto (2005, p. 81, grifos da autora), que

em contraposição ao modelo tradicional de se pensar as relações (ou a ausência delas) entre o étnico e o nacional, estudos antropológicos recentes apontam para uma forte relação entre identidade étnica e a construção de uma identidade nacional múltipla (LESSER, 2001). Ao contrário do que se pode imaginar ao estudar os cacos de cerâmica que perduraram no tempo, até mesmo após o contato, o étnico não se dissipa para dar lugar a uma nova identidade, mas sim, cria condições para que essa identidade envolvente (chamada nacional) possa emergir de várias contribuições. Em outras palavras, se tomarmos emprestadas as idéias de Pierre Bourdieu sobre a noção de *habitus*, poderíamos dizer que as identidades pré-contato, já difíceis de serem definidas como unhas e pouco interagentes, modificaram e foram modificadas no encontro das diferenças, caracterizando as *identidades* formadoras da sociedade brasileira (para a apropriação do conceito de *habitus* pela Arqueologia, ver JONES, 1997; 1999, p. 226).

Ou seja, é mister frisarmos que “a idéia de sociedade brasileira não exclui as especificidades étnico-culturais dos indígenas, mas sim, leva em consideração o seu papel fundamental na construção da identidade nacional” (SCHAVIETTO, 2005, p. 86).

De acordo com Morley (1987, p. 213), “é certo que a história da cultura de uma sociedade está, naturalmente, relacionada de modo direto à preservação de sua memória”, e para tanto, considera-se a importância dos artefatos da cultura material de uma classe (sejam eles sob a forma de objetos ou obras de arte, ambos decorrentes de conhecimentos adquiridos, que também constituem elementos de patrimônio) para se entender a identidade dela, na razão que esses artefatos se caracterizam por si só como documentos valiosíssimos, pois dão testemunho. Concomitantemente, deve-se levar em conta que esses bens materiais só são significativos porque estão permeados de relações sociais, de significados e simbologias.

Assim, é interessante a definição trazida por Jézus Ataíde (1997), citada por Andrade (2002, p. 25),

o patrimônio cultural é constituído de bens culturais, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual e material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo o que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural (grifos do autor).

Portanto, quando homens pré-históricos habitavam cavernas como local de moradia, havia um respaldo cultural-simbólico que as dotavam de utilidade. Por sua vez, quando o homem passou a construir ocas, havia aí uma outra técnica e, por extensão, um outro pressuposto cultural. Nesse sentido, Andrade (2002, p. 69), com base em Souza Filho, menciona que,

os bens culturais materiais – móveis ou imóveis – só o são porque guardam uma evocação, representação, lembrança, quer dizer, por mais material que sejam, existe nos bens culturais uma parcela de imaterialidade, que é justamente o que os faz culturais. Assim, o valor cultural da obra de arte não está no material com o qual foi construída, mas no que a construção evoca, seja um estilo, um processo tecnológico ou fato histórico. A última casa de adobe é uma referência a um processo construtivo, portanto, cultural. Há bens culturais, porém, que não se revestem desta materialidade, porque não importa sua matéria-prima ou o suporte que as materializa, mas apenas a evocação ou representação que sugerem.

Segundo Oliveira, A. (2005), há duas formas de abordar os bens patrimoniais, fazendo uma distinção entre coisa e valor. Na primeira perspectiva, destaca-se uma preocupação em identificar, classificar, conservar, exhibir, comprar, vender etc. Na segunda, destaca-se uma preocupação com o valor, estudar **em que ele consiste, como se gera e transmite, se reconhece e se usufrui**. De maneira geral, as políticas de preservação estão mais preocupadas pelas coisas. Por conseguinte, o valor cultural que se atribui a um bem

tende a ser naturalizado, como se fosse intrínseco a ele e perceptível apenas a um olhar qualificado.

Com efeito, completa o autor (OLIVEIRA, A., 2005, p. 9) que

a denominação de patrimônio constitui-se de um discurso onde às funções e aos significados de determinados bens, acrescenta-se um valor específico enquanto patrimônio, resultando uma ressemantização do bem e uma alteração no seu sistema de valores. A distinção entre bem cultural e bem patrimonial se dá com a intermediação do Estado que, no segundo caso, contribui para fixar sentidos e valores destacando uma determinada leitura: valor histórico, testemunho de um determinado espaço e tempo; valor artístico, fonte de fruição estética; ou valor etnográfico, documento de processos e organizações sociais diferenciados. O valor simbólico estabelecido a um bem patrimonial selecionado por uma instituição estatal, refere-se essencialmente a uma identidade coletiva, tendo em vista unidades políticas como a Nação, o Estado e o Município (FONSECA, 1997, p. 36-38). Segundo Gonçalves (2002, p. 116), os “patrimônios culturais” foram constituídos ao mesmo tempo que a formação dos estados nacionais, que utilizaram essas narrativas para construir memórias, tradições e identidades. O autor aponta que não é por acaso que, naquele momento, século XVIII, apareceram os antiquários que vão valorizar os objetos como moedas, medalhas e ruínas como material de pesquisa histórica, até então limitada apenas aos documentos escritos. Pode-se inscrever também aí, a relação que a arqueologia apresenta com a constituição dos estados nacionais e a criação dos patrimônios culturais.

Nas palavras de Andrade (2002, p. 23), “patrimônio cultural está intimamente ligado com o passado, que só se busca identificar na medida em que se procura constituir a própria identidade do grupo, que foi ou está sendo construída ao longo do tempo”.

Conforme Alberto Oliveira (2005, p. 5), com base em D’Aléssio (1993),

tendo em vista que a identidade tem no passado seu lugar de construção, o crescente interesse pelas questões relacionadas à memória advém de uma necessidade identitária que compõe a experiência coletiva das pessoas. Outro elemento a ser considerado é o sentimento de ‘pertença’, princípio estruturante da identidade, que se desenvolve na medida que as pessoas se reconhecem nos conjuntos de formas de ser, de valores e de códigos. Importante salientar que, ao mesmo tempo em que a memória é criadora de identidade, é produto de esquecimentos e escolhas.

Ou seja, como argumenta Elsa Silva (2005, p. 2),

o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade, e sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado. É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais de que uma viagem através da história, revisitadas e materializadas no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo.

Nesse sentido, é que se estima o valor social presente nos artefatos materiais da cultura Guarani, o patrimônio arqueológico, frente ao nosso atual momento. À Arqueologia, enquanto objeto de estudo, cabe “conhecer e explorar objetos abandonados,

perdidos ou de uso cotidiano, para reconstituir a vida e a cultura de comunidades passadas ou de momentos culturais diferentes do atual” (ANDRADE, 2002, p. 24). De certa forma, ao passo que os vestígios de ocupação de um grupo são estudados, vê-se a possibilidade de contribuir para o não esquecimento da história de um povo que foi subjugado em nome de um projeto de modernidade brasileira, mas, principalmente, esse resgate possibilita perpetuar um momento da construção do território nacional Brasil, no caso envolvendo populações indígenas pré-coloniais, exemplificado nas marcas das ocupações deixadas no Vale do Rio Paranapanema, lado paulista.

Alberto Oliveira (2005, p. 14) refletindo sobre a definição de patrimônio arqueológico com base no trabalho de Meneses (1984, p. 34) apresenta que:

[...] tal patrimônio é constituído por coisas físicas, restos materiais de atividade cultural e seu contexto. Estes vestígios, mais tecnicamente, teriam que ser considerados como componentes da cultura material, isto é aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, utensílios, estruturas, como a natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano. Os artefatos, segundo tal partido, teriam que ser compreendidos, em última instância, como produtos de relações sociais, de um lado, e, de outro, como vetores dessas mesmas relações sociais²⁰.

Nas palavras de Gonçalves (2001, p. 212),

não há como separar os conceitos de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico ou Arquitetônico, pois todos, de uma maneira geral, estão circunscritos na esfera da cultura. O que na verdade difere é a abordagem que move cada grupo de cientistas, pesquisadores e agentes culturais ao formular os paradigmas, os conceitos e critérios, os códigos simbólicos que estrutura suas relações com os objetos relacionados: suas intenções últimas definidas dos discursos propostos.

Por sua vez, Vesentini (1997) esclarece que sob o rótulo patrimônio cultural abrange-se o que é patrimônio histórico e ecológico, haja vista que “patrimônio cultural é um conjunto mais amplo de bens e valores” (ANDRADE, 2002, p. 23). Assim,

²⁰ É importante abrir um parêntese quanto à problemática discussão que envolve a definição do que é “sítio arqueológico histórico” e a própria definição que os autores têm apresentado nos seus trabalhos de cunho histórico. Assim, Oliveira, A., (2005, p. 14) destaca a proposta de Endere (2000, p.40-43), em que o autor questionando o conceito de “sítio” arqueológico que tem sido empregado como instrumento para conceituar o registro arqueológico, aconselha não utilizá-lo na legislação pelas possibilidades de ser interpretado como negação do não sítio e, desta forma, limitar a compreensão do registro arqueológico. Propõe, então, a noção de paisagem arqueológica como parte de uma categoria mais ampla constituída pelas paisagens culturais. Entende que o termo “bem cultural”, utilizado de forma geral na proteção do patrimônio cultural corresponde, no patrimônio arqueológico, aos “recursos arqueológicos” e “coleções arqueológicas”. Sendo os “recursos arqueológicos” caracterizados como *“todo tipo de restos materiales de culturas del pasado susceptibles de ser estudiados con metodología arqueológica, que se encuentren en superficie, em el subsuelo o sumergidos en las aguas”* e as “coleções arqueológicas” como *“restos materiales de culturas del pasado que han sido excavados o removidos con motivo de investigaciones, rescates o tareas de preservación de recursos, así como todo tipo de información original relativa a los mismos”*.

o patrimônio cultural inclui e subsume tanto o histórico como o ecológico. Pois o que é histórico, digno de registro, de perpetuação, símbolo de gerações passadas, o é somente frente ao nosso presente e aos nossos valores e dilemas culturais (VESENTINI, 1997, p. 52).

De acordo com Moraes (1999, p. 67), o patrimônio cultural arqueológico se enquadra como

bem de uso comum do povo brasileiro e, sem dúvida, o segmento mais interessado é a comunidade que detém este patrimônio no seu território. O patrimônio arqueológico é, assim como os outros tipos, bem da União, no entanto, o mesmo é regido por legislação específica e sua investigação necessita de autorização do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Frente a esse debate, é contribuidor a preocupação de Scifoni (2003), quando chama atenção para os bens culturais representativos da memória social. Segundo a autora, a memória nacional não é única mas plural, pois é sempre uma maneira de diversos grupos sociais, como é o caso em epígrafe dos grupos indígenas Guarani. Sua preservação se faz, assim, em nome da coletividade como um legado que se deixa para futuras gerações. Faz-se, portanto, em nome de um interesse público.

Segundo Le Prestre (2002, p. 64 apud Scifoni, 2003), interesse público é, antes de tudo, um conceito relativo, uma ‘construção política e ideológica temporária’. Ele se define, em cada contexto, não como o que o governo estabelece, mas no debate político, como fruto do amadurecimento e da consciência política. É assim que o patrimônio cultural e o ambiente se tornaram parte do interesse público, constituindo-se nos chamados ‘direitos sociais amplos’, num processo que vem ocorrendo e se fortalecendo desde os anos 1980, a partir da inserção dessas preocupações na ordem do dia.

Assim, a respeito do Patrimônio Cultural, a Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 216, caracteriza que

constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

1. as formas de expressão;
2. os modos de criar, fazer e viver;
3. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
4. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
5. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De fato, é esse último item que faz menção ao nosso propósito de estudo, haja vista que os sítios arqueológicos pré-coloniais Lagoa Seca II e Agüinha são indicativos da identidade, da ação e da memória dos índios Guarani, e, por extensão, fazem parte da história da própria sociedade brasileira.

Além da respectiva definição tratada na constituição de 1988 do que constitui patrimônio cultural, é importante frisarmos os mecanismos jurídicos de proteção do patrimônio cultural, como a regulação pelo CONAMA, que data de 1986, e principalmente, a portaria 230 instituída pelo IPHAN em 2002, que regulamenta a necessidade de perícias arqueológicas inseridas em processos de obtenção de licenciamento ambiental, ou ainda, renovação desta licença, objeto de atenção tratada na portaria nº 28 de 2003.

De imediato, chamamos a atenção ao processo histórico que permitiu a definição de patrimônio cultural como consta na Constituição Federal de 1988. Assim, nos remetemos ao ano de 1922,

que acabou por se constituir no marco da defesa dos bens culturais da Nação brasileira tanto no plano intelectual, como no local, aparece, tímido, o primeiro ato legislado de proteção cultural, a criação do Museu Histórico Nacional – decreto nº 1.596, de 02 de agosto de 1922 – que limitava o seu objeto já no preâmbulo: ‘será da maior conveniência para o estudo da História Pátria reunir os objetos a ela relativos que se encontram nos estabelecimentos oficiais e concentrá-las em museu, que os conserve, classifique e exponha ao público, e, enriquecido com os obtidos por compra, por doação ou legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto de nosso passado [...]’.

O texto do decreto não continha a idéia de preservação geral de objetos e bens considerados relevantes para o conhecimento da História Nacional. A finalidade da entidade recém criada se limitava à preservação dos bens já integrantes do patrimônio público, ou que viessem a ser adquiridos, sem adiantar qualquer critério para estas aquisições (SOUZA FILHO, 1997, p. 41 apud ANDRADE, 2002, p. 29).

Já em 1933, ocorre outro fato notório que institui a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional, através do Decreto nº 22.928, de 18 de julho. É a partir desse decreto que surge pela primeira vez a expressão “Patrimônio Histórico e Artístico”, bem como, representa um grande avanço do ponto de vista jurídico, explicitando, em seu texto, que a proteção do patrimônio artístico da Nação é um dever do Estado.

Nesse sentido, em 1934, a primeira Constituição brasileira prescreve normas de preservação do patrimônio cultural, reconhecendo essa função à União e aos Estados, no seu art. 10. No entanto, em novembro de 1937, uma nova constituição é instituída, complementando no seu art. 134 essa atenção dada ao patrimônio cultural brasileiro, o qual especifica que:

os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (REISEWITZ, 2004, p. 91).

Nesse mesmo ano, no mês de janeiro, destaca-se que já havia sido criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional²¹), o qual

limita a sua atuação ao conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seria de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Além destes, estabeleciam-se também como bens passíveis de preservação os “monumentos naturais” e os “sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (ANDRADE, 2002, p. 32, grifos da autora).

Nessa linha cronológica das Constituições Federais, a constituição de 1988 apresenta-nos um texto muito mais profundo do que todas as outras que a precederam, tendo dispensado uma seção inteira aos bens culturais e à cultura. Conforme a análise de Souza Filho (1997, p. 48 apud ANDRADE, 2002, p. 35), no texto constitucional de 1988,

o próprio conceito de Patrimônio cultural do artigo 216 refere-se à identidade nacional. A cultura protegida é a praticada, criada e representativa das mais diversas camadas da população, o que, em termos sociológicos, é o povo. Nesta nova constituição, a cultura brasileira passou a ser considerada com valores muito próximos aos idealizados por Mário de Andrade no começo do século²².

Paralelamente, quando nas constituições federais encontramos referência às definições para patrimônio cultural, bem como, o reconhecimento a quem compete as responsabilidades para com os bens culturais/patrimoniais, seja a União, o Estado e/ou os Municípios, cabe explicar os mecanismos que regulam uma prática do modo como preservá-los, envolvendo inclusive o resgate dos bens intactos e daqueles que já foram ou estão sendo destruídos, tal como é o exemplo do trabalho de salvamento arqueológico em sítios de populações Guarani pretéritas, situados na área de influência da Usina Hidrelétrica da Capivara, no Município de Iepê. Assim, num primeiro momento, destacamos a lei dos Sambaquis (lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961) e, num segundo momento, a importância da lei CONAMA, a lei 95733/88, e os decretos do IPHAN, nºs 230/2002 e 28/2003.

²¹ É importante destacar que o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), teve sua criação em 27 de junho de 1973, através do Decreto-lei nº 66.967, o qual veio a modificar o Decreto-lei de 2 de janeiro de 1946, em que o SPHAN foi transformado em Diretoria, e criou quatro distritos da DPHAN, com sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, e subordinou à Diretoria o Museu da Inconfidência, o Museu das Missões e o Museu do Ouro.

²² Segundo Mário de Andrade, a definição de Patrimônio Artístico Nacional seria “todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais ou estrangeiros residentes no Brasil” (apud ANDRADE, 2002, p. 32). Em, 1936, então como Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, “em carta a Paulo Duarte, Mário disse que ‘defender nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização’”, sendo essa sua concepção norteadora para atuação, pois assim se estaria contribuindo para despertar a população para o que costumava ficar reservado para o gozo das elites – a fruição estética (FONSECA, 1997, p. 111 apud GERALDES, 2001, p. 37).

Trata a lei dos Sambaquis da formalização da guarda e da proteção pelo Poder Público aos monumentos arqueológicos ou pré-coloniais e todos os elementos neles existentes. Diz seu artigo nº 152, que a propriedade das jazidas arqueológicas históricas ou pré-históricas, além dos objetos nelas incorporados, é completamente distinta da propriedade de superfície. Bem como, define ainda o que seriam considerados como monumentos: as jazidas de cultura paleoameríndia, os sítios com vestígios de ocupação paleoameríndia, os sítios com vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográficos, as inscrições rupestres e/ou locais com sulcos de polimento de utensílios. Apesar de ser bastante ampla, a lei dá atenção especial aos sambaquis, daí o seu nome (ANDRADE, 2002).

Com base nessa lei, há, então, a possibilidade do Poder Público pedir a desapropriação da propriedade de forma temporária ou definitiva, alegando ser de utilidade pública, caso o proprietário venha a criar dificuldades ou procurar impor algum impedimento para que se realize, em sua propriedade, uma escavação arqueológica, a qual inevitavelmente traz uma interferência no solo dos terrenos.

Proíbe essa lei ainda, no seu artigo nº 17, a comercialização de bens culturais sem a prévia autorização dos órgãos competentes, uma vez que a posse e salvaguarda dos objetos arqueológicos constituem “**direito imanente do Estado**”.

Por sua vez, referente a outros mecanismos jurídicos que ressaltam a questão da degradação ambiental e a ameaça à conservação dos bens culturais que compõem o patrimônio arqueológico, é que se faz legítimo a lei CONAMA e a Lei 95733/88. Em suma, ambas abordam intrinsecamente um debate que a não preservação do ambiente onde estão inseridos os sítios arqueológicos, significa a perda de um exemplar cultural.

Sob essa lógica da problemática ambiental,

a Lei do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – de 1986, certamente é mais um instrumento de proteção, salvamento e mitigação do patrimônio arqueológico ameaçado. O artigo 6º estabelece a necessidade de estudos arqueológicos em consonância com as etapas de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos econômicos, dentro do item sócio-economia (PAULA & BAETA, 2000 apud ANDRADE, 2002, p. 48).

De forma a complementar a lei CONAMA, o Decreto Federal de nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988, dispõe que:

considerando que a execução de alguns projetos e a construção de obras federais podem causar impactos de natureza ambiental, cultural e social que exijam medidas corretivas por parte do Poder Público, envolvendo, em muitos casos, os Estados e os Municípios onde se situam esses empreendimentos;

[...] Considerando que a execução desses empreendimentos visa ao desenvolvimento, à melhoria das condições do meio e à elevação do nível de vida das comunidades envolvidas, não sendo justo que os reflexos negativos dela decorrentes causem efeitos contrários ao objetivado pelo Governo; [...]; Decreta:

Artigo 1º - No planejamento de projetos e obras de médio e grande porte executados total ou parcialmente com recursos federais, serão considerados os efeitos de caráter ambiental, cultural e social que esses empreendimentos possam causar ao meio considerado.

Parágrafo único. Identifiquemos efeitos negativos de natureza ambiental, cultural e social, os órgãos e entidades federais incluirão no orçamento de cada projeto ou obra, dotações correspondentes, no mínimo, a 1% (um por cento) do mesmo orçamento destinadas à prevenção ou à correção desses efeitos.

Artigo 2º - Os projetos e as obras já em execução ou em planejamento, serão revistos para se adaptarem ao disposto no artigo anterior.

Com efeito, ainda que essas leis estivessem em vigor desde 1988, fazia-se mister uma normatização que contribuísse para o aperfeiçoamento da atuação profissional do arqueólogo junto às várias etapas de licenciamento ambiental, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico nacional. Nessa lacuna, destacam-se a aplicabilidade das exigências das Portarias IPHAN 230/2002 e 28/2003, a partir das quais, respectivamente, sabe-se que tanto para instalação e funcionamento de novos empreendimentos, tanto para obtenção/renovação da licença ambiental de funcionamento de antigos empreendimentos, passa a se exigir a realização de estudos arqueológicos na área de impacto dessas empresas (**ANEXOS 1 e 2**).

Assim, por meio da portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, caso seja constatado que a área de impacto de um determinado empreendimento é de interesse arqueológico, a portaria regula até três fases para os estudos arqueológicos que seguem os cronogramas para o pleno funcionamento da empresa, quais sejam, a fase de obtenção de licença prévia (EIA/RIMA), a fase de licença de instalação (LI) e, a última fase, a licença de operação.

Conforme o texto da portaria, as atividades arqueológicas vão desde levantamentos de dados arqueológicos e etnohistóricos a trabalhos de campo na área de instalação do empreendimento, principalmente, na sua área de impacto direto.

É somente na última fase, que se tem a concretização de salvamentos arqueológicos nos sítios previstos para intervenção no Programa de Resgate Arqueológico proposto pelo EIA. Tal programa deverá

fundamentar em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros, e a metodologia a ser empregada nos estudos.

Como conseqüência dessa atividade de salvamento arqueológico,

[...] o resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (PORTARIA 230/2002).

Destaca-se ainda, no 8º parágrafo da Portaria do IPHAN nº 230/2002,

que no caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, **a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor**, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso (grifos nossos).

Diante desse último parágrafo da portaria, reconhece-se que é promissor o mercado de trabalho para o arqueólogo, haja vista que se apresenta uma solução de ordem financeira à possibilidade de execução de trabalhos arqueológicos nas suas várias fases, bem como, à divulgação dos dados científicos em museus. Ou seja, essa necessidade de realização do trabalho arqueológico inserido em vários tipos de empreendimentos repercute no aumento do número de trabalhos de cunho arqueológico. Futuramente, isso resultará num aumento de dados à disposição, sobre os quais têm como pressuposto constituir em objeto de educação patrimonial. Almeja-se, então, que num futuro muito próximo, “ao lado da educação para o trânsito, para o meio ambiente e da orientação sexual, deve-se incluir também a Educação Patrimonial em nossas escolas” (ATAÍDES, MACHADO & SOUZA, 1997 apud ANDRADE, 2002, p. 42), a qual hoje é feita de forma separada, restrita, em geral, aos instantes em que crianças, jovens e adultos vão visitar os museus.

Por sua vez, a portaria do IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003, destaca uma atenção específica ao patrimônio arqueológico sob já impacto de usinas hidrelétricas em atividade. Sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacional situados na faixa de depleção das usinas que não foram objeto de levantamento arqueológico prévio, diagnóstico, resgate e salvamento, devendo, portanto, conter na sua faixa de depleção importante legado arqueológico ainda passível de identificação, documentação e resgate. Ou seja, essa portaria designa a necessidade de reparar, minimizar e mitigar os impactos negativos potencialmente causados à base finita do Patrimônio Cultural Arqueológico pela implantação de Usinas Hidrelétricas no Brasil. Para tanto, estipula que mediante a necessidade imperativa de

renovação das licenças ambientais de operação por parte do IBAMA e/ou das Agências Ambientais Estaduais, dos referidos empreendimentos, tal solicitação de licença deve contemplar a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção, ao menos entre os níveis médio e máximo de enchimento dos reservatórios, devendo os trabalhos arqueológicos ser compatíveis com o período de esvaziamento do reservatório entre os níveis médio e máximo, bem como, estarem em conformidade com a Lei Federal 3924/61 e com as Portarias: SPHAN 07/88 e IPHAN 230/2003.

De maneira geral, essas portarias incrementam a interação arqueólogo-IPHAN, em prol da defesa do patrimônio arqueológico nacional e da presença do arqueólogo em todos os empreendimentos que afetem o solo ou provoquem alterações em seus usos atuais, uma vez que este consiste na matriz dos recursos arqueológicos nacionais (CALDARELLI, 2003).

No entanto, retrata essa portaria exatamente a situação dos dois sítios arqueológicos objetos de estudo desta dissertação de mestrado: previamente à construção e atividade da Usina Hidrelétrica da Capivara, no Município de Iepê, trabalhos arqueológicos não foram realizados e hoje, nos limites desse município já se tem registrado um número de doze sítios arqueológicos pertencentes a grupos étnicos Guarani, onde os vestígios culturais ficam expostos na superfície em períodos de pouco volume de água do lago da hidrelétrica.

Apesar dessa portaria estar vigente apenas a partir do ano de 2003, é importante mencionar a importância do convênio estabelecido em 1988, entre a CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo – e a USP – Universidade do Estado de São Paulo - fortalecendo e ampliando as ações de pesquisas arqueológicas do Projeto Paranapanema (ProjPar) por todo o Vale do Rio Paranapanema, margem paulista.

Meneses (1984, p. 36 apud OLIVEIRA, 2005, p. 15), debatendo as motivações para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro, apresenta como válidas razões de ordem científica, afetiva e política. Segundo Menezes,

a primeira fundamenta-se por serem esses restos, matéria-prima para o conhecimento científico produzido pelos arqueólogos e contribuinte para o conhecimento do ser humano e sua organização social. A razão afetiva, aspecto subjetivo na relação do homem com o espaço, está ligada ao sentimento de pertença, base para a construção da identidade, possibilitando uma melhor qualidade de vida aos indivíduos. A terceira razão - política - ligada à cidadania, é de grande importância no que tange a preservação. Fazer frente à destruição do patrimônio cultural é uma forma de apropriação dos bens, de que o cidadão foi expropriado pelas diferentes formas de domínio e exploração.

Nessa lógica, a princípio, é importante ter em mente, parafraseando Gonçalves (2001, p. 132), que “[...] abandonados nas reservas técnicas, os artefatos permanecem mais mudos do que quando enterrados nos solos [...]” e assim,

toda teoria ou descoberta científica só tem sentido se vai além de seu universo circunscrito; se for divulgada por meio do ensino, de publicações, de exposições. Caso contrário, ela se perde em sua hermética singularidade. Não estamos sendo utilitaristas, mas tentando perceber a reciprocidade entre as produções científicas e o universo social (*ibidem*, p. 28).

De maneira geral, mediante tais preocupações de ordem científica, afetiva e política, destaca-se então o retorno social das pesquisas arqueológicas com os trabalhos de educação patrimonial²³, cada vez mais desenvolvidos com fins ligados à cidadania. Nesse sentido, junto à comunidade em que os objetos se inserem principalmente, o trabalho educativo tende a ser um instrumento para uma melhor compreensão do patrimônio cultural e, dessa forma, contribuir para um melhor entendimento no mundo em que se vive, entendendo que, ao referir-se à comunidade, deve-se perceber a sua grande diversidade (OLIVEIRA, A., 2005).

Como reforça Gonçalves (2001, p. 155)

a palavra chave do ensino de História que se pretenda transformador da sociedade, que busca a formação de uma cidadania crítica é pluralismo (FUNARI, 1997, p. 2). O mesmo ocorre com as pesquisas arqueológicas, se elas não se propuserem a contribuir para a transformação social, por meio da difusão do conhecimento e da educação, continuarão restritas às publicações específicas, às falas exclusivas de um arqueólogo para outro arqueólogo.

Dessa forma,

o conhecimento que [os arqueólogos] produzem sobre o passado, e também acerca do presente, poderá ser gradativamente incorporado à memória coletiva da sociedade de que fazem parte ou, até mesmo, daquelas que foram por eles estudadas, a exemplo de sociedades indígenas e quilombolas. Uma situação como essa pode contribuir para a luta humanista contra todo tipo de racismo e ainda para a inclusão de outros componentes sócio-históricos ao processo de resignificação da própria identidade plural de um país multicultural como o Brasil. Essa idéia não significa, em hipótese alguma, a defesa de algum tipo de nacionalismo alienante e autoritário; tampouco alimentar o mito da democracia racial, muito pelo contrário (OLIVEIRA, J., 2005, p. 118).

Ressaltam-se o papel da educação posta em evidência e a responsabilidade socioeducativa que envolve a práxis dos cientistas geógrafos e arqueólogos, no tocante as suas

²³ Segundo apresenta Oliveira, A., (2005, p. 26): A arqueologia pública é a denominação que tem recebido os projetos educacionais, que buscam apresentar o conhecimento gerado pelas pesquisas arqueológicas, não para a comunidade científica, mas para o público de modo geral (GODOY, 2003). Envolve teoria e prática com a perspectiva de conhecer a quem interessa o conhecimento produzido pela arqueologia, de que forma as pesquisas arqueológicas implicam na sociedade e como estão sendo apresentadas ao público. Mais que uma linha de pesquisa, é inerente ao exercício da profissão (ALMEIDA, 2003).

produções de saberes. Como uma ferramenta, a educação permitirá que os sujeitos atuem no lugar como cidadãos, delegando poder para que no entendimento da sua realidade questionem os saberes e as ideologias, e assim busquem mudanças. No tocante à produção de saberes, cabe aos cientistas-educadores divulgá-los.

Desse fato, destaca-se o papel do arqueólogo junto aos museus, mediante a exposição direta dos artefatos culturais e transmissão da ciência, vindo a caracterizar essas instituições juntamente com a escola como lugares em que a ordem é educar.

Nessa lógica, Soares (2001, p. 7), debatendo o papel social da educação patrimonial, afirma que

o trabalho da Educação Patrimonial é levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização destes bens e propiciando a geração e contínuo processo de criação cultural [...]. É importante demonstrar que a diversidade deve ser valorizada e resguardada, porque é a partir do diferente que se estabelecem as identidades dos povos e dos indivíduos. A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a História é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação, conservação e valorização é chamado de Educação Patrimonial. Assim, a Educação Patrimonial busca despertar a curiosidade dos educandos, fazer que partam de um objeto concreto e através deles busquem mais informações. Quando nos referimos a um objeto concreto, não estamos apenas falando de bens de ordem material, mas também bens de ordem intelectual e emocional, que inseridos na realidade do educando irão se materializar.

Assim, no âmbito desta pesquisa, como nuance de uma reflexão voltada à produção de conhecimento socialmente engajado²⁴ que realmente possa contribuir com o resgate de identidades e a formação da cidadania, inicia-se pelo cuidado com a recuperação do contexto em que objetos arqueológicos foram produzidos. Deve-se entender que cada peça individual de evidência do sistema Guarani é partícipe de um contexto mais amplo e que seu entendimento se dá a partir de uma compreensão física e não-física das múltiplas e recíprocas relações estabelecidas.

Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que os vestígios cerâmicos, bem como outros tipos de vestígios arqueológicos são um relato da história pré-colonial Guarani à espera de leitura para que saibamos uma parcela da cultura materializada do ‘saber fazer’ que os grupos desenvolveram no seu processo cultural. De forma que, o ‘saber fazer’ que um objeto reúne em si, caracteriza uma organização social para que o mesmo seja fabricado, mas, em paralelo, também qual o seu uso e sua importância para o grupo em questão. Com tal prerrogativa, pretende-se analisar pelos estudos de cunho arqueológicos e

²⁴ Sobre essa discussão envolvendo o “engajamento social” para o “fazer arqueológico” de produção de conhecimento voltado a debates envolvendo questões sociais, consultar Schiavetto (2005) e Oliveira, J., (2005).

fontes secundárias²⁵, a busca do uso e significado dos objetos Guarani que caracterizam a nossa paisagem, como se apresentará nos próximos capítulos.

Nessa lógica, tendo o processo cultural como causa para discutir os vestígios arqueológicos Guarani como parte do patrimônio cultural brasileiro, atemo-nos, especificamente, à ligação cultural que os índios Guarani pré-coloniais deixaram registrados no “lugar/território Guarani”, o qual, mais tarde, viria a ser englobado pelo território brasileiro e, mais especificamente, constituiria o Município de Iepê-SP.

De maneira contundente à relação entre território e patrimônio, é de grande notoriedade a conclusão de síntese abordada por Rodrigues (2001, p. 3), com base nas reflexões do geógrafo Guy Di Méo. Para ele, os conceitos de **patrimônio e território**

oferecem correspondências muito fortes. Primeiramente, um e outro possuem uma dupla natureza material e ideal, constituindo-se como referências geradoras de controle ideológico e político. Além disso, ambos exercem uma função mnemônica, além de inscreverem o tecido social dentro da comunidade histórica, concebendo-se, portanto, como fenômenos culturais. Mas, talvez, uma das características comuns mais importantes é que os dois só podem existir a partir de uma apropriação coletiva que lhes atribui significações e que é expressa numa base espacial. Assim, tanto no caso do patrimônio como do território, existe um processo de “adoção”, por meio do qual um grupo se apropria de um território ou de um patrimônio, não somente para lhe imprimir valorizações, mas para se identificar como sujeitos políticos.

Ressalta-se, então, o significado do território como usado, ou seja, na sua ligação entre chão e identidade. É nesse processo que se valorizam os objetos de grupos Guarani pelo fato de indicarem uma ancestralidade cultural da ligação com essa terra, contribuindo, principalmente, para buscar “memórias” que dêem respaldo ao processo de formação da identidade brasileira, ou seja, chão e identidade. Ou seja, de maneira indissociável, como reforça Geraldine (2001, p. 23) citando Halbwachs (1990, p. 143), “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial [...]. É sobre o espaço [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”.

Por fim, é diante de tais considerações que surge o próximo capítulo, com o intento de conhecermos os Guarani pré-coloniais que povoando amplamente o Vale do Rio Paranapanema, dotaram de “vida” alguns locais pertencentes hoje ao Município de Iepê, e que, portanto, no estudo em epígrafe, para alguns desses locais caracteriza-se a condição de salvamento arqueológico mediado pelo conceito de “sítio arqueológico”.

²⁵ Cabe explicar que dentre alguns estudos da arqueologia tem sido freqüente a consulta de dados etnográficos, caracterizando um novo ramo da ciência, a etno-arqueologia. Segundo os arqueólogos, esta busca para além dos objetos culturais tem um fim complementar visando diagnosticar com mais precisão a realidade social em que os objetos se inseriram.

CAPÍTULO 4

ETNO-HISTÓRIA: DE ONDE VIERAM E QUEM ERAM OS ÍNDIOS GUARANI

Tecer algumas considerações a respeito de “quem foram os índios Guarani” que em época pré-colonial deixaram os vestígios de suas ocupações no Oeste Paulista é a questão central deste capítulo. No entanto, considerando a amplitude dos dados que seriam necessários listar para se chegar próximo da resposta ideal, é que surgem questões secundárias a serem buscadas no decorrer deste capítulo, tais como: - Qual a origem dos grupos Guarani que se estabeleceram no Vale do Rio Paranapanema?, - Como era sua cultura?, -Qual a organização social que regia os grupos dessa sociedade, a partir de informações em período de contato?, - Qual a relação entre organização espacial dos sítios arqueológicos e atividades sociais entre grupos Guarani diversos?

É interessante, assim, chamar a atenção à observação de Oliveira (2002, p. 42), quando para tais questões se buscam respostas com forte embasamento nos pressupostos²⁶ arqueológicos:

o passado, então, já passou; ele não pode ser recapturado em si, revivido como objeto. Ele somente existe agora em sua conexão com o presente, na prática presente de interpretação (SHANKS E TILLEY, 1987, p. 26).

A conexão entre o presente e os vestígios arqueológicos pré-coloniais, pertencentes a grupos Guarani, está regida pela condição atribuída a esses objetos como **símbolos** representativos da identidade da identidade brasileira e, portanto, sua caracterização como **patrimônio cultural arqueológico**. Esta condição de patrimônio arqueológico reforça a necessidade de preservar tais vestígios, que, conseqüentemente, terá cada vez mais sucesso se um maior número de pessoas conhecerem esses objetos, cujo propósito está em remetê-las para um tempo pretérito que querem relembrar e/ou manter como suas **memórias**. Para tanto,

²⁶ É mister apresentar, em paralelo, a reflexão da autora (*op. cit.*, p. 26) sobre a verdade e as ciências em geral, mais em específico referente à Arqueologia; assim: [...] salientamos que a concepção de Arqueologia que buscamos não está a procurar a *verdade* sobre o passado. Disto, mais uma característica vem se somar à ciência em pauta, qual seja, sua busca não de objetividade, mas de uma construção textual do passado voltada para o presente (FUNARI, 1995a, 1995b; HODDER, 1992; SHANKS E TILLEY, 1987). Seguindo esta idéia, podemos concluir, baseados em Shanks e Tilley, que “precisamos considerar a Arqueologia como discurso – um sistema estruturado de regras, convenções e significados para a produção de conhecimentos, textos” (1987, p.14). Admitindo ou não uma linha foucaultiana, arqueólogos que encaram seus trabalhos como discursos podem considerar que “uma disciplina não é uma soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade” (FOUCAULT, 1996, p. 31).

faz-se necessário conhecê-los, porque, como já falado em capítulo anterior, **o homem só se apropria daquilo que faz sentido para ele.**

Destaca-se aí o papel da educação patrimonial que traz colocações pertinentes à importância do que é patrimônio, o porquê de manter para a posteridade os bens do patrimônio cultural etc.

É importante ressaltar que muito do que é conhecido sobre os primeiros habitantes do Brasil está disperso em obras produzidas por viajantes e jesuítas a serviço dos interesses das coroas portuguesa e espanhola, durante os anos do século XVI. Apesar do reconhecimento e da veiculação que se faz do grande ônus causado aos índios com a chegada dos europeus em terras brasileiras, ressalta-se a complementaridade que as fontes etnográficas podem oferecer aos estudos arqueológicos, como no presente estudo, envolvendo os vestígios materiais da cultura Guarani do período pré-colonial.

Segundo Noelli (1993), diversos conteúdos das fontes históricas possibilitam uma aproximação bastante fiel dos grupos no período dos primeiros contatos, uma vez que a ligação entre as sociedades desaparecidas (arqueológicas) e as sociedades históricas e atuais é inegável. Assim,

o ponto de partida para a reconstrução da organização social e o parentesco para as sociedades no período anterior ao contato é a analogia etnográfica. As fontes históricas podem dar com certa precisão a organização sócio-política no tempo dos primeiros contatos. Os dados arqueológicos, em contraponto, permitem observar como a cultura material apresenta-se em períodos ainda mais recuados. Adotando a proposta de Allen e Richardson (1971, p. 50) sobre a relação de entre a cultura material e a estrutura social, parto do princípio de que se pode observar as mudanças de 'estilo e design' na cerâmica através do tempo e do espaço. Como não há mudanças significativas, e sabendo-se que a sociedade Guarani é baseada na reprodução, concluo que a organização sócio-política Guarani vem reproduzindo-se igualmente desde sua primeira manifestação cerâmica como hoje é conhecida (SOARES, 1997, p. 214, grifos nossos).

Para tanto, Soares (1997) afirma que há uma relação estreita entre a cultura material e a organização social²⁷, em que a continuidade da primeira não é só produto da segunda; antes, há uma correlação de ambas ao longo do tempo e do espaço. Se a organização social não determina diretamente a reprodução da cultura material, por outro lado a estimula.

²⁷ Sistema de parentesco, conforme Fernandes (1989, p. 130 apud SOARES, 1997, p. 14), é “o estudo do sistema de parentesco de uma sociedade, neste sentido, inclui a investigação das regras relativas ao matrimônio, dos princípios estruturais da organização da família, do sistema de direitos e deveres que regulamentam o tratamento recíproco e o comportamento dos parentes, das concepções existentes acerca do parentesco e da nomenclatura do parentesco”. Em outras palavras, a linearidade ou filiação, a localidade, o matrimônio, as relações entre afins e não-afins e a terminologia de parentesco.

Soares²⁸ (1997, p. 20-21) propõe, então, que existe uma unidade e continuidade da organização social desses grupos no período pré-contato com o europeu, com base nos seguintes dados:

- Há uma unidade e continuidade da reprodução da cultura material e provavelmente da subsistência destas sociedades durante pelo menos dezesseis séculos (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993), conforme indicam as datações radiocarbônicas dos sítios arqueológicos;
- Há uma unidade lingüística comprovada pelos dicionários ao longo da conquista e da colonização (MONTROYA, [1639] 1876; RESTIVO, [1722] 1892; GATTI, 1985; CADOGAN, 1992);
- Há uma unidade da família lingüística Tupi-Guarani anterior ao contato com o europeu (como sugerida por Rodrigues, 1964; 1984/5);
- Há uma unidade da organização social entre os diferentes grupos de fala Guarani ao longo do contato e atualmente (SUSNIK, 1979/80; MELIÀ, 1986).

Nesse sentido, existe um conjunto de tribos no Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru, cujas línguas são aparentadas formando o que se chama “tronco lingüístico Tupi, dividido em famílias, uma das quais dita Tupi-guarani” que reúne grupos Guarani da Bacia do Prata (vales dos rios Uruguai e Paraguai) e os grupos do litoral carioca e maranhense (Tupiniquim, Tupinambá), além de outros localizados na Bacia Amazônica (PROUS, 1992).

Explicando melhor, "os Guarani são povos definidos lingüisticamente como fazendo parte do grande tronco Tupi, com uma ampla dispersão no território brasileiro, englobando as línguas da família Tupi-guarani" (OLIVEIRA, 2002, p. 81).

Com o objetivo de sistematizar e intensificar as pesquisas arqueológicas, uniformizando a metodologia e a nomenclatura empregadas em diversas publicações sobre os povos Guarani e Tupi, a atividade do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), a partir do ano de 1965, resultou na invenção do rótulo "Tupiguarani".

Segundo Morais (2000), jamais deveria haver preocupação em separar o que é arqueológico daquilo que é etnográfico, dando a impressão de que a Arqueologia é a

²⁸ É imperioso destacar a importância da pesquisa realizada por Soares (1997), cujo objeto de estudo está centrado na organização social da sociedade Guarani de forma que se torne uma ferramenta teórica a auxiliar a compreensão do uso e significado do espaço – sítios arqueológicos – em período pré-colonial, lembrando que “todo espaço é ordenado socialmente”. Assim, a sistematização de dados trazida por Soares (*op. cit.*) está apta a solucionar problemas de ciências afins envolvidas com assuntos de grupos Guarani pré-coloniais e/ou atuais, como a História, a Arqueologia e a Antropologia. Justificando o motivo para realização da sua pesquisa, Soares (1997, p. 15) esclarece que: o impasse vivido era bastante claro: “arqueólogos não conhecem o sistema de parentesco para o período pré-contato, ao mesmo tempo que os antropólogos mostram interesse por sociedades atuais e não do século XVI. Aqueles usam os dados etnográficos atuais – malgrado todas as ressignificações e ressemantizações sofridas ao longo do contato – enquanto estes trabalham com presentes etnográficos bastante breves que, mesmo considerando a historicidade do grupo, pouco contribuem para o entendimento das sociedades no período dos primeiros contatos. Estas dificuldades eram ampliadas pela existência de poucos trabalhos interdisciplinares e pela limitação teórica da arqueologia brasileira para lidar com questões tradicionalmente trabalhadas pela antropologia”.

especialidade dos cacos e a Etnologia, dos índios. Sugere ainda esse autor: “Por que não encarar um Sistema Regional Guarani e um Sistema Regional Tupinambá, desdobrando a arqueológica (e artificial) Tradição Tupiguarani”.

A respeito das atividades pronapianas, Oliveira (2002, p. 83) faz o seguinte comentário:

[...] como Tradição Ceramista Tupiguarani, [...] além de tornar difícil uma divisão entre Tupis e Guarani, para finalidades de pesquisa, tal denominação é muito abrangente, pois ao fazê-la, [...] não levaram em consideração as peculiaridades e diferenças entre estas duas culturas.

Ou seja, designando os indígenas Guarani e Tupi sob esse termo, sem que houvesse uma ligação étnica, passaram somente a distinguir os achados arqueológicos dos grupos conhecidos etnograficamente.

Conforme aponta Noelli (1993, p. 57-58), o PRONAPA descreveu a cerâmica Tupiguarani como

[...] uma tradição cultural caracterizada por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás (PRONAPA, 1970 apud NOELLI, 1993, p. 57-58).

De maneira intrínseca a esses objetos, há um aspecto cultural que regia os membros do grupo quando confeccionavam e/ou utilizavam esses objetos nos seus antigos assentamentos. Qual seria? Ou, como uma pergunta primordial: “qual a origem da cultura Guarani?”.

Nesse sentido, a evidência de material cerâmico mais antigo na Região Amazônica, entre 5000 e 7000 anos atrás, bem como o reconhecimento atual de que quase todas as famílias lingüísticas do tronco Tupi se concentram na região do alto Madeira, atribui-se a essa região a condição de ponto inicial de dispersão de grupos ceramistas relacionados à tradição Tupiguarani, ou melhor dizendo, aos grupos Tupi, por volta do ano 500 d.C., e aos grupos Guarani, por volta do ano 100 d.C..

Segundo aponta Figuti (2000), a confecção da cerâmica por povos que viviam na Amazônia durante o período Arcaico e início do Formativo é decorrente da imposição do ambiente de floresta fechada em domesticar tubérculos, como a mandioca e a batata doce, para que sobrevivessem. Nesse habitat, então, para a preparação de tais alimentos, principalmente, começaram a fabricar peças em cerâmica, ou conforme destacam Noelli (1993) e Scatamachia (1990), houve um crescimento do uso desse utensílio doméstico entre os grupos indígenas que se dedicavam ao manejo agroflorestal como principal fonte para obtenção de alimentos. Assim, os povos conhecedores da técnica de confeccionar cerâmica

voltada para o preparo e armazenagem de alimentos, como também realizadores da prática do manejo de espécies alimentícias, são denominados agricultores-ceramistas.

Conforme reconhece Roosevelt (1992, p. 54), “inovação cultural e desenvolvimento não eram esperados na 'floresta úmida tropical', considerada muito densa para o deslocamento fácil, muito pobre em recursos animais e vegetais comestíveis para manter caçadores-coletores [...]”.

Segundo esse mesmo autor,

as colheitas de sementes, como o milho, parecem ter penetrado nos sistemas de subsistência das várzeas da Grande Amazônia durante o primeiro milênio a.C.. Neste período houve um aumento muito rápido da população indígena [...]. Com as sementes, podia-se produzir e estocar uma maior quantidade de amidos e proteínas do que com as roças de raízes e a coleta de flora e da fauna nativas (ROOSEVELT, 1992, p. 74).

Atentando as várias particularidades existentes dentro da floresta tropical úmida, a grande maioria das pessoas que vivia nos tempos arcaicos dirigiu-se para as várzeas amazônicas. No entanto, com a intensificação do aumento populacional ao longo das várzeas dos rios,

[...] o acesso às limitadas áreas de várzea acabou por gerar pressões que precisaram ser aliviadas por meio de migrações em busca de ambientes similares, [...] a fim de lidar com tais situações de stress de subsistência, o que se reflete não só no registro arqueológico, mas também na distribuição descontínua das principais línguas das terras baixas²⁹ (GOMES, 2002, p. 59).

Assim, é suposto que tenha começado a haver uma competição pelas ricas áreas agricultáveis e de pesca, “[...] e provavelmente, agravou-se ainda mais, quando as poucas terras disponíveis para a agricultura de roça tiveram que ser reutilizadas antes de terem sua fertilidade restaurada” (MEGGERS, 1992 apud GOMES, 2002, p. 52).

Segundo Scatamacchia (1990, p. 58),

a Amazônia experimentou períodos alternados úmidos e secos, com datação que localiza o episódio mais recente entre 3.000 e 2.000 anos passados, tornando desta forma, contemporâneo à data estimada para a dispersão Tupi-Guarani.

Com o fim de explicar a dispersão Tupi-Guarani, Alfred Métraux, por meados de 1927, foi quem primeiro idealizou um modelo para o movimento migratório de grupos ceramistas relacionados à Tradição Tupiguarani. No seu trabalho, Métraux o

²⁹ Com o objetivo de descaracterizar hipóteses, fundamentadas no esgotamento do solo, referente às causas para mudanças de lugar das aldeias, com base no trabalho de Carneiro (1961), Noelli (1993, p. 255) declara que esta mudança deve-se a questões simbólicas e ainda, em paralelo, apresenta que a abordagem geo-agronômica recente comprova que na Amazônia há uma intensa diversidade de solos, entre ‘[...] os mais ricos e os mais pobres do planeta [...]’, de acordo com Moran (1990, p. 203).

caracteriza como: "[...] um movimento migratório de sul para o norte, a partir da base Paraná-Paraguai, onde Tupinambá e Guarani teriam se separado" (OLIVEIRA, 2002, p. 85).

No entanto, diferindo-se de Alfred Métraux e contestando a idéia de uma grande Tradição Ceramista Tupiguarani defendida até então pelo PRONAPA, Brochado inova sugerindo um modelo, a partir do qual,

[...] duas extensões distintas da Tradição Polícroma Amazônica no leste da Amazônia do Sul e, portanto, deve ser dividida em duas subtradições que representam as cerâmicas produzidas por dois grupos distintos - os Guarani e os Tupi - os quais tiveram histórias totalmente separadas durante os últimos dois mil anos (BROCHADO, 1987 [1991] apud OLIVEIRA, 2002, p. 108).

Segundo Fausto (1992, p. 382), Brochado compreende que,

[...] os proto-Guarani teriam rumado para o sul via Madeira - Guaporé e atingido o rio Paraguai, espalhando-se ao longo de sua bacia desde o início da era cristã [...], já os proto-Tupinambá teriam descido o Amazonas até a sua foz, expandindo-se, em seguida, pela estreita faixa costeira em sentido oeste-leste, e depois norte-sul. A ocupação total do litoral teria ocorrido entre 700 - 900 d.C. e 1000 - 1200 d.C., quando os grupos Tupi mais ao sul teriam sua expansão barrada pelos Guarani (BROCHADO, 1984 apud FAUSTO, 1992, p. 382).

Baseando-se em contextos arqueológicos como suporte, o modelo proposto por Brochado é de grande aceitação. Na cerâmica da Subtradição Guarani, reconhece-se como característica a decoração plástica, com predomínio do corrugado, e a presença de urnas funerárias; devido a essas características é também conhecida como Subtradição Corrugada. Por sua vez, a cerâmica da Subtradição Tupinambá, ou Subtradição Pintada, caracteriza-se pela presença de decoração pintada policrômica.

Como aponta Robrahn González (1996), a Tradição Polícroma Amazônica teria como data mais recuada 1500 a.C., a qual teria sofrido a primeira fração no ano 100 d.C., relacionada a grupos Guarani, e o segundo desmembramento, relacionado a grupos Tupi, por volta do ano 500 d.C., o qual descendo pelo litoral, mais tarde, deparou-se ao sul de São Paulo com o primeiro movimento migratório - os Guarani.

De modo geral, para estabelecerem um novo aldeamento, “[...] o homem pré-colonial Guarani escolheu unidades geográficas, para estabelecer assentamento, de acordo com as atividades que pretendia desenvolver” (FACCIO, 1998, p. 36). “De modo geral, preferiam lugares parecidos com aquele da Amazônia em que viveram, pois assim, saberiam como agir para sobreviver nesse novo local, amparados na sua tradição frente às novas situações” (SANTOS, J., 2002, p. 24).

Conforme Noelli (1993), raros são os sítios que estão além dos 400 metros acima do nível do mar ou distantes de cursos d'água. Praticamente, não foram encontrados sítios fora de áreas florestadas.

Para o Município de Iepê, os grupos ceramistas ocuparam vertentes suaves, na maior parte dos casos, áreas de terra fértil (terra roxa). Eventualmente instalaram suas ocupações em área de terraço.

Estes assentamentos estão sempre próximos a um rio ou ribeirão, corredeiras, fontes de argila, nascentes de água, depósitos de cascalheiras ou afloramentos de arenito silicificado intra-trapiano, [ou seja, estes] [...] são fatores que o homem verificou antes de instalar seu assentamento em um determinado espaço (FACCIO, 1998, p. 36).

Segundo aponta Schimtz (1982), citado por Faccio (1998, p. 51), “o clima deve ter sido ponto levado em consideração, no momento da população pretérita estabelecer assentamento”.

Noelli (1993) afirma que os Guarani escolheram, predominantemente, ambientes com clima sem estação seca, tipo Cfa (úmido mesotérmico subtropical com verões calorosos), com temperatura média mais fria entre 10 e 21°C, pluviosidade média entre 1200 e 2020 milímetros.

Mediante as características locais onde estabeleceram assentamentos, seguindo por lugares diferentes, "os índios Guarani, acostumados com terras mais frias, [...] cultivavam o milho, o aipim, o feijão, a batata e abóboras" (OLIVEIRA, 2002, p. 87). Por outro lado, os Tupi “adaptados às quentes condições do norte-nordeste, teriam uma subsistência baseada no cultivo da mandioca [...]” (ROBRAHN GONZÁLEZ, 2000, p. 22).

Como complementa Oliveira (2002, p. 87), “a diferenciação na alimentação pode ser percebida pela variedade de formas de vasos cerâmicos”, pois, “como parte inter-relacionada da cultura, a cerâmica pode fornecer informações sobre outros aspectos não-cerâmicos desta cultura, mas que se refletem na sua produção” (SCATAMACCHIA, 1990, p. 75).

É marcante que as grandes vasilhas de cerâmica, além de terem sido produzidas voltadas à alimentação, também eram utilizadas para fazer enterramentos entre os Guarani. Como relato “etnográfico”, o padre espanhól Montoya, no século XVI, descreve este costume de enterramento entre os índios Guarani da seguinte forma:

juzgaban que al cuerpo ya muerto acompañaba el alma en sua sepultura, aunque separada; y asi muchos enterraban sus muertos em una grandes tinajas, poniendo um plato em la boca, para que em aquela concavidad estuviese más acomodada el alma, aunque estas tinajas las enterraban nasta el cuello. Y cuando a los cristianos enterrábamos em la tierra, acudia al disimulo uma vieja com um cedazo muy curioso y pequeño, y muy al disimulo traia el cedazo por la sepultura, como que sacaba algo; com que decían que em él sacaban el alma del difunto para que no padeciese enterraba com su cuerpo (MONTROYA, [1939] 1989, p. 78).

Scatamacchia (1990, p. 62) aponta como causa primordial à diferenciação dos dados arqueológicos entre grupos Guarani e Tupi, a seguinte explicação:

o longo tempo de afastamento explicaria a ligeira diferenciação linguística, e a aparente homogeneidade da cultura material estaria ligada à formação já consolidada da cultura matriz e a conseqüente estabilidade de certos traços culturais, característica da estrutura tribal.

Scatamacchia (1990, p. 54) afirma ainda que:

para o índio possuidor de uma técnica naval desenvolvida, quase toda a zona tropical e parte temperada da América do Sul estavam ligadas por grandes vias fluviais de percorrer, o que significava o fácil tráfego entre as duas grandes bacias hidrográficas, a Amazônica e a do Prata.

Como relata o padre espanhól Antônio Ruiz de Montóya, no século XVI, em viagem pela Bacia do Prata,

[...] esta tierra es toda montuosa y agria, a cuya causa se iba de un lugar a otro por ríos, que los hay muy grandes, y en estos parajes, el río Paraná, que es el que comunmente llaman de la Plata, tiene por algunas partes a dos leguas de ancho (MONTTOYA, [1639] 1989, p. 59).

Dessa forma, supõe-se que utilizando um conhecimento náutico e a vasta rede fluvial existente em todo território brasileiro, composta por rios como o Amazonas, Paraguai, Paraná, Tietê, Paranapanema, entre outros, isso facilitou que os Guarani alcançassem o Rio Paranapanema.

Segundo Martins³⁰ (2002, p. 41), nos últimos dois milênios, os índios Guarani como hábeis canoieiros,

provavelmente em busca de melhores terras ou motivados por alguma razão de natureza ambiental/cultural, migraram em grupos da região amazônica em direção ao Sul, espalhando-se pelas terras férteis existentes na bacia Platina. Posteriormente, este passou a ser seu território por excelência. [Nesse sentido,] vários subgrupos étnicos falantes da língua Guarani, contatados pelos colonizadores ibéricos nas primeiras décadas do século XVI, formaram-se durante esse longo e duradouro processo migratório [...].

Como reforça Montoya, havia facilidade em se viajar durante dias navegando pelos rios, assim como os padres fizeram pelo Rio Paranapanema, no século XV, relatado no trecho,

[...] guió-los el cielo por un río llamado Paranapane, que quiere decir río desdichado y sin ventura. [...]. Navegaron por este río arriga diez u once días, todo despoblado, y ao cabo dieron en un pueblo que estaba orilla del mismo río y por un lado le ceñía un arroyón llamado Pirapó ([1639] 1989, p. 60).

³⁰ Conforme cita o autor em seu trabalho, há estimativas de que, no século XVI, a demografia dos índios Guarani deveria superar um milhão de pessoas, em toda a bacia Platina.

Se o índio se utilizava muito dos cursos fluviais para realizar viagens, principalmente quando se pensa na migração entre as bacias Amazônica e Platina, paralelamente, não se pode esquecer das viagens feitas por terra percorrendo trilhas no meio da mata, como se fossem verdadeiras estradas, abertas e mantidas pelos índios. Conforme indica Noelli (1993), há relatos históricos que destacam uma dessas trilhas, denominada o caminho de **Peabirú**.

Os Guarani com certeza tinham uma ampla rede de caminhos entre suas aldeias no Brasil meridional, que ao tempo do início da colonização foram intensamente utilizados. Essas trilhas, de quilometragem variável uniam o interior da Bacia Platina e a costa atlântica, sendo que algumas delas passaram à história como peabirú, pois foram utilizados pela expedição de Cabeza de Vaca durante sua caminhada do litoral para São Vicente, no litoral paulista. O peabirú não teria sido uma rota única, mas a possibilidade de se percorrer várias trilhas que dependiam da geografia das aldeias dentro dos extensos territórios Guarani ou Tupinambá do século XVI. [Assim,] [...] as trilhas serviam para ligar a aldeia até as roças (T:98, 289), porto das canoas (B:33), outras aldeias, pesqueiros, etc, e recebiam o nome de **pè** (T:265), **pê** (B:233) “caminho” (NOELLI, 1993, p. 269-270).

Nessas sociedades, especialmente a Guarani, Montoya ([1639] 1989, p. 72)

relata que:

[...] carne alguna vez la veíamos de caza, que bine de tarde en tarde nos traían algún pedazuelo de limosna. El principal sustento eran patatas, plátanos, raíces de mandioca, de que hay dos especies, dulce una, que asada o cocida se come y no hace daño; la otra es brava y amarga, y comida desta manera mata; rallada y exprimida se come, y el zumo lo usan muchos para dar sabor a lo que con ella se cuece.

É com base no trabalho de Montoya, principalmente, que Noelli (1993) e Soares (1997) caracterizam a sociedade Guarani como a sociedade da fatura³¹, pois os Guarani faziam derrubadas da mata para fazer uma roça, aproveitavam muito bem os antigos locais de roça retirando as ervas daninhas que iam surgindo paulatinamente, aproveitavam picões abertos no meio da mata e, ainda nas próprias trilhas eram deixados diversos tipos de plantas de seu interesse e conhecimento para que as mesmas contivessem a retomada da mata nativa e assim fossem paralelamente um local de obtenção de alimentos até quando viajavam percorrendo longas distâncias.

A esse respeito Noelli (1993) apresenta as seguintes informações:

³¹ Sobre o consumo de proteínas, Noelli (1993, p. 255-256) informa que: “pesquisas quantitativas revelaram posteriormente que todas as populações nativas estudadas ingeriam uma média superior ao mínimo diário recomendado pela FAO/ONU (CHAGNON et HAMES, 1980, p. 349). Revelaram também que a escassez de presas de caça não é um fator limitante de proteínas e não resulta na necessidade de deslocar a aldeia de lugar, pois existem vários mecanismos que impedem quedas completas da capacidade de suporte (BALÉE, 1984). [Assim,] [...] os povos com sensibilidade biológica concentrariam sua alimentação nas proteínas vegetais quando vivessem em densas populações, [bem como,] há de modo geral uma grande variação de fontes protéicas consumidas sazonalmente, oriundas da carne de répteis, dos ovos de *Chelonia*, de insetos e, principalmente, de vegetais’ (BECKERMAN, 1979, p. 553)”.

Um dos mais repetidos pré-conceitos da etnografia sul-americana, o de que a roça seria abandonada devido à sucessão secundária, é cabalmente derrubado pelas informações encontradas em Montoya. Depois que a roça estava plantada, as ervas daninhas que iam brotando, principalmente gramíneas e diversas herbáceas, continuavam sendo sistematicamente arrancadas durante o processo natural de revegetação: **yipiquire amondorog** (T:177) “arrancar os brotinhos”, **aynambiquipoog** (T:31) “arrancar os brotinhos com a mão”, **ahenoi pau pau poog** (T:381) “retirar umas plantas dentre outras que nascem, etc”. A limpeza de macegas na roça deveria ser sistemática, uma vez que cotidianamente havia trânsito de mulheres colhendo alimentos. Já nas trilhas e clareiras, deduz-se, isto seria menos corriqueiro e, um encargo masculino (p. 269).

As trilhas Guarani, como as de grupos amazônicos, representavam um intenso manejo agroflorestral e uma possibilidade de aumento na produção de alimentos, pois em muitos trechos delas eram plantadas espécies alimentícias, medicinais, matérias-primas, etc (p. 270).

A constante transferência de mudas dentro da mata para os vários locais de plantio dentro dos domínios da aldeia, nas trilhas, roças, clareiras e outros locais estão redimensionando os conceitos a respeito da produção de subsistência (KERR, 1987). Isto deverá influir na proposição de novas definições antropológicas e arqueológicas sobre captação de recursos, padrões de subsistência, análise locacional e análise regional (p. 270-271).

Soares (1997) apresenta em seu trabalho alguns dados entre organização social Guarani e a dinâmica em torno da produção de alimentos. Revela o autor, com base em dados etnográficos, que os Guarani compunham uma **sociedade da reciprocidade**, regida pela busca de **prestígio** entre os chefes de aldeia. Dependendo do status do chefe, este reunia a sua volta grupos de outras aldeias para determinados eventos, tais como: a abertura de nova área na mata para formação de roça, grupos de guerras etc. Nesse sentido, em conformidade ao prestígio do chefe, há uma correspondência entre território e contato/união entre aldeias.

Uma das características do *ethos* Guarani é a reciprocidade. Essa mesma reciprocidade pode ser demonstrada através das alianças de casamento, mas sobretudo, e mais cotidianamente, através dos convites, os quais seguindo a estrutura social Guarani começam pela família extensa, o **teýy**, passando pela aldeia, ou **amundá**, logo depois a coletividade de aldeias ou famílias extensas que estão inseridas em um território, o **teko'á** e as regiões ou **guará** (SOARES, 1997).

Cita Soares (1997, p. 139-140), então, que é dentro do **teýy** que ocorrem as relações mais estreitas em nível de parentesco.

Nele (dentro do **teýy**) se encontrarão pais, filhos, genros, noras, sobrinhos, primos, de acordo com o prestígio do **teýy-ru** – pai da família extensa. É justamente neste núcleo que as relações afins são mais evidentes, através do auxílio mútuo entre tios-sobrinhos, tias maternas-sobrinhas, avô-neto, sogra-nora, entre outras. O auxílio prestado entre as gerações alternadas reforça a integridade do **teýy** (SUSNIK, 1979-1980, p. 18). Em todas as atividades serão estas alianças as mais repetidas, seja nos rituais de nascimento, puberdade ou morte [...]. As ligações e relações da cooperação e reciprocidade diferem nos **teýy** e **teko'ás**. Nas festas religiosas, representam-se a base social, política e religiosa, em nível tribal, enquanto que nas casas se forma unidades de produção e consumo restritos a cada família extensa (MELIÀ, GRÜNBERG ET GRÜNBERG, 1976, p. 212-213).

[Por sua vez,] em nível de aldeia – **amundá** –, as diversas atividades coletivas iniciam no convite, **pepi** – ‘festa, convite’ (B:04), seja para uma caça ou pescaria coletiva, seja para abrir uma roça. Estas atividades coletivas, conhecidas como **potyro** ou puxirão, estreitam os vínculos de amizade formal e de parentesco. “O **potyro**, se economicamente é trabalho em comum, socialmente é **pepy**, convite” (MELIÀ, 1989).

Para os Guarani, a realização de determinadas atividades estava organizada de acordo com grupos de trabalho, estabelecidos a partir da idade de seus membros, que seriam da mesma aldeia – **amundá** – e do **teýy**. Conseqüentemente, mediante o aumento da idade dos membros do grupo, haveria para o grupo mudança de categoria e mudança de seu nome que, além de envolver os parentes próximos no ritual de passagem, formaria outros laços de reciprocidade dentro da aldeia, uma vez que se forma um grupo distinto da família, o ‘grupo de trabalho’³² conforme a categoria de idade (SOARES, 1997).

Se para a sociedade Guarani a ordem reguladora está calcada na relação dual entre prestígio e reciprocidade, Soares (1997, p. 142) explica que, “além dos ‘grupos de trabalho’, pode-se falar dos ‘grupos de comer’ (BALDUS, 1970, p. 333) ou ‘*fastgroups*’ (WAGLEY, 1943), sendo que o convite pode envolver outros núcleos habitacionais. O convite para comer coletivo, com todas as famílias extensas, é tratado como ‘convite público’ – **pabe caruguaçu, carugruaçu tei pe** (B:249)”.

Dentro da casa comunal, as famílias nucleares tendem a comer em um mesmo prato ou panela, sentadas ao redor do **tata ipi** – fogo (T:357). Já no âmbito exterior a casa comunal, é grande a honra do **çoo** – ‘ser convidado’ (T:172) e ainda melhor no **caruguaçu** – ‘convite para comer’ (T: 82). Esse convite para comer segue primeiro a disponibilidade de comida, pois da quantidade dependerá a abrangência social do convite, da família à região. O primeiro passo é o **caruguaçu amonã** – ‘fazer convite’ (T:82) –, que seguirá conforme o evento que está em andamento, fazer uma casa, uma roça ou convite para casamento e outras festas que envolvem excedente de produção agrícola. Em suma, convida-

³² É Baldus (1970) que apresenta dados sobre “grupos de trabalho” em trabalho desenvolvido junto a grupos Tupi.

se para ‘comer no mesmo prato’ a fim de reforçar laços sociais, **oyoaihucué oromboibi** – ‘renovamos as amizades’ (T:168), dentre os quais ligam-se pessoas sem laços de parentesco sanguíneo que são aliados potenciais, tratados como ‘amigo’ – **cheyecotiahá** (T:191) (SOARES, 1997).

A perseguição da interpretação social destes eventos pode nos levar à interpretação de micro-estruturas arqueológicas de fogueiras residenciais, dentro e fora da casa, assim como acúmulos cerâmicos remanescentes de vasilhas inteiras quebradas sobre um mesmo local, obtendo-se pelo tamanho da área de combustão (largura) e sua profundidade o tamanho do espaço tratado e do evento a que se refere. Pode-se estar em frente a uma fogueira **carúhape** – ‘o lugar onde se come’ (T:82) até uma aldeia central, como sede de um **teko’á**, onde os restos de alimentos e o número de vasilhas de grande tamanho apontarão para festividades frequentes (BLITZ, 1993, p. 80-96 apud SOARES, 1997, p. 146).

É interessante essa reflexão acima de Soares (*op. cit.*), na razão de remeter a uma situação em campo³³ mediante as estruturas arqueológicas que dão suporte à comprovação desses tipos de festividades.

Trocas de mulheres na forma de *cuñadazgo* também impulsionavam o estabelecimento de novas alianças. Ser mulher na sociedade Guarani, segundo esclarece Soares (1997, p. 77, grifos do autor), significa(va):

‘lote, fogo, rede, prole’ (SUSNIK, 1983, p. 84), além disso, a coleta e o trabalho na roça cabem a ela. Talvez a maternidade seja o seu papel mais importante, como coloca Montoya (T:114) mãe – **çi** – ‘mãe natural e raiz de onde procede a casa’, evidenciando a importância da procriação, pois ‘o antigo ideal da mulher Guarani sempre foi seu rol da **haí** da mãe-procriadora, a garantia das comunidades **teýy**’ (SUSNIK, 1983, p. 16).

Quanto maior o tamanho da família nuclear, maiores eram as possibilidades do chefe da família para alcançar prestígio e assim sucessivamente para os chefes³⁴ de **teýy**, de **teko’á** e **guará**, pois o casamento era um trunfo para estabelecer alianças por meio da troca de mulheres. Ou seja,

³³ Ao passo que reconhece a contribuição deixada por Soares para confrontação entre teoria e prática – o trabalho em campo de resgate dos vestígios arqueológicos – sabe-se da limitação para a contextualização dos materiais arqueológicos do Município de Iepê, uma vez que estes foram remexidos pela dinâmica das águas do lago da UHE Capivara, provavelmente não sendo encontrados em seus locais originais de descarte.

³⁴ Segundo relata Soares (1997), quanto maior o poder do chefe político, maior era o número de suas esposas.

[...] nas fronteiras étnicas, tanto a guerra como a aliança podem servir como ampliadores do território, sendo que na aliança pode se incorporar o adversário/inimigo que se transforma em cunhado, ao mesmo tempo que se ampliam as redes de parentesco [...].

O que está em questão é que há relações entre afins³⁵ e não-afins, em nome da obtenção de prestígio e alianças. Explica Soares (1997), que tais relações correspondem às atitudes que os indivíduos assumem frente às regras da sociedade, em que relações entre afins são as relações entre os parentes ‘casáveis’ ou ‘que podem trocar mulheres’, e as relações entre não-afins são aquelas que se estabelecem via competição ou agressão. Outros tipos de relações como amizade ou inimizade podem ser classificadas como ‘jocosas’ (*joking relationship*) ou evitação (*avoidance*) (SOARES, 1997, p. 86, grifo nosso).

Nesse sentido, mulheres de outros grupos culturais inseridas nas famílias extensas Guarani como escravas, por meio do rapto e/ou do casamento, causam para o chefe Guarani um ganho de alianças entre diferentes grupos étnicos e a ampliação de sua influência territorial, mas, principalmente, causaram outra repercussão no âmbito arqueológico, que é a evidência de material cerâmico exógeno em sítio Guarani, dentro da mesma ocupação espaço-temporal.

Desta forma, explica-se a presença de elementos exógenos àqueles considerados tradicionais nos sítios arqueológicos ‘tipicamente’ Guarani e a longevidade de certos sítios. Na expansão de suas fronteiras, os Guarani incorporavam para o seu *kindred* as mulheres como escravas e os inimigos como cunhados. Na ‘aquisição’ destas mulheres, ou **tapi**ízação, certamente outros grupos não-Guarani eram incorporados, trazendo consigo suas técnicas e cultura material.

Durante a imposição da língua e com ela os valores sociais, é possível que estes indivíduos incorporados, pertencentes a grupos não-Guarani, mantivessem por curtos períodos de tempo seus padrões culturais, denominados no registro arqueológico como ‘intrusivos’, quando na verdade seriam pontos de limite em um primeiro momento de expansão das fronteiras (SOARES, 1997, p. 111-112).

Por sua vez, ao evidenciar-se um material exógeno à cultura Guarani, questiona-se a localização desses grupos inimigos, haja vista que esse material é/foi reflexo de interação entre inimigos e que, portanto, pode significar a prova para reconhecimento do limite entre os **guará**, o inimigo, situando-se “à frente”. De maneira geral, essa localização poderia ser buscada por meio dos seus sítios arqueológicos em correspondência temporal com a ocupação Guarani; no entanto, infere-se também que, por vezes, esses sítios arqueológicos podem estar muito distantes entre si, o que dificulta a obtenção de tal dado. Em paralelo, sabe-se também que o estágio dos estudos arqueológicos envolvendo determinados grupos pode ser

³⁵ Como um exemplo, de relação entre afins, tem-se o casamento interétnico que ocorreu entre índias e os espanhóis. “A ausência das mulheres, retidas ou casadas com os cristãos, desviava a produção da mão-de-obra, além de retirar o prestígio dado pela prole e a manutenção e reprodução cultural através da ‘escola matrimonial’ [...]. Outras consequências deste contato é a instabilidade social, já que os primeiros colonizadores eram mantidos pelos Guarani [...]. Na verdade, os espanhóis detêm grande número de mulheres, ‘o que desequilibra a organização social e a economia Guarani, pela divisão e complementariedade de papéis existentes entre homens e mulheres nesta sociedade” (SOARES, 1997, p. 78-79).

diferente, devido à própria localização dos sítios, como exemplo a localização em estados brasileiros diferentes, bem como, as origens distintas de financiamentos disponibilizados para os estudos arqueológicos.

Referente ao prestígio e à localidade de cônjuges, Soares (1997, p. 82) afirma que, tanto para os Guarani pré-coloniais como para os Guarani modernos, a localidade é definida da seguinte forma:

O homem que se casa fica com os sogros ou perto deles; ao nascer o filho adquire direito a residência própria; se o prestígio dos pais do noivo é maior que dos da noiva, a residência é patrilocal; uma família extensa – *xenemona* – é tradicionalmente o verdadeiro orgulho dos Guarani (MELIÀ apud SUSNIK, 1983, p. 85; MELIÀ, GRÜNBERG ET GRÜNBERG, 1976, p. 220).

Continua o autor (ibid., p. 83): “este tipo de localidade chama-se *kindred*, ou seja, famílias extensas que agregam diversas famílias nucleares reunidos em torno de uma liderança política e/ou religiosa através de laços de parentesco sanguíneo ou político e/ou adotivos³⁶” (SUSNIK, 1979/80, p. 84; SUSNIK, 1983; MELIÀ, 1987; MELIÀ, GRÜNBERG et GRÜNBERG, 1976).

A presença de hierarquia entre as chefias (tanto política quanto religiosa), junto com outras características sócio-políticas pertinentes à sociedade Guarani, tais como: a existência de uma liderança que é reconhecida dentro de uma região, os elos de parentesco sanguíneo e político que ligam as aldeias, a presença de enterramentos diferenciados, a existência de uma agricultura desenvolvida capaz de gerar excedentes, a **centralização temporária** da chefia nas mãos de um líder guerreiro, o reconhecimento de unidades sociais diferenciadas dentro da mesma cultura, assim como a unidade sociopolítica presente nas parcialidades permitem a Soares (1997) analisar a sociedade Guarani na condição de **cacicado**.

Segundo afirma o autor acima, o termo ‘cacique’ não é originário do Brasil, mas importado das Antilhas e usado desde a época do descobrimento da América, de forma que os europeus necessitavam classificar os sistemas políticos indígenas para relacionar com as hierarquias européias. Assim, em textos escritos por europeus, é comum encontrar termos como ‘caciques’, ‘principais de aldeia’ e ‘cacique principal’, como se pode constatar na seguinte citação:

³⁶ Esse é o caso para mulheres de outros grupos étnicos, inseridas na família extensa em decorrência da expansão territorial do guará. Essa situação de alianças entre **guarás**, seja buscando casamentos de uma forma pacífica ou por meio do confronto, era buscada pelos “cacique entre caciques”, **tuvichá-ruvichá**, haja vista que isso significava a ampliação da sua rede de aliança, prestígio e parentesco.

estes grupos de parentesco ou linhagem, vinculados a um território possuído em comum e constituídos por todos aqueles considerados como descendentes de um antepassado comum mítico ou real estavam regidos por caciques, que contavam por sua vez com colaboradores no mando chamados ‘principais’. À frente de várias particularidades reduzidas na entidade maior denominada ‘povoado’, se encontrava o cacique da parcialidade mais representativa com o título de ‘governador’ ou ‘cacique principal’ (MORENO, 1978, p. 33-34, *apud* SOARES, 1997, p. 121).

Nesse sentido,

os diferentes termos aplicados às diferentes lideranças nos distintos graus de complexidade da organização social Guaraní, encontrados em Montoya e na bibliografia histórica e atual, são, respectivamente, **teýy-ru** para o líder da família extensa, o ‘pai da linhagem’ e **tuvichá** que é o principal da aldeia, líder político. A liderança de um **teko’á** também era exercida por um **tuvichá**. Encontra-se, no entanto, o termo **tuvichá-ruvichá** ou **mburuvichá**, ‘cacique entre caciques’ (SUSNIK, 1983, p. 128) para expressar uma abrangência maior da área de domínio, uma região ou província, segundo os termos seiscentistas (SOARES, 1997, p. 122-123).

Bem como, no que se refere ao reconhecimento de chefia organizada, Soares (1997), com base no trabalho de Montoya, indica alguns verbetes referentes à vassalagem-prestígio. Sendo eles: **che aruçu chebóya rehê** – ‘tenho muitos vassalos’ (T:4), em contraposição a **õnembo tigue cheboya chehegui** – ‘todos meus vassalos acabaram’ (T:391) ou **ndache apocuêri** – ‘não fiquei com nenhum vassalo’ (T:63). Ou ainda, **gueimochere recóramocherapiâcatû** – ‘por ser seu caudilho me obedecem’, **oibamo cherereco** – ‘têm-me por seu caudilho’ (T:165).

Essa questão hierárquica do prestígio e vassalagem tem reflexo na própria localização das casas comunais, bem como, das aldeias dentro do **teko’á**. Segundo Soares (1997, p. 49-50):

[...] pode-se supor que, em nível social, a aldeia maior seria a principal e, por consequência, do chefe, sendo que a posição da casa e da aldeia em relação às outras nos aproximaria do tipo de chefia, seja apenas de uma família extensa, de aldeia ou de região. [Sendo assim], [...] os ocupantes mais antigos devem ocupar os lugares mais estratégicos (rios principais, controle de recursos ambientais, etc) ao mesmo tempo que ampliam sua rede de parentesco com a chegada de outros grupos que precisam de sua permissão para se instalar. A ocupação, desta forma, processar-se-á em sentido radial a partir do melhor ambiente com mais facilidade de trânsito (pela importância dos convites), em direção à periferia sócio-ambiental, ou seja, menores recursos devido ao menor prestígio.

Desta forma,

[...] os sítios nos vales encaixados, por possuírem menor representatividade social, poucas alianças, família extensa pouco numerosa, menor número de vassallos/colaboradores, são jogados ou empurrados para as zonas limítrofes **teko'á**, em zonas ecológicas menos favoráveis. Ou seja, dentro da ordem de vassalagem uma (ou mais) aldeia menor, 'empurrada' ocuparia a área de recursos mais pobres que a várzea (conforme proposta de LIGHTFOOT E FEINMAN, 1982, p. 65-66). Assim, um sítio como este deve caracterizar-se por pouca incidência de grandes vasilhames (devido à ausência de grandes festas e baixa densidade demográfica por família), casas menores (menor população) e localização que alcança o limite ecológico dos 400 metros acima do nível do mar, bem como, menor profundidade das 'manchas pretas' (SOARES, 1997, p. 52).

De acordo com o termo empregado para nomear a chefia, tem-se uma relação direta com o espaço, ou seja, a abrangência do seu domínio diferenciando/formando territórios até alcançar o **-guará**, como região ou a união de vários **teko'ás**. Dessa maneira, em ordem hierárquica, dentro da organização social Guarani, tem-se a seguinte classificação: 1^a) **teýy**, 2^a) **amundá** (aldeia); 3^a) **teko'á** (conjunto de aldeias e seu território de domínio) e 4^a) **-guará**.

Nesse sentido, Soares (1997, p.124-125) define que,

em primeiro plano, encontra-se a família extensa, o **teýy** (B:240), que é a base do prestígio do cacique. É diferente da família nuclear, **ogpe guâra** ou **tai retá** (T:2). A família nuclear era composta por mais ou menos quatro ou cinco pessoas. A família extensa ou **teýy** – tratada como *kindred* anteriormente – podia albergar até sessenta famílias nucleares (SUSNIK, 1979-1980, p. 18) e também era chamada de **chereii**, **cheyoguamo guará**, **cheñemoñangába**, **cheanâmbetá** (T:2).

O 'pai da família extensa' é o homem de maior prestígio, que pode ser tanto político como religioso. A chefia da família extensa, **teýy-ru** e o pajé, "são a forma mais tradicional e constante do pensamento e da organização social Guarani. Pai chamã era – e continua sendo – o **tamoi**³⁷, o avô mítico, protótipo e figura de todos e cada um dos fundadores de linhagem" (MELIÀ, 1987, p. 92).

A associação entre *kindred*, vassalagem e parentesco encontra-se em Montoya, **chepebeañg biá** – 'todos estes são meus, meus vassallos ou parentes' (T:260), na qual se encontra a ligação família-prestígio-vassallo, ou dito de outra forma, unem-se a vassalagem ao parentesco.

No que se refere à aldeia, denominada de **amundá**, Soares (1997) a caracteriza como o espaço físico e social que uma ou algumas famílias extensas ocupavam. Em outras palavras, a aldeia enquanto núcleo social, o espaço que reúne as casas com as famílias extensas.

Expõe Soares (1997) que em decorrência do grande prestígio do **tuvichá**, sua aldeia era reconhecida externamente pelo seu nome, conseqüentemente, isso poderia ter

³⁷ Uma relação de caráter muito respeitoso é a que todo Guarani tem pelo avô **-tamoi** (T:110) e pela avó **-yarüi** (T:189), visto como fundadores de **teýy** (MULLER, 1989, p. 47-49; SUSNIK, 1983, p. 128). Segundo Cadogan (1959), os homens são responsáveis pela reprodução da mitologia, embora isto não possa ser confirmado. Como todo etnógrafo, o limite do conhecimento é aquele vinculado à própria diferenciação sexual, e certamente Cadogan não deve ter ouvido a 'religião das mulheres' (SOARES, 1997, p. 91).

influência nos convites e nas alianças em sentido mais amplo, em nível de conjunto de aldeias ou **teko'á**.

Declara Soares (1997, p. 126), que

a forma como as famílias extensas – **teýy** – reuniam-se e formavam os povoados pode ser descrita como **añe amûndã hecé** – ‘colocar sua casa, ou povoado, perto de outro’ (T:34), seja para estreitar os vínculos de reciprocidade e parentesco, seja para a proteção e segurança da coletividade, seja pelos objetivos comuns, como as atividades coletivas e as festividades religiosas. Também o povoado pode concentrar-se na fronteira, **nache amûndábi** – ‘não tenho vizinhos’ –, ou perto de outros maiores, **amûndabiguára**, ‘vizinhos em aldeias perto dos povoados grandes’ (T:34). Também as aldeias poderiam agrupar-se, **oñô amûndá tába oicóbo** – ‘estão os povoados perto uns dos outro’ (T:34). Quase toda literatura seiscentista descreve a aldeia, contudo, apresento aqui apenas a do próprio Montoya, presente na Conquista Espiritual: “aqueles índios que viviam de acordo com seus costumes antigos, em serras, campos, selvas e povoados, dos quais cada qual contava de cinco a seis casas” (MONTOKYA, 1985, p. 20)³⁸.

No que se refere à 3ª categoria classificatória da organização social Guarani, o **teko'á**, de acordo com Chase-Sardi (1989), Noelli (1993, p. 249) e Soares (1997), o **teko'á** era formado da união sociopolítica das famílias extensas – **teýy** –, reunindo de 8 a 120 famílias extensas.

Informa Soares (1997, p. 128) que,

as aldeias – **amundá** – nos primeiros contatos podiam dispersar-se a distâncias variáveis, desde um dia de viagem até 100 léguas (600 km) do povoado maior, talvez ainda dentro dos limites do **guará** (MCA II, pg. 24). Atualmente ficam, devido a questões de confinamento e redução de território, num raio de 50 quilômetros do povoado maior e principal, chamado **táva** ou **tapýi guasú** (CHASE-SARDI, 1989, p. 34). O **teko'á** manifestava-se socialmente como uma rede de parentesco entre povoados e grupos familiares autônomos, que permite o intercâmbio social e econômico (op. cit., p. 34). Estes espaços foram crescente e constantemente inviabilizados sócio-economicamente pela ocupação européia.

Por exemplo, em nível de **teko'á**, no que se refere a atividades político-religiosas e sociais, Soares (1997, p. 145) apresenta o seguinte dado:

podendo talvez ser expandido ao **-guará**, a honra de ‘comer no mesmo prato’ e seu papel social podem ser percebidos nos convites mais abrangentes, no caso em que se convidam outras aldeias para os festins de cauinagens, rituais antropofágicos e outras festas que envolvem excedentes de produção agrícola. As diversas formas como esta instituição é repetida nos dicionários poucas vezes atraiu a atenção dos pesquisadores, que não perceberam nela uma das características do *ethos* Guarani que é mantida até hoje, pois envolve reciprocidade, parentesco, alianças, grupos de comer e de trabalho, entre outras.

³⁸ Soares esclarece em nota de rodapé, nº 276, que “os documentos dos primeiros contatos relatam aldeias, enquanto no início do século XVII já falam a respeito de casas isoladas como resultado da fuga da escravidão”.

De acordo com Chase-Sardi (1989, p. 34 apud NOELLI, 1993, p. 249),

o **teko´á** é dividido pelos Guarani em três níveis integrados: a) físico-geográfico; b) econômico; c) simbólico. Sua área era bem definida, delimitada geralmente por colinas, arroios ou rios, utilizada comunalmente e exclusivamente pelo grupo local (**tekohakuaaha**), significando que estranhos só entravam com permissão (MELIÀ, GRÜNBERG et GRÜNBERG, 1976, p. 218). Era o espaço onde se produziam as relações econômicas, sociais e político-religiosas essenciais à vida Guarani (MELIÀ, 1986, p. 105). Por fim, como dizem os Guarani, se **tekó** era o modo de ser, o sistema, a cultura, a lei e os costumes, o **teko´á** era o lugar, o meio em que se davam as condições que possibilitavam a subsistência e o modo de ser dos Guarani (MELIÀ, 1986a, p. 336). **Teke´á** é análogo ao espaço que os arqueólogos denominam, por exemplo, como “área de captação de recursos”.

Por fim, tratando da 4ª categoria hierárquica da organização social Guarani, com base na definição presente em Montoya (T:129-130), Noelli (1993, p. 248) expõe que a categoria **-guará** “significa tudo o que está contido dentro de uma região qualquer”.

Conforme Susnik (1982, p. 32 apud NOELLI, 1993, p. 248),

-guará é um conceito sócio-político que determina uma certa região bem definida, delimitada geralmente por rios. Nesta região era assegurado o pleno direito do usufruto da terra, da prática da roça, bem como da sua rotação e, também, a independência das áreas de pesca e caça existentes nesse território para o uso exclusivo de seus habitantes e proibição expressa da penetração de estranhos. Segundo Melià (com. pessoal, 1992), o termo **guará** teria a conotação semântica de “familiar” justificando isto pelo fato dos Guarani atuais não utilizarem o significado de “fronteira territorial”. Existe a possibilidade de haver ocorrido uma ressignificação, pois atualmente não existem mais **teko´á** regionalmente associados formando uma unidade geo-política.

Soares (1997, p. 129-130) reforça o que seria **-guará**, quando informa que:

o **-guará** representa mais que os limites físicos de uma região ou a união de vários **teko´ás**. Para os antigos Guarani, era a consciência da unidade e identidade sócio-cultural-regional, reforçada e estabelecida pela união de ações e a solidariedade de condutas. Esta unidade era estabelecida desde os diversos **teýy** dentro do **teko´á** como uma consciência de identidade denominada **oréva** (MELIÀ, 1987, p. 84), que se afirmava dentro de seu **-guará** pelo convite e reciprocidade contínua (SUSNIK, 1983, p. 128).

Nesse sentido, para Noelli (1993, p. 249),

os **guará** seriam subdivididos em unidades territoriais sócio-economicamente aliadas, denominadas **teko´á**. Suas sedes seriam os sítios arqueológicos e as aldeias históricas. Esta divisão também ocorria entre os Tupinambá, pois **tecoaba** (VLB I:127) significava ‘estância’. [Enquanto, que] **teko´á** é a aglomeração aldeã. A coexistência ordenada de multilinhagens num só lugar (SUSNIK, 1982, p. 27). Leia-se aqui, coexistência ordenada por laços de parentesco e reciprocidade.

Expõe Soares (1997, p. 132, grifo nosso) que

embora os limites dos **-guarás** fossem defendidos por todos os componentes dos **teko'ás**, cada chefe de aldeia – **tuvichá** – disputava com os outros líderes o título de ‘cacique entre caciques’ – **tuvichá-ruvichá** ou **mburuvichá** (SUSNIK, 1983, p. 128), [o que por vezes implicava no reconhecimento do **-guará** pelo nome da sua liderança³⁹ mediante tamanho prestígio]. A forma como estes líderes consolidavam seu *status* era estabelecida através de ligações de reciprocidade, via parentesco, com outros líderes, de forma que a mobilidade e/ou troca tanto de homens como de mulheres era bastante intensa dentro dos **guarás** (SUSNIK, 1979-1980, p. 17). Considerando-se esta mobilidade, as ligações que se estabeleciam permitiam, facilitavam e promoviam a perpetuação da unidade da língua, da organização social e da cultura material entre os grupos envolvidos.

É necessário manter em mente que “a língua e a própria sociedade Guarani podem ser vistas como um processo de longa duração” (NOELLI, 1993, p. 14, grifos nossos) e que portanto, havia mecanismos próprios dessa sociedade que garantiam sua perpetuação cultural, como se infere por meio do material cerâmico ao longo dos anos. Como já foi descrito, é impossível negar que essa sociedade não manteve contato com outros grupos indígenas, ato este que poderia causar uma mudança significativa na cultura material Guarani. Dentre os aspectos como prestígio e ligações de parentesco, destaca-se a valorização com relação às pessoas mais antigas dos **teýy**, por exemplo, os avôs. Nesse sentido, Soares (1997, p. 134-135) faz a seguinte observação:

Ainda com relação à liderança política, em nível de família extensa, aldeia ou **teko'á**, um dos personagens principais são os fundadores – **ava-mokôi** – pois tinham um papel importante no **teýy**, o modelo do ‘ser’ Guarani. Com efeito, pode ser traduzido como ‘o guerreiro mais antigo - avô’, ou seja, aquele cujo exemplo deve ser seguido nas tradições, constantemente evocado pelas lideranças em seus discursos [...]

[Ou seja,] os antepassados são admirados pela manutenção do **ñande reko**, seja pela formação de novas famílias, através da prole, alianças, etc (MELIÀ, 1986), seja pela capacidade de expansão – **oñetaboña ypi** – ‘fundar um povoado’, ou **cheretãma** - ‘faço meu povoado’ (T:383), onde serão chamados de ‘fundadores de **teýy**’ (MÜLLER, 1989, p. 47-49).

Contextualizando tamanha importância atribuída às pessoas mais velhas, revela-se que “na ocupação de um espaço limítrofe, fora da abrangência de um **-guará**, iniciava-se a expansão territorial. Esta expansão premeditada é percebida no verbete **añangaoimã ibi cheretã rupãgûâmâ** – ‘já nomeei o lugar em que colocarei meu povoado’ (T:41)” (SOARES, 1997, p. 133). Leia-se, aqui, então que é importante saber as origens, o vínculo de parentesco, como forma de ligar-se à instituição Guarani, uma vez que o “sentimento de pertença a uma determinada família como unidade social, ‘constitui uma

³⁹ Ressalta Soares (1997, p. 131, conforme citação extraída de MCA I, p. 203) que a origem da denominação à região do “Guairá” deve-se ao nome do cacique que antigamente a tinha em posse.

unidade sociológica básica de um modo geral’ (SILVA, 1995, p. 47 apud SOARES, 1997, p. 73)”.

Finalmente, problematizando as categorias hierárquicas da sociedade Guarani e, por extensão, territorial, com o objetivo de estabelecer um paralelo com os dois sítios arqueológicos pré-coloniais Guarani em estudo, Noelli (1993), ao fazer a análise do **teko’á** Arroio do Conde, apresenta-nos uma informação bastante contribuidora que se refere à possibilidade de

superposição de áreas de captação de recursos entre os **teko’ás** dentro de um mesmo **guará**, conforme o grau de reciprocidade do conjunto multicomunitário e da capacidade de suporte dos ambientes sob a ação do direito do **tekohakuaaha**. Deve-se entender que poderiam existir superposições de distintas áreas de captação de recursos alimentares e materiais, como será demonstrado adiante. Além do tamanho do **teko’á** ser variável, muitas atividades de captação de recursos tinham raios de ação diferentes e algumas vezes devendo ultrapassar os limites médios, [que de acordo com os dados etnográficos de Müller (1989, p. 97), seriam de até 50 km].

Dessa maneira, mediante as condições de localização geográfica entre os dois sítios arqueológicos em análise, bem como a similaridade de material arqueológico evidenciado em cada um, é muito provável que esses sítios juntos podiam estar integrados formando um **amundá**. De modo geral, na condição de formação desse mesmo **amundá**, acredita-se ser possível enquadrar também mais sítios Guarani localizados na área de entorno pertencente aos dois sítios em análise, haja vista que a proximidade existente e a própria condição do material são características que facilitariam o contato entre os grupos Guarani em tempo pretérito.

Uma preocupação é importante frisar, no que se refere à própria definição de sítio arqueológico e a correspondência espacial de onde outrora realmente estava estabelecida a casa das famílias nucleares. Ressalta-se, mediante essa preocupação, a importância do estado de conservação do sítio arqueológico, bem como, a própria evidenciação do ‘pau de esteio’ uma vez que ele é um testemunho, uma prova de maior credibilidade, para comprovar que ali era o centro da casa Guarani.

Soares (1997, p. 47), partindo do pressuposto de que todo **espaço** é ordenado socialmente, explica que “o poste central de uma habitação é o ‘centro do mundo’, representando um universo simbólico que é socialmente organizado” (KUS, 1983, p. 291; KAPCHES, 1990, p. 49-67). Diante de tal afirmação, reconhece-se uma lacuna em aberto para os estudos dos sítios em Iepê, haja vista que não se evidenciou a presença do “poste central” durante os salvamentos arqueológicos dos dois sítios. No entanto, isso não invalida a contribuição que o material cerâmico oferece para conhecimento do grupo que habitou cada sítio, como será exposto no próximo capítulo. Em paralelo, anseia-se que, futuramente, com o

avanço dos estudos arqueológicos no Município de Iepê e em outros municípios circunvizinhos, descobrindo novos sítios e ainda ampliando a análise do material já coligido, isso venha a cooperar para inferir os limites do território ou **–guará** em que tais sítios estavam reunidos.

De modo geral, referente ao contexto histórico por que passaram os vários subgrupos étnicos falantes da língua Guarani, é importante não nos esquecermos, como lembra Martins (2002, p. 41), que em decorrência da

expansão das fronteiras coloniais na bacia Platina e a crescente necessidade de mão-de-obra compulsória para satisfazer as necessidades da economia agrícola tropical luso-paulista, em meados do século XVII, as aldeias Guarani passaram a ser alvos constantes das investidas escravagistas empreendidas pelos portugueses/mamelucos de São Paulo (bandeirantes) que os empregavam em suas plantações no litoral e planalto paulista ou ainda os revendiam como escravos (“negros da terra”) aos engenhos de açúcar do nordeste brasileiro.

É diante de toda essa história construída a partir do encontro de variados grupos onde hoje chamamos de Brasil, bem como, a partir do próximo capítulo, por meio da análise da coleção cultural dos sítios arqueológicos pré-coloniais Guarani – Agüinha e Lagoa Seca II –, é que se fundamentará o valor simbólico-cultural desses artefatos culturais como bens do patrimônio cultural brasileiro, que nos oferecem uma base histórica de construção e/ou continuidade da identidade brasileira.

Com base nesses preceitos segue-se a análise da coleção cultural dos sítios, como é exposta no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

POR UMA HISTÓRIA GUARANI NO VALE DO RIO PARANAPANEMA

Quando se fala em estudar o modo de vida Guarani pré-colonial é impossível não nos remetermos às evidências cerâmicas, bem como, em menor proporção também ao material lítico, ambos deixados pelos nossos antepassados na área de seus antigos territórios.

Segundo Scatamachia (1990, p. 75),

a cerâmica tem sido um dos mais acessíveis produtos da cultura material e um documento de grande utilidade para o arqueólogo, principalmente nas áreas tropicais, entre grupos em que os estabelecimentos são construídos por estruturas de material perecível. Como é o caso dos grupos de filiação Tupi-guarani [...], a cerâmica tem servido como elemento diagnóstico e identificador.

Tendo em vista que “nas regiões tropicais o material orgânico não é preservado, deixando em alguns casos apenas uma coloração diferencial no solo” (SCATAMACCHIA, 1990, p. 10), a cerâmica constitui um material de grande importância, visto a sua abundância como vestígio. “A cerâmica é um dos testemunhos arqueológicos mais resistentes, tornando-se assim uma fonte de informação extremamente valiosa” (MARANCA, 1985, p. 235).

A cerâmica, por exemplo, por ser o elemento diagnóstico de uma tradição, recebe atenção especial, diferente do material lítico que por não apresentar características específicas, que o identifique culturalmente em um primeiro exame, só é filiado ao grupo Guarani quando associado à cerâmica.

Como ressalta Faccio (1998, p. 133), na área de Iepê, em questão, “o material cerâmico é coletado na forma de fragmentos, sendo raros os vasos recuperados inteiros” como o que aconteceu nos Sítios Agüinha e Pernilongo. Mesmo assim, visto a sua representatividade como objeto de estudo, somado aos outros tipos de evidências, o arqueólogo deve dirigir suas atenções para esses materiais num todo a fim de caracterizar mais amplamente a cultura daquele homem pretérito.

No estudo do homem em sociedade, como destaca Oliveira (2002, p. 26) citando Funari (1988), “os ecofatos e biofatos, constituídos pela paisagem, fauna e flora que acompanham a cultura material desenterrada pelos arqueólogos são tão importantes quanto os artefatos na reconstrução da vida social do passado”.

“A importância do artefato ou de qualquer outro vestígio material da ocupação humana está na possibilidade de reconstruir o sistema sócio-cultural que o construiu a partir da sua análise” (SCATAMACCHIA, 1990, p. 8).

Como ressalta Roosevelt (1992), deve-se atentar ao estudo dos artefatos, pois essa atividade tem revelado significativos padrões tecnológicos, iconográficos e estilísticos.

Segundo Prous (1992, p. 90), “a fabricação da cerâmica é uma técnica relativamente recente no mundo, até mais do que o polimento da pedra. No entanto, logo que aparece, difunde-se rapidamente”.

Assim parece ter ocorrido na área do Vale do Rio Paranapanema, onde se têm provas de uma intensa povoação por grupos ceramistas-agricultores Guarani, tendo o rio, em época pré-colonial, comparecido para os grupos indígenas como principal via de comunicação e transporte, fonte de matéria-prima e alimentação. Por exemplo, as pesquisas do Projeto Paranapanema desenvolvidas na área do Município de Iepê atestam a presença de pelo menos 12 sítios, atribuídos aos povos horticultores-ceramistas Guarani, onde estão inseridos os sítios Lagoa Seca II e Agüinha. Esses dados mostram o grande potencial arqueológico da área.

5.1 O Projeto Paranapanema (ProjPar) e os trabalhos de salvamento arqueológico

A partir de 1968, a arqueologia do interior paulista avança com a criação do Projeto Paranapanema (ProjPar). Atuante no espaço geográfico correspondente à bacia do Rio Paranapanema, no Estado de São Paulo, o projeto tem gerenciado as pesquisas arqueológicas a fim de aprofundar os conhecimentos sobre os grupos indígenas que habitaram essa região no passado.

De 1968 a 1987, sob coordenação da arqueóloga Dra. Luciana Pallestrini, “[...] o objetivo estratégico do programa consistia no desenvolvimento de métodos e técnicas de campo para o estudo de sítios arqueológicos do interior paulista” (MORAIS, 1998, p. 20).

A partir de 1987, sob a direção do Dr. José Luiz de Moraes, culminando com a implementação de vários projetos especiais de salvamento arqueológico nas áreas impactadas por empreendimentos hidrelétricos, o projeto passou por uma reformulação no seu objetivo inicial. Segundo Moraes (1998), além de fomentar o enfoque das relações intersítios,

o projeto começa a privilegiar o reconhecimento e análise das estratégias de exploração, conservação e degradação do meio ambiente pelas comunidades pré-coloniais.

Com essa perspectiva de buscar os povos pretéritos - os caçadores-coletores, os agricultores-ceramistas e os históricos (reduções jesuíticas) - a partir de 1993, o ProjPar⁴⁰ empenha-se em consolidar os enfoques interdisciplinares referentes ao tema **território, desenvolvimento & meio ambiente**.

As ações do ProjPar, preferencialmente embasadas nas evidências materiais da cultura, abrangem momentos que vão do período pré-colonial à atualidade, englobando assuntos tais como as estratégias de sobrevivência das populações indígenas ou as formas de urbanização. Assim, os subprogramas do projeto assumem como principal objeto de enfoque, as coisas relativas ao patrimônio natural e cultural da bacia do Rio Paranapanema, englobando o patrimônio arqueológico, o patrimônio arquitetônico e urbanístico e o patrimônio ambiental e paisagístico (MORAIS, 1998).

Dentro do histórico dos estudos dos sítios arqueológicos localizados na Mesorregião da Capivara Leste, destaca-se que, em 1974, a arqueóloga Luciana Pallestrini como coordenadora do Projeto Paranapanema na época fazendo um trabalho de prospecção nessa área encontrou o primeiro sítio que seria seguido pelo levantamento de outros a partir de 1991. O sítio encontrado por Pallestrini, no Município de Florínia, foi denominado Sítio Porto Quebra-Canoa, como referência ao nome da fazenda em que se localiza, então propriedade do Senhor Irineu Costa. Segundo Faccio (1998), o sítio possui as coordenadas geográficas de 22°54'34.65" Sul e 50°35'34.28" Oeste e a coordenada UTM de Leste igual a 7.466.380.649 metros e a de Norte igual a 541.756.991 metros, sendo que até 1974 a fazenda era uma área de plantação de café.

Conforme problematiza Faccio (1998), dentro dos interesses previstos na sua tese de doutorado para o estudo do contexto arqueológico da Mesorregião da Capivara, no trabalho de levantamento do Sítio Porto Quebra-Canoa⁴¹, o mesmo não pôde ser encontrado pelo fato de estar inundado pelas águas da represa da Usina Hidrelétrica da Capivara. O que se constatou, então, foram confirmações dadas por pessoas que trabalhavam na área, que já

⁴⁰ O Projpar considera também de muita relevância a interdisciplinaridade para o alcance dos seus objetivos. Assim, conhecimentos históricos, etnográficos, geográficos, físicos etc. compõem um conjunto disponível para complementação das pesquisas arqueológicas, que têm centralidade nos artefatos da cultura material de um povo.

⁴¹ Segundo Pallestrini (1974), citado por Faccio (1996 p. 95-96), os vestígios arqueológicos do sítio estavam representados por fragmentos de cerâmica e líticos. Os tipos cerâmicos se inseriram em liso, corrugado, unglado e pintado, de má cocção, com evidentes fragmentos mais grossos correspondentes a urnas funerárias.

havia encontrado algumas lâminas de machado. Conforme alguns relatos, algumas lâminas foram jogadas no leito do Rio Paranapanema por acreditarem que atraíam raios ou, mais raramente, algumas lâminas foram entregues a outras pessoas que se interessavam. Neste sentido, uma dessas lâminas foi doada por Eliseu Renato Martins, administrador da Fazenda Porto Quebra-Canoa, para a equipe de pesquisa do ProjPar, coordenada por Neide Barrocá Faccio.

A partir de 1991, efetivamente, tem-se início os trabalhos de levantamentos, prospecções e escavações arqueológicas na Mesorregião da Capivara Leste. E assim, em decorrência dessas atividades, predominantemente, começam a ser descobertos assentamentos de grupos ceramistas Guarani.

Esse quadro arqueológico que começava a ser descoberto no interior paulista foi decorrência de um convênio firmado entre a CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo) e a USP (Universidade de São Paulo) que, mais tarde, já contava com a participação da UNESP – Campus de Presidente Prudente. A CESP então surge como propiciadora à execução dos trabalhos de salvamento arqueológico na região, fornecendo o financiamento para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas envolvendo sua área de impacto ambiental.

Tendo em vista a dimensão espacial para a ação do projeto, uma área total de 47.635 Km², para uma melhor organização e gerenciamento, Moraes (1999) trabalha a área⁴² dividida em três regiões: Paranapanema superior, médio e inferior. Essas regiões foram divididas em mesorregiões que, por sua vez, foram divididas em microrregiões. A Bacia Média compreende quatro mesorregiões. Nela insere-se a Mesorregião Capivara Leste, que está dividida em três microrregiões: Capivari-São Mateus, Alto Capivara de Paraguaçu, e Iepê-Florínia, sendo esta última à área onde se encontram os dois sítios arqueológicos focos do presente estudo.

Além de visar maior fluidez às pesquisas, essa divisão aumenta consideravelmente a quantidade de informações sobre a pré-história regional. Por conseguinte, está viabilizando a construção da memória do indivíduo a ter como referência a realidade desses povos no período pré-colonial a partir da exposição dos objetos da cultura material Guarani nos museus em âmbito local/regional (SANTOS, J., 2002, p. 42).

⁴² Cf. a figura 1, na p. 03.

Diversos locais de assentamentos, na área do Projeto, tanto de grupos ceramistas como de grupos de caçadores, situados na faixa cronológica de mil a sete mil anos, foram prospectados, sendo muitos deles escavados.

No entanto, de acordo com Faccio⁴³ (1998), até o momento, na Mesorregião da Capivara, constata-se a predominância de ocupações de grupos ceramistas, e que a maior parte dos sítios nela localizados, infelizmente, encontram-se em situação caótica. Tal quadro caótico referente ao estado de conservação dos sítios, deve-se em parte à construção da Hidrelétrica da Capivara, no ano de 1974, sem que antes se desse o resgate da cultura material dos povos pretéritos.

Com a formação do lago dessa hidrelétrica, alguns sítios se encontram constantemente submersos, situação que dificulta o seu estudo. Nessa situação, os sítios arqueológicos dos grupos caçadores-coletores estão em maior incidência, devido a sua maior proximidade ao leito do rio. Os sítios estabelecidos em áreas muito próximas ao lago ou na área do lago (aqueles submersos) dificultam o estudo do arqueólogo, porque as camadas estratigráficas que contêm os vestígios estão sujeitas ao solapamento pela ação hídrica. Dessa forma, o constante avanço e recuo das águas tem propiciado que os materiais arqueológicos sejam remexidos indo parar em locais não originários, delegando prejuízos aos sítios arqueológicos da Mesorregião da Capivara Leste e Oeste.

Segundo Moraes (1995), citado por Reis (2003), neste estado de conservação, o sítio submerso é aquele que está sujeito a um tipo de perturbação natural induzida pela ação antrópica. Não se sabe exatamente o que acontecerá com os sítios arqueológicos submersos pelo enchimento de reservatório de usinas hidrelétricas. Correntes de fundo, ao erodir o novo leito, dispersarão evidências arqueológicas, depositando-as em outros locais. Ou ainda, o assoreamento poderá soterrá-las sob espessas camadas de lama. A avaliação do impacto é hoje altamente especulativa.

Nesse sentido, valoriza-se a época de poucas chuvas no Oeste Paulista por se saber que existe a possibilidade de deixar mais exposto na superfície o material cerâmico

⁴³ Destaca-se a importância da realização do Doutorado da arqueóloga Faccio e a continuidade de sua atividade de estudo envolvendo essa área, principalmente no que se refere ao Município de Iepê, haja vista que evidenciou e trouxe o estudo de 12 sítios arqueológicos e que a divulgação desses estudos junto à comunidade de Iepê resultou na descoberta dos Sítios Agüinha, Pernilongo etc. Atualmente, a Dra. Neide Barrocá Faccio é coordenadora da sub-linha de pesquisa do ProjPar intitulada Horticultores-Ceramistas da qual, sob sua coordenação, houve a orientação dos trabalhos de iniciação científica envolvendo os dois sítios que, nesta dissertação de mestrado, são objetos de sistematização intersítios.

junto com líticos e, assim, realizar-se o trabalho de resgate desses artefatos. Foi mediante esse quadro que foi possível encontrar as vasilhas inteiras do sítio Agüinha, Município de Iepê.

De qualquer forma, é mediante essa variação do nível da água no reservatório da Usina Hidrelétrica da Capivara, que se dá condição para perceber a mudança das estruturas desse lugar, podendo, conforme a época do ano, ter a possibilidade ou não de visualizar a presença dos sítios. Como já ressaltado preliminarmente, é válido considerarmos a hipótese de qual seria o estado de conservação desses sítios, ou melhor, dos seus artefatos cerâmicos, por exemplo, se não tivessem sido submersos. Há de se considerar que hoje, o tipo de uso do solo e ocupação que há na área de entorno, poderiam ter causado um impacto maior para esses artefatos. Se Morais (1995) declara que a avaliação do impacto é estimativa aos sítios submersos, sabe-se também que o uso do subsolador como ferramenta para adubagem do solo alcançaria esses objetos a 70cm de profundidade no subsolo e, por extensão, comparativamente, os impactos na conservação dos artefatos poderiam ser iguais ou maiores. Assim, se essa situação variável de ora submerso ora emerso influi numa dificuldade ao trabalho arqueológico, no tocante à análise estratigráfica para compreensão da antiguidade do sítio e a busca de dados de superposição de ocupações para um mesmo sítio, por outro lado, o espelho d'água pode ter sido, indiretamente, um amenizador dos impactos lesivos à conservação dos vestígios arqueológicos que chegam até nós, como possibilidade de realização desse estudo.

Como expõe Faccio (1996, p. 46),

os inúmeros avanços tecnológicos conquistados pelo homem não têm conseguido conter a degradação do ambiente e do patrimônio cultural. Se, por um lado, as conquistas no âmbito das pesquisas têm propiciado o aperfeiçoamento dos trabalhos e a utilização de equipamentos e técnicas modernas, por outro, têm colaborado para a degradação, quando se fala em construção de usinas hidrelétricas e manejo “inadequado” do solo [para uma conservação de artefatos alojados nas camadas estratigráficas do solo onde se realizam estas atividades].

[Assim,] essas questões têm interferido na preservação do ambiente e do patrimônio arqueológico nele contido.

Portanto, se ocorre esse impacto aos antigos assentamentos de grupos indígenas, isso se deve também à não existência de um planejamento que valorizasse a questão do patrimônio cultural na área de impacto desse projeto energético em meados da década de 60-70, quando se dava a formação do lago da Usina da Capivara. No entanto, não sejamos inocentes em pensar que hoje isso já está resolvido; reconhece-se, sim, que houve avanços no campo da legislação envolvendo a questão patrimonial, mas que ainda há muitas coisas por fazer, tal como corrigir a carência de órgãos ou instituições que financiem as pesquisas, bem como, há ainda uma escassez de profissionais que atuam na área.

Segundo Thomaz (1992), é somente em meados de 1983, quando se dava a construção das usinas hidrelétricas de Taquaruçu e Rosana, localizadas no Pontal do Paranapanema, que esse convênio estabelecido entre a USP (Universidade de São Paulo) e CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo) veio a ser firmado e assim pôde contribuir mais efetivamente para a realização de levantamentos, prospecção e salvamentos dos sítios, contribuindo para o conhecimento do valor arqueológico que o Rio Paranapanema possui quando se trata de uma história da ocupação do interior em época pré-colonial.

Como resultado dos salvamentos arqueológicos iniciados a partir de 1991 na região do Oeste Paulista, é que hoje se conhecem 12 sítios arqueológicos pré-coloniais pertencentes a grupos Guarani localizados no Município de Iepê. Dentre eles estão os Sítios Arqueológicos Lagoa Seca II e Agüinha (**FIGURA 02**).

Situados em uma meia encosta, próximos à margem direita do Rio Paranapanema, sob a influência das águas do lago da UHE da Capivara, esses dois sítios foram escavados em épocas que emergem à superfície dependendo, portanto, do recuo das águas do lago dessa usina.

O Sítio Arqueológico Lagoa Seca II possui as coordenadas geográficas sul igual a 22° 11' 25" e oeste a 51° 20' 56". O Sítio Arqueológico Lagoa Seca II foi levantado em janeiro de 1997 com o auxílio de Olavo Santilli, proprietário da fazenda onde está localizado o assentamento indígena pré-colonial em estudo. No período da prospecção, o sítio estava quase todo submerso pelas águas da UHE da Capivara.

Posteriormente, em novembro de 1998, uma seca anormal assolou o Estado de São Paulo, reduzindo o nível d'água do lago da Usina Hidrelétrica a índices nunca antes registrados. Esse fato recuou o nível d'água local deixando emerso o Sítio Arqueológico Lagoa Seca II (**FOTOS 4 e 5**) e, assim, possibilitou a realização do primeiro trabalho de escavação desse sítio, resultando no trabalho de pesquisa de Reis⁴⁴ (2003).

⁴⁴ É importante abrir um parêntese referente aos sucessivos trabalhos de campo na área do Sítio Lagoa Seca II, haja vista que somente após o trabalho realizado em julho de 2006 é que foi possível concluir a extensão do sítio, resultando numa redefinição dos resultados obtidos acerca do material arqueológico coletado no ano de 1998, como pertencente ao Sítio Lagoa Seca II e não mais como pertencente ao Sítio Lagoa Seca I, descobrindo ser esse sítio uma ocupação de grupo caçador-coletor. Mediante essas novas conclusões, esse trabalho de mestrado vem a suprir a necessidade de somar as conclusões de SANTOS (2003) e REIS (2003), em que o autor, equivocadamente, atribui os resultados da análise cerâmica como pertencente ao Sítio Lagoa Seca I (identificado pelo nº 181).



Foto 4: Sítio Arqueológico Lagoa Seca II, Mesorregião da Capivara -Leste, Iepê.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (1998).



Foto 5: Área do Sítio Lagoa Seca II, Mesorregião da Capivara Leste, Iepê.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (1998).

Segundo Faccio (2000), a distribuição do material arqueológico em superfície, no ano de 1998, apresenta-se de maneira diferente daquela observada antes do recuo das águas do lago da UHE da Capivara. Tem-se uma área muito maior exposta. Seguindo no sentido Norte-Sul, avista-se uma área do sítio de 190 metros. Seguindo, no sentido Leste-Oeste, encontrou-se material arqueológico por uma área de 250 metros contínua e no início do ano de 1998, o material estava distribuído por uma área descontínua de 500 metros ao longo da margem do lago.

Segundo Moraes (1995), seria imprevisível o que aconteceria com os sítios arqueológicos afogados pelo enchimento de reservatório de usinas hidrelétricas, mas pelo

observado no sítio Lagoa Seca II, nos anos de 1997 e 1998, as peças do sítio foram arrancadas de suas posições originais e dispersas pela área do assentamento, fora de suas posições originais. Diante dessa situação, passou-se para implementação dos cortes de verificação no intuito de resgatar alguma estrutura de atividade enterrada. Após todo o trabalho de quadriculamento da área, foi realizada coleta de superfície. De modo geral, desse trabalho de salvamento arqueológico (em 1998) no Sítio Lagoa Seca II, foram coletados 104 líticos lascados, 35 líticos polidos e 1.890 fragmentos de cerâmica (FACCIO, 2000).

Peças lascadas, polidas e cerâmica decorada da tradição Tupiguarani, pertencente ao grupo indígena pré-colonial Guarani, expostas na superfície, aguçaram a curiosidade de moradores locais. Infelizmente houve saques das peças mais bonitas (FACCIO, 2000). A área foi fechada para visitação com o apoio dos proprietários da fazenda, Roberto Ekmam Simões e Olavo Santilli, pois havia uma grande preocupação de preservar os vestígios do sítio arqueológico. Iniciado o trabalho de escavação do sítio, a área foi reaberta para visitação com o monitoramento da equipe de arqueologia da FCT-UNESP, coordenada por Faccio. Esse procedimento impediu o saque de novas peças e estimulou a devolução daquelas que haviam sido retiradas do local. Apesar da distância entre o local do assentamento Guarani e a cidade de Iepê, as visitas foram constantes.

A realização dos trabalhos de escavação na área do sítio teve início ainda no mês de novembro e, em paralelo, organizou-se uma campanha na cidade de Iepê para que as peças retiradas do sítio por visitantes fossem doadas para constituírem o acervo de um Museu, que em 30 de julho de 2000 foi inaugurado no Município de Iepê, Estado de São Paulo, denominado Museu do Índio e Espaço Cultural Armando Cavichioli⁴⁵.

Segundo Bruno (1996), as coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. E não diferente a essa afirmação, surge o Museu de Iepê, onde as peças doadas receberam um registro que continha o nome do doador, sendo isto um elemento encorajador para que a população devolvesse também as peças retiradas do Sítio Lagoa Seca II.

Por sua vez, novamente no ano de 1999-2000, este sítio foi parcialmente escavado após um período de seca que assolou o Oeste Paulista (**FOTOS 6 e 7**). Na foto 6, pode-se ver a coleta do material arqueológico em superfície na área de decapagem. Ao fundo,

⁴⁵ A criação do Museu do Índio e Espaço Cultural Armando Cavichioli foi criada pela lei municipal nº 080/00, no dia 10 de janeiro de 2000, o que coloca o município de Iepê como o 19º município da área do Projeto Paranapanema a ter material arqueológico exposto em museu.

no limite com a presença das gramíneas, averigua-se a baixa das águas do lago da Usina da Capivara, acarretando a exposição no solo de materiais arqueológicos que se encontravam submersos. Por sua vez, na foto 7, evidencia-se o material arqueológico em superfície na área de decapagem.



Foto 6: Área de Decapagem, Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).



Foto 7: Área de Decapagem, Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).

Conforme relata Faccio (2000), o sítio foi assim denominado devido a uma lagoa intermitente próxima a ele, fato que explica a origem do nome Lagoa Seca II.

Por fim, o sítio arqueológico Agüinha possui as coordenadas geográficas sul igual a 22°11'25'' e oeste igual a 51°27'52'' (**FOTO 8**).



Foto 8: Área do Sítio, Evidenciação de Urnas Funerárias. Sítio Arqueológico Agüinha, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000)

Mediante esses dados de localização entre os sítios, ressalta-se que os seus limites são muito próximos. Há inclusive que destacar a condição de deposição do material cerâmico do Sítio Arqueológico Lagoa Seca II, no ano de 1998, alcança os limites do Sítio Lagoa Seca I, um assentamento de grupo caçador-coletor. Assim, é notória a consideração dos efeitos da perturbação estratigráfica para os vestígios que aí se encontravam incrustados, relacionando-os a cada época que se empreendeu o resgate arqueológico na área.

Além da localização, se faz importante também considerar a condição do Sítio Agüinha, o qual além de apresentar um grande número de fragmentos cerâmicos, apresenta também 11 vasilhas inteiras. Desse fato, pretende-se relacionar as formas das vasilhas reconstituídas graficamente do Sítio Lagoa Seca II, e também as formas reconstituídas do próprio Sítio Agüinha, a fim de que em conjunto dêem respaldo para uma discussão acerca da organização do grupo Guarani a partir de correlação destas informações arqueológicas com dados etno-históricos.

O material recuperado até o momento pertence, de modo geral, a grupos Guarani. Nesse sentido, a associação da cerâmica encontrada na área do Projeto ao tronco lingüístico Tupi é sustentada por hipóteses formuladas por autores como Robrahn González (1991), Pereira Júnior (1965), PRONAPA (1969).

Previsto em lei desde o ano de 1991, o salvamento arqueológico pode ser considerado como um processo fundamental à preservação do patrimônio cultural. Assim, reconhece-se a importância do Projeto Paranapanema para a revelação dessa história até a presente data, mas que precisa da continuidade de amparo financeiro, para que se busquem novos dados, e haja sistematização dos dados já produzidos, gerando teorias e reavaliação das hipóteses assumidas, num trabalho intersítios. Esse é o caso por exemplo do presente estudo, trabalhando os sítios Agüinha e Lagoa Seca II, uma vez que as coleções desses sítios já foram objeto de análise tecno-tipológica, na realização de pesquisas de iniciação científica financiadas pela FAPESP, para o primeiro sítio, e pelo CNPq, para o Sítio Lagoa Seca II.

5.2 A práxis arqueológica no procedimento de análise do material cerâmico

Para análise do material cerâmico foi utilizada a metodologia adaptada por Faccio (1998), com base no trabalho de Robrahn (1991), para atender às especificidades da área ProjPar (Projeto Paranapanema). Esse método vem sendo utilizado em materiais da área do ProjPar para que, a curto prazo, tenhamos possibilidades de comparar os materiais dos vários sítios da área do Projeto e assim caracterizar o Sistema Regional Guarani instalado no Vale do Rio Paranapanema, margem paulista.

Nesse sentido, em conformidade com Faccio (1998), tomou-se como unidade básica o vaso cerâmico enquanto artefato, vetor de informações que conduz, principalmente, às atividades cotidianas, mas cujo conteúdo sociológico permite discutir esferas não materiais.

Conforme tem sido a práxis, “a análise do material cerâmico compreende a verificação de classes de atributos tecnológicos, estilísticos e morfológicos, além das marcas de uso e do estado de conservação” (FACCIO, 1998, p. 134).

O material coligido nos Sítios Arqueológicos Lagoa Seca II e Agüinha foi limpo e registrado⁴⁶. Terminando o trabalho de limpeza e registro das peças, foi iniciada a análise.

A primeira categoria de atributos refere-se ao tipo de fragmento. Este item apresenta os seguintes tipos: fragmento de parede, fragmento de borda, fragmento de base, fragmento de base, parede e borda, fragmento de parede angular, fragmento de parede e base, fragmento de borda com suporte para tampa, fragmento de borda e parede angular, fragmento de suporte para tampa, fragmento de parede com furo de suspensão, fragmento de borda com furo de suspensão, apêndice, fragmento de apêndice e borda, fragmento de asa, fragmento de asa e borda, fragmento de polidor de sulco, perfurador e bolota de argila.

A segunda categoria de atributos considera o tipo de antiplástico. “A argila adequada é uma condição indispensável no fabrico da cerâmica” (WILLEY, 1987, p. 233). Com essa prerrogativa,

o barro não é comumente empregado na sua forma pura em virtude de sua excessiva plasticidade que determina deformações nas peças durante a secagem e rachaduras durante a queima, inutilizando-as. Para tentar neutralizá-las, é muito freqüente o acréscimo de substâncias orgânicas [...], inorgânicas [...] e bio-minerais [...] ou mesmo de materiais já transformados pelo homem [...] que reduzem consideravelmente essa plasticidade, constituindo o chamado tempero, antiplástico ou desengordurante (LIMA, 1987, p. 175).

Conforme Willey (1987), a areia, o saibro fino e cacos pulverizados de cerâmica são os antiplásticos mais difundidos na América do Sul, exceto na bacia amazônica e nas Guianas.

Maranca (1985) escreve que,

a escolha de um ou outro tempero deve levar em conta vários fatores, entre eles: a resistência que se quer dar ao vaso após o cozimento, o acabamento da superfície, etc. Isto é muito importante, pois um tempero de grãos arredondados, por exemplo, torna o vaso menos resistente do que o de grãos regulares. As rochas trituradas, bem como os cacos moídos e a cinza vulcânica, dão ao corpo do vaso maior resistência do que um tempero de areia. Deve-se levar em conta o efeito que o calor do fogo tem sobre os materiais, pois alguns deles são instáveis e sofrem alterações significativas quando submetidas a altas temperaturas (MARANCA, 1985, p. 239).

⁴⁶ Excluindo-se o material exposto em vitrine no Museu do Índio, todo o material analisado dos Sítios Arqueológicos Lagoa Seca II e Agüinha encontram-se no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme, no município de Piraju-SP, sob os cuidados do ProjPar.

O trabalho de limpeza e registro das peças é demorado, pois cada peça é escovada ou lavada (depende da cerâmica) e posta para secar a sombra. Depois de limpas e secas, as peças são registradas. Neste registro, sob uma camada de esmalte, utilizando-se caneta do tipo nanquin preta para as peças claras e nanquin branca para as escuras, escreve-se um número referente ao sítio e em seguida, um número de registro da peça que é seqüencial. Assim, o Sítio Lagoa Seca II é identificado pelo nº 182, destacando que, referente ao primeiro material coletado e estudado no ano de 1998, optou-se por diferenciá-lo mediante a inclusão do sinal asterisco posterior ao nº 182.

Nesse sentido, conforme indica Prous (1992), o oleiro acrescenta ao barro elementos não-plásticos, que não irão sofrer modificação de volume durante a queima, a fim de formar uma armação estável, evitando assim o rachamento enquanto as argilas vão se ressecando.

Dentre os antiplásticos da cerâmica da Mesorregião da Capivara, encontram-se as seguintes variantes: o antiplástico mineral, o antiplástico mineral associado ao caco moído, o antiplástico mineral associado ao carvão e o antiplástico mineral associado ao caco moído e ao carvão.

A terceira categoria de atributos faz referência ao tamanho do antiplástico. “Quando a peça apresenta vários tamanhos de um mesmo tipo de antiplástico mede-se sempre o maior. Nos casos em que a peça apresenta mais de um tipo, mede-se o maior de cada tipo, em centímetros” (FACCIO, 1998, p. 134).

A quarta categoria de atributos abrange a espessura da parede. De cada fragmento toma-se a maior espessura.

A quinta categoria de atributos examina o grau de queima das peças. As peças podem apresentar uma ou mais das seis variantes de queima descritas abaixo:

- QUEIMA 1 – seção transversal sem presença de núcleo com cor uniforme variando do laranja-tijolo ao amarelo;
- QUEIMA 2 - seção transversal sem presença de núcleo com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo;
- QUEIMA 3 - seção transversal com presença de núcleo central escuro, e uma camada interna e uma externa claras;
- QUEIMA 4 - seção transversal sem presença de núcleo com cor uniforme variando do cinza escuro ao preto;
- QUEIMA 5 - seção transversal com uma camada escuro na interna;
- QUEIMA 6 - seção transversal com uma camada clara na parte interna, e uma camada escura na externa.

A coexistência de mais de um tipo de queima num mesmo fragmento deve-se à queima a céu aberto. A este respeito Ruiz (2002, p. 32) faz o seguinte comentário:

tendo em vista que há uma grande distinção entre os vasos queimados em fornos e a céu aberto e sendo esta distinção significativa, pois resulta em vasos bem ou mal queimados, optou-se por classificar os fragmentos cerâmicos em queimados em fornos ou em fogueiras abertas. A partir dos vasilhames recuperados inteiros em toda a área do ProjPar pode-se constatar que um mesmo vasilhame pode apresentar queima irregular. Sabe-se que a queima irregular é típica de fogueiras abertas resultando em vasos pouco queimados.

Como atestam os autores Prous (1992) e Willey (1987) acerca do modo como se dava a queima das vasilhas, há pontos nos seus discursos teóricos que se entrelaçam. Segundo Prous (1992, p. 94), “nas Américas, [...] o forno nunca veio a ser conhecido, e a cerâmica era queimada em fogueiras simples, cobrindo-se os potes com lenha”. Por sua vez, Willey defende que,

a queima era a céu aberto ou em fornos. Quando feita em fogueiras produzia vasos sujos de fuligem, marrons, pretos ou castanhos. [...] Em sua maior parte, a queima a céu aberto foi e é característica das terras baixas orientais e do sul da América do Sul. A queima em forno é típica das regiões andinas (WILLEY, 1987, p. 233).

Para a análise da queima presente no fragmento cerâmico, optou-se pela queima dominante.

Quanto à categoria referente à cor, como elemento definidor do tipo de queima, Faccio (1998, p. 135) escreve que,

as diferenças na cor indicam diferentes condições de duração da queima, ventilação e temperatura. A presença de núcleo com cor variando do laranja ao amarelo indicam uma queima boa, com ventilação suficiente para ocasionar a oxidação da argila. A presença de tons que variam do cinza ao preto indica uma queima incompleta em baixa temperatura e tempo insuficiente para expelir toda a matéria carbonária da argila.

A sexta categoria de atributos compreende o grau de dureza das peças. Seguindo a escala de MOHS para atribuição da dureza das peças, obedeceu-se ao padrão estabelecido, usando dez minerais, respectivamente: Talco, Gipso, Calcita, Fluorita, Apatita, Ortoclásio, Topázio, Caridon e Diamante.

A sétima categoria de atributos analisa o tratamento de superfície interna e externa. Nesta categoria detecta-se: ausência de tratamento, alisamento, brunidura (enegrecimento), lustro e polimento.

O tratamento de superfície, segundo Maranca (1985, p. 241), tem por fim “[...] eliminar as irregularidades porventura existentes, a marca do rolete e as junções (estas últimas no caso da moldagem)”.

Na oitava categoria de atributos, examina-se a decoração interna e externa dos vasilhames. Esse item possui as seguintes variantes: liso, entalhado, ungulado, inciso, corrugado, escovado, pontado, pinçado, serrungulado, engobo preto, engobo vermelho, engobo branco, engobo laranja, engobo preto associado ao vermelho, engobo preto associado ao branco, engobo vermelho associado ao branco e pintado. Em alguns fragmentos esses tipos decorativos estão associados a mais de uma variável.

Segundo Scatamacchia (1990, p. 80), “a decoração seria um outro aspecto que poderia indicar uma diferença grupal, pois os arranjos que resultaram nos padrões conhecidos foram obtidos através das normas preferenciais de associação”.

A decoração, em geral, está subdividida em decoração plástica e pintura. Segundo Prous (1992), a decoração é dita plástica porque modifica o relevo da peça, ela é feita logo antes da queima. Já a pintura, conseguida utilizando-se pigmentos minerais e/ou vegetais, é geralmente efetuada antes da queima a fim de obter uma maior resistência quanto a sua deteriorização.

Segundo Schmitz (1991, p. 7), as vasilhas com decoração plástica são “[...] predominantemente mais fundas, inferindo-se disso que se destinariam às funções de cozinhar, fermentar, guardar e servir alimentos variados [...]”; já os vasos pintados “[...] são mais rasos, inferindo-se disso que, além das outras funções, a de preparar produtos de mandioca amarga, seria muito importante”.

Na nona categoria observa-se a técnica de manufatura do vaso. Até o momento, na Mesorregião da Capivara, foram detectados apenas os tipos roletado (acordelado) e o modelado à mão.

Segundo Maranca (1985, p. 240), “existem duas técnicas utilizadas pelas populações pré-históricas na confecção de vasos, sendo a da ‘modelagem’ e, sobretudo, a do ‘acordelado’ as duas únicas até agora comprovadamente utilizadas pelas populações pré-históricas brasileiras”.

O vaso modelado é feito diretamente a partir do bloco da argila úmida, utilizando para isto a mão. Por sua vez, segundo Lima (1987), a técnica de acordelado consiste na superposição de rolos feitos de argila a partir de uma base em forma de anéis ou espirais.

A décima categoria verifica o ângulo da parede, correspondente à medida da inclinação das paredes em graus.

A décima primeira categoria examina a forma do lábio presente no vasilhame. Apresenta a seguinte classificação: apontado, arredondado, plano, biselado, apontado associado ao biselado, apontado associado ao arredondado e o biselado associado ao arredondado.

A décima segunda categoria observa o tipo e a forma das bordas. As cerâmicas podem apresentar os seguintes tipos de bordas: direta inclinada externa, direta inclinada externa com reforço interno longo, direta inclinada externa reforçada externa, direta inclinada interna, direta inclinada interna com suporte para tampa, direta inclinada interna

com ponto angular, direta inclinada interna com reforço externo longo, direta inclinada interna reforçada externa, direta vertical, direta inclinada interna com reforço interno longo, direta vertical reforçada externa, extrovertida inclinada interna, extrovertida inclinada externa, extrovertida inclinada interna reforçada externa, extrovertida inclinada externa reforçada externa, extrovertida inclinada externa com ponto angular, extrovertida vertical, extrovertida vertical com ponto angular, extrovertida vertical reforçada externa, contraída, cambada, infletida e carenada.

A décima terceira categoria refere-se à forma da vasilha. A obtenção desse dado requer e mantém dependência com a efetivação da reconstituição gráfica do vaso. Embora feita a partir da análise das bordas, essa tarefa é hoje um tanto que difícil e até polêmica, conforme apontam vários autores, principalmente quando se trata de fragmentos de bordas pequenos. Com base nessa deficiência à reconstrução gráfica das vasilhas do grupo Guarani, está se consolidando um trabalho de sistematização dentre os potes encontrados inteiros na área do ProjPar⁴⁷, para se obter um parâmetro (modelo) que venha a proporcionar uma maior fidelidade ao esboço de reconstrução dos vasos, tendo por base a publicação de Brochado e Monticelli (1994).

Segundo Robrahn (1989), as formas da vasilha seguem quatro classificações: vaso profundo, tigela funda, tigela rasa e prato ou assador. O aspecto principal para a distinção entre as formas baseia-se na relação entre diâmetro da boca e altura da vasilha. Com isso, “essas variáveis refletem um sentido cultural e são usadas de forma simplificada para facilitar o emprego dos testes estatísticos” (FACCIO, 1998, p. 139).

Para Robrahn (1989), os vasos profundos são aqueles que possuem altura da peça igual ou maior que $\frac{3}{4}$ do diâmetro da boca; as tigelas fundas têm a altura igual ou maior que a metade do diâmetro da boca, mas, menos que $\frac{3}{4}$ desta medida; por sua vez, as tigelas rasas caracterizam-se como as peças que têm a altura menor que a metade do diâmetro da boca.

Para Chmys (1976), pratos ou assadores são peças planas ou com bordas levemente elevadas. Para Robrahn (1989), pratos ou assadores são peças que apresentarem altura menor que $\frac{1}{4}$ do diâmetro da boca.

Na área do Vale do Rio Paranapanema, margem paulista, essas últimas peças não foram encontradas inteiras. Assim, para a obtenção da forma desse tipo de vasilha,

⁴⁷ No item 5.4 a seguir, serão apresentadas algumas vasilhas inteiras do Grupo Guarani, coligidas na área do ProjPar, em decorrência dos primeiros resultados obtidos pela sistematização de vasilhas inteiras presentes em museus ou em mãos de particulares.

a partir do fragmento de borda, têm sido utilizados os modelos apresentados por Chmys (1976).

É importante destacar que, a partir do fragmento de borda, pode-se reconstituir a forma de seu respectivo vaso, e diante da realização dessa atividade, poder-se-á inferir a forma e a funcionalidade do pote. Com base nos dados etnográficos presentes no trabalho de Montoya ([1650] 1876), é importante levar em consideração a questão da funcionalidade do pote mediante a presença ou não da aplicação de pintura e engobo, pois uma peça decorada dessa forma não era destinada ao uso no fogo. Por sua vez, esse trabalho ainda auxilia a inferir a distribuição dos motivos pela área da vasilha.

De acordo com o trabalho de Brochado (1994) a partir da obra do padre jesuíta Montoya ([1650] 1876), e em paralelo ao uso da metodologia desenvolvida por Robrahn (1991) para tipologia das formas dos vasos, já foram identificadas para a área da Mesorregião da Capivara Leste as seguintes classes⁴⁸ de vasilhas:

A - **Vaso profundo:** yapepó (panela); cambuchí (cântaro ou jarro).

B - **Tigela (funda e rasa):** cambuchí caguâba (vasilha para beber); ñaembé ou tembiriú (louça para comer, prato)

C - **Prato:** naembé (prato para comer).

Montoya ([1650] 1876), em seu trabalho, afirma um uso distinto entre os Guarani para os potes com pintura frente àqueles com decoração plástica. Segundo o autor, os potes com decoração pintada não se enquadram com fins de preparar alimentos por fervura, pois eles seriam impróprios para serem usados sobre o fogo.

Com base nesse trabalho, tem-se o exemplo de que os vasos profundos - *yapepó*, caracterizados como panelas de cozinhar, não possuem pintura como técnica decorativa. Por sua vez, os *cambuchí* caracterizados como potes utilizados para conter líquidos, seja para servir bebidas fermentadas alcoólicas, seja para guardar água, podem apresentar pintura em sua superfície.

A décima quarta categoria averigua os tipos de contorno do vasilhame, podendo ser dos seguintes tipos: simples, infletido e composto.

A décima quinta, a décima sexta e a décima sétima categoria analisam o diâmetro da boca, a altura do vaso e a largura da garganta.

⁴⁸ Entenda-se por classe: reunião de todas as vasilhas de mesma função (BROCHADO; MONTICELLI, 1994).

Em paralelo, a partir da correlação da forma da vasilha e combinações de tipo de borda, base, altura, diâmetro da boca, bojo que algumas formas de vasilhas apresentam como característica, dá-se seqüência à interpretação quanto à funcionalidade da vasilha quando em uso pelo grupo Guarani pregresso, tendo como base Brochado e Monticelli (1994) e o trabalho de Montoya ([1650] 1876). O trabalho etno-histórico produzido pelo padre espanhol Antônio Ruiz de Montoya, a partir da convivência entre índios Guarani na região entre o oeste do Paraná, o noroeste do Rio Grande do Sul e o nordeste da Argentina, na primeira metade do século XVII, traz informações acerca da cerâmica Guarani, fazendo menção a algumas vasilhas produzidas por esses povos, com suas características físicas e sociais (funcionalidade), por vezes. Assim, analisa-se a forma e a funcionalidade da vasilha (seja esta na sua forma inteira ou reconstituída graficamente, com base nos vasos modelos da área do Vale do Rio Paranapanema, margem paulista).

A décima oitava categoria averigua o volume das vasilhas. Os volumes são reunidos com base nos seguintes intervalos volumétricos:

- até 1,0 litro (vaso pequeno);
- de 1,1 a 4,0 litros (vaso médio);
- de 4,1 a 20,0 litros (vaso grande);
- acima de 20,0 litros (vaso extra grande).

A décima nona categoria atenta-se aos tipos de base das vasilhas, estando classificadas da seguinte forma: plana, plana com pedestal ou convexa.

Referindo-se ainda à base, a vigésima e vigésima primeira categorias verificam, respectivamente, o diâmetro da base e o ângulo da base.

Na vigésima segunda categoria observa-se a marca de uso: fuligem na superfície interna; fuligem na superfície externa; depressões circulares causadas por líquidos na face interna; desgaste por atrito na parte superior da boca interna; pequenas depressões circulares densas com diâmetro de até três milímetros na face interna.

Na vigésima terceira categoria verifica-se o estado de conservação da peça. Conforme Faccio (1998), para classificar a peça segundo o seu estado de conservação, observa-se se a superfície das peças apresenta alterações por desgaste, decomposição, ação da água, ação de queimadas recentes etc.; se é possível identificar tratamento de superfície ou decoração; se há possibilidade de reconstituir a forma do vaso ou se ocorreram peças inteiras.

De uma maneira geral, tendo por base essa metodologia, o que se pretende ao final da análise cerâmica é inferir que no processo de interação dos grupos Guarani com o

seu meio, “as tecnologias inserem-se nas tramas da organização social e do sistema de representação destas populações e são levadas a cabo a partir de uma série de escolhas que são embasadas pelas diferentes conceituações que as mesmas possuem da sua realidade material” (SILVA, F., 2000, p. 225).

5.3 Análise do material cerâmico dos sítios Agüinha e Lagoa Seca II

Na Microrregião de Iepê-Florínea, é comum à maioria dos sítios apresentar apenas material cerâmico na forma de fragmentos; fazem exceção os sítios Agüinha e Pernilongo. Nesse sentido, o Sítio Lagoa Seca II é composto por um total de 4.859 cerâmicas e o Sítio Agüinha, por sua vez, compõe-se de um número de 5.848 fragmentos. A partir desse material cerâmico, realizaram-se análises tecno-tipológicas com base na metodologia apresentada em item anterior. De posse dos resultados obtidos, serão apresentadas as informações decorrentes da análise dos vestígios da cerâmica do grupo Guarani.

Conforme Scatamacchia (1990), é importante ter em mente que o material que é recuperado pelo arqueólogo, através das escavações, constitui uma parcela da cultura material do grupo, sendo que nas regiões tropicais essa parcela é mais reduzida, pois o material orgânico não é preservado. No caso das cabanas feitas com material vegetal, em alguns casos, restam apenas uma coloração diferencial no solo. Alguns trabalhos experimentais feitos com grupos atuais têm mostrado que, na realidade, são poucos os resíduos físicos deixados para a observação do arqueólogo.

Do mesmo modo, Ruiz (2003, p. 30) com base em La Salvia & Brochado (1989), concorda que:

a confecção de um artefato é o início de um processo de produção que concluído continua em uma fase de utilização e, ao quebrar-se, encerra uma seqüência de funções não específicas, mas presentes dentro de um contexto cultural que ao arqueólogo cabe explicar através da análise de seus fragmentos em todo um ciclo, visível de se tentar refazer o sistema, invisível se observar apenas seus efeitos e representações.

As indústrias ceramistas apresentaram as seguintes classes, conforme mostra a **tabela 1** a seguir.

As várias classes que se fazem presentes nessa indústria, como por exemplo, os fragmentos de parede angular e o suporte para tampa, trazem em si, um atestado

característico de que pertencem à cerâmica do grupo Guarani, à medida que, até hoje, não foi encontrada nas indústrias cerâmicas de outras etnias essas características.

Tabela 1: Categorias de fragmentos das indústrias cerâmicas.

Categorias de fragmentos	Agüinha	Lagoa Seca II
Parede	4.864	4.061
Parede com furo de suspensão	2	1
Parede angular	213	133
Parede com suporte para tampa	2	-
Parede angular com suporte para tampa	2	-
Parede angular com furo de suspensão	2	-
Borda	508	517
Borda/parede angular	101	46
Borda com suporte de tampa	4	17
Suporte para tampa	18	10
Polidor de sulco	1	5
Base	124	53
Base, parede e borda	4	4
Parede/base	4	2
Bolota de argila	3	1
Cachimbo		2
Fragmentos não identificados	3	7
TOTAL	5.848	4.859

Fonte: SANTOS (2003), REIS (2003) e RUIZ (2003).

A presença de cinco polidores de sulco sobre superfície cerâmica testemunha que os índios Guarani, ocupantes do Sítio Lagoa Seca II, reaproveitaram fragmentos cerâmicos como polidores de sulco (**FOTO 9**).

Como indica Prous (1992, p. 64):

os calibradores são pequenos blocos com um sulco profundo e reto, dentro do qual eram esfregadas varas. O atrito assim obtido desgastava e regularizava seu formato, [...] podendo haver um ou vários sulcos na mesma peça.



Foto 9: Fragmento cerâmico reaproveitado como polidor de sulco. Sítio Arqueológico Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2003).

A presença de apenas um fragmento de bolota de argila no Sítio Lagoa Seca II e três fragmentos no Sítio Agüinha deixa indícios de que o local escolhido pela mulher Guarani para confecção da cerâmica não se dava no local de escavação dos sítios. Essas bolotas de argila, como uma sobra da argila utilizada na pasta cerâmica, devem ter sido trazidas da sua área original de coleta e produção do vaso por algum membro do grupo, aleatoriamente.

Os tipos de antiplásticos encontrados nos materiais analisados são o mineral e o caco moído. Para os sítios, houve a seguinte distribuição dos antiplásticos nos fragmentos de cada indústria, conforme se visualiza a seguir na tabela:

Tabela 2: Tipos de antiplásticos presentes na pasta cerâmica das indústrias cerâmicas.

Antiplástico	Agüinha	Lagoa Seca II
Mineral	10	2
Mineral associado com caco moído	5.838	4.857

Fonte: SANTOS (2003), REIS (2003) e RUIZ (2003).

De maneira geral, as medidas do antiplástico variam de 0,1 a 2,0 cm. É de praxis ao arqueólogo trabalhar com categorias de variação granulométrica, atentando-se sempre para o maior tipo de antiplástico presente na pasta cerâmica do fragmento analisado,

haja vista que isso significa desde um tratamento grosseiro para os temperos até um tratamento detalhado na escolha e trituração dos componentes da massa.

Assim, o Sítio Lagoa Seca II apresentou uma variação granulométrica para o antiplástico mineral variando de 0,1 a 1,1 cm e o antiplástico caco moído também variando de 0,1 a 1,1 centímetro. Bem como, Ruiz (2003) informa que o Sítio Agüinha apresentou uma variação para o antiplástico caco moído de 0,1 a 1,0 cm e o antiplástico mineral variando de 0,1 a 2,0 cm.

Quanto à espessura da parede, essa medida variou de 0,4 a 3,6 centímetros. Optou-se por dividir a espessura em fina (0,2 a 0,6 cm), média (0,61 a 1 cm) e grossa (1,1 a 3,6 cm). Assim, dentre os fragmentos do Sítio Lagoa Seca II, há uma classificação predominante de 3.577 fragmentos como grossos e, para o Sítio Agüinha, 4.799 fragmentos classificam-se em grossos.

Tratando-se da queima das indústrias cerâmicas analisadas, está identificado que a queima foi feita em fogueiras a céu aberto, devido à irregularidade apresentada em uma mesma peça. Dessa forma, um mesmo vaso e/ou fragmento pode apresentar vários tipos de queima, conforme a classificação de Faccio (1998) para a análise da queima.

As marcas de uso foram verificadas em um número reduzido de fragmentos. Assim, em 75 fragmentos do Sítio Lagoa Seca II identificou-se a fuligem nas superfícies dos mesmos e no Sítio Agüinha, constatou-se a presença de fuligem na face interna em nove fragmentos e na face externa, em oito fragmentos.

Segundo Ruiz (2003), os fragmentos do Sítio Agüinha encontram-se em bom estado de conservação, pois se pode constatar a presença de pintura e engobo. De forma semelhante encontra-se o Sítio Lagoa Seca II. Nesse sentido, as frequências predominantes dos tipos de decoração das duas indústrias cerâmicas, apresentadas a seguir na **tabela 3** mostram a importância dessas técnicas decorativas⁴⁹:

⁴⁹ Obs.: Os dados completos referentes às decorações presentes em cada sítio arqueológico podem ser conferidos no **apêndice 1**.

Tabela 3: Tipos predominantes de decoração das indústrias cerâmicas.

Decoração face interna/externa	Sítio Arqueológico Agüinha		Sítio Arqueológico Lagoa Seca II	
	Nº de fragmentos	%	Nº de fragmentos	%
Liso/liso	4515	77,20	3127	64,35
Liso/ungulado	81	1,38	62	1,27
Liso/corrugado	446	7,63	131	2,70
Liso/engobo branco	168	2,87	284	5,84
Engobo vermelho/liso	50	0,85	75	1,54
Liso/pintado	143	2,44	192	3,95
Engobo branco/liso	64	1,09	155	3,19
Engobo laranja/liso	16	0,27	227	4,67
Pintado/liso	38	0,65	77	1,58

Fonte: SANTOS (2003), REIS (2003) e RUIZ (2003).

Com a análise do material cerâmico, foi possível perceber que os tipos plásticos corrugado e ungulado estiveram presentes nos dois sítios, lembrando do detalhe que as decorações plásticas ocorreram somente no lado externo do vaso. Por sua vez, a decoração pintada ocorreu tanto na face interna como na externa do vaso.

Segundo Prous (1992, p. 391),

as decorações plásticas afetam exclusivamente a face externa dos vasilhames. Existe muita variedade, com possibilidade de combinação; no entanto, poucas são as fórmulas que alcançam uma popularidade significativa, e as combinações são sempre raras.

Conforme define Prous (1992, p. 94), a decoração corrugada é aquela “[...] na qual os roletos são pinçados transversalmente pelos dedos, formando-se pequenas ondas sucessivas” (**FOTO 10**).



Foto 10: Cerâmica corrugada. Sítio Agüinha, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2003).

O Sítio Lagoa Seca II apresentou 186 fragmentos (3,83%) com decoração corrugada, enquanto que o Sítio Agüinha apresentou um total de 459 fragmentos (7,85%).

Na decoração ungulada, segundo o mesmo autor (PROUS, 1992), com a extremidade das suas unhas, imprime-se sobre a superfície do vasilhame, marcas agrupadas em diversas posições, geralmente formando faixas de depressões paralelas (**FOTO 11**).

O Sítio Lagoa Seca II apresentou 79 fragmentos com decoração ungulada. Por sua vez, ocorreram 83 casos da decoração ungulada no Sítio Agüinha.



Foto 11: Cerâmica ungulada. Sítio Agüinha, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2003).

Ocorreram 59 casos de fragmentos com decoração incisa no Sítio Lagoa Seca II (**FOTO 12**) e 19 casos no Sítio Agüinha. Segundo Chmys (1976, p.133), a decoração plástica incisa caracteriza-se por:

[...] incisões praticadas por meio de extremidade aguçada de instrumentos variados, na superfície da cerâmica, antes da queima. As incisões variam em comprimento, largura e profundidade, podendo apresentar secções regulares ou irregulares.



Foto 12: Cerâmica incisa. Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2003).

Já o tipo de decoração nodulada ou mamilar, como afirma Chmys (1976), caracteriza-se por pequenos nós feitos por repuxos à mão na superfície externa do vaso. Como se pode observar no **apêndice 1**, houve 4 casos, distribuídos em 1 fragmento para o Sítio Lagoa Seca II e 3 fragmentos para o Sítio Agüinha.



Foto 13: Cerâmica nodulada. Sítio Agüinha, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2003).

Quanto à decoração pintada e as decorações com engobo essas são bastante representativas no total de fragmentos das indústrias ceramistas em estudo.

Segundo Chmys (1976), o engobo é um tipo de tratamento que consiste em aplicar, antes da queima, uma camada de barro, mais espessa que o banho, com ou sem pigmentos minerais, na superfície do vaso.

No Sítio Lagoa Seca II, o engobo teve a ocorrência de 1205 vezes, ora na superfície interna, ora na superfície externa, ora em ambas. Na face interna, ocorreram 691 casos e na face externa, 514 casos.

No Sítio Agüinha, houve a ocorrência de engobo em 273 fragmentos. Na face interna, ocorreram 115 casos e na face externa, 166 casos.

É importante destacar que, somente no Sítio Lagoa Seca II encontrou-se a decoração plástica acanelada e a presença do engobo preto e associações. De acordo com os estudos arqueológicos envolvendo grupos Kaingang, sabe-se que a aplicação de engobo preto é uma técnica decorativa adotada na cerâmica produzida por mulheres desses grupos. Nesse sentido, esse tipo decorativo pode ser um indicativo da presença, no Sítio Lagoa Seca II⁵⁰, da

⁵⁰ É importante mencionar o estudo do material cerâmico do Sítio Arqueológico Pernilongo, Município de Iepê-SP - SANTOS, R. N. O estudo da cerâmica guarani do Sítio Arqueológico Pernilongo. 2001. 143 f.- em que

ocorrência de casamentos entre Guarani e mulheres Kaingang, as quais podem ter sido raptadas com o objetivo de aumento da área de domínio e alianças. Ou seja, aumento de prestígio para o chefe Guarani.

Referente à pintura, segundo Chmys (1976), essa decoração consiste em ser executada antes ou depois da queima da cerâmica com pigmentos minerais ou vegetais, diretamente sobre a superfície ou sobre engobo ou banho, previamente aplicado, formando padrões. Pode ser executada tanto na superfície externa como na interna, cobrindo toda ou parte da mesma (**FIGURAS 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10**).

Os padrões decorativos são constituídos por desenhos complexos com elementos geométricos e composições distribuídas em zonas bem delineadas ou em toda a superfície, mas sempre de caráter abstrato. A pintura pode ser aplicada tanto na superfície externa como interna ocorrendo também a combinação de distintas técnicas na mesma vasilha, assim como a alternância de áreas decoradas com outras sem decoração (SCATAMACCHIA, 1990, p. 87).

Na indústria ceramista do Sítio Lagoa Seca II, ocorreram 345 fragmentos (7,10%) com decoração pintada, dividida entre face interna e/ou face externa. As pinturas identificadas mostraram-se razoavelmente visíveis, o que dificulta a percepção dos detalhes dos motivos das pinturas. A cerâmica pintada apresentou, predominantemente, faixas ou motivos geométricos nas cores preta e vermelha sobre engobo branco.

Já para o sítio arqueológico Agüinha, dentro de um total de 197 fragmentos contendo decoração pintada, apenas 92 fragmentos apresentaram bom estado de conservação possibilitando identificar com clareza os seus motivos pintados (**FIGURAS 11 a 14**). Assim, Ruiz (2003) explica que houve 81 fragmentos cerâmicos apresentando o motivo pictórico da **figura 11**, seis fragmentos para o motivo pictórico da **figura 12**, quatro fragmentos cerâmicos para o motivo pictórico da **figura 13** e um fragmento de base para o motivo pictórico da **figura 14**.

Declara Ruiz (2003, p. 54), referente ao estudo da decoração pintada para o sítio arqueológico Agüinha, que

as maiores dificuldades, no momento da análise da decoração, estão relacionadas ao fato da má conservação das pinturas na cerâmica sendo possível sua identificação somente num número reduzido de fragmentos. Outra dificuldade é a fragmentação do material cerâmico sendo difícil, dessa forma, a identificação total dos motivos decorativos em um vaso. Mas analisando a decoração presente no ombro de uma das urnas funerárias podemos notar que os elementos retilíneos são contínuos (**FIGURA 15**). Observa-se a repetição contínua dos elementos retilíneos aleatoriamente.

Sítio Lagoa Seca II

Cerâmica Pintada

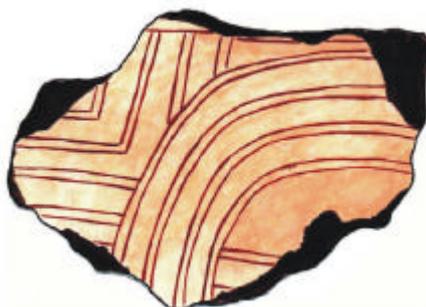


FIGURA 3:
182-99

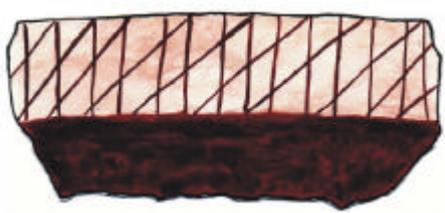


FIGURA 4:
182-319

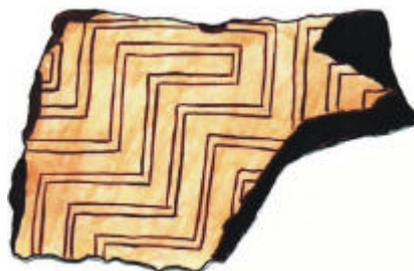


FIGURA 5:
182-186

Sítio Lagoa Seca II

Cerâmica Pintada

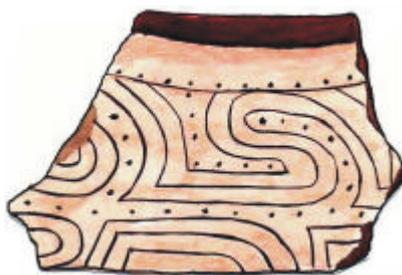


FIGURA 6:
182-93



FIGURA 7:
182-86



FIGURA 8:
182-405

FONTE: SANTOS, 2003.

Sítio Lagoa Seca II

Cerâmica Pintada

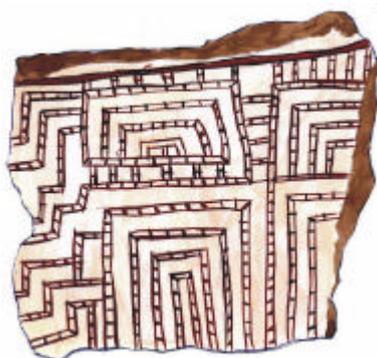


FIGURA 9:
182-1097

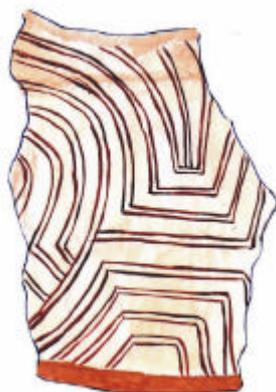


FIGURA 10:
182-2608

Sítio Aguinha Cerâmica Pintada



FIGURA 11



FIGURA 12



FIGURA 13

FONTE: RUIZ, 2003.

Sítio Aguinha Cerâmica Pintada

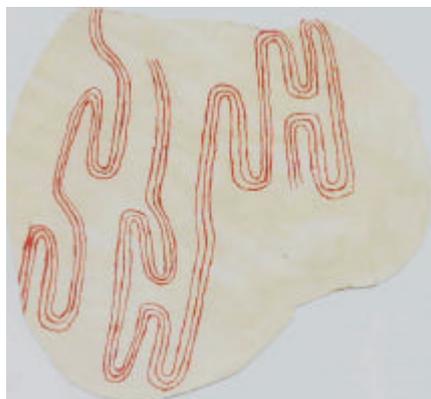


FIGURA 14



FIGURA 15

FONTE: RUIZ, 2003.

Conforme La Salvia e Brochado (1989) a pintura está relacionada ao processo de origem do grupo. Para Scatamacchia (1990), a decoração serve de indicador preciso da tradição, pois é um elemento indicador de origem e tradição de um dado grupo. Assim, os motivos pictóricos são “relatos abstratos” das experiências grupais impressas nas superfícies dos vasos. Em conformidade a Landa (1995, p. 52), “na cultura Guarani, mulher e cerâmica são indissociáveis [...]”.

Nesse sentido, primeiramente, faz-se importante a representação pictográfica de alguns fragmentos cerâmicos pintados, principalmente, e incisos como registro dos motivos. Bem como, propõe-se pesquisar dados etno-históricos que privilegiem informações sobre a mulher Guarani, ainda que haja algumas dificuldades para tal atividade. Assim, diante dos objetivos acima expostos, optou-se por apresentar graficamente as pinturas conservadas.

É importante frisar a ressalva apresentada por Soares (1997), quando o autor explica que em decorrência da inserção do etnólogo nas atividades sociais de grupos indígenas, em geral divididas em atividades masculinas e femininas, isso resultou na propagação de um conhecimento predominantemente produzido a partir da questão de gênero entre sociedades, delegando uma lacuna à explicação feminina para os elementos culturais do grupo, tal como a explicação de significados para os motivos pictóricos. Nas suas palavras:

Uma relação de caráter respeitoso é a que todo Guarani tem pelo avô – **tamoi** (T:110) e pela avó – **yarii** (T: 189), vistos como fundadores de **teýy** (MULLER, 1989, p. 47-49; SUSNIK, 1983, p. 128). Segundo Cadogan (1959), os homens são responsáveis pela reprodução da mitologia, embora isto não possa ser confirmado. Como todo etnógrafo, o limite do conhecimento é aquele vinculado à própria diferenciação sexual, e certamente Cadogan não deve ter ouvido a ‘religião das mulheres’⁵¹ (SOARES, 1997, p. 91).

De forma geral, a cerâmica do grupo Guarani coligida na área do ProjPar apresenta decoração pintada sobre engobo, principalmente branco. Sabe-se que a degradação das estruturas do sítio implica em deterioração e/ou extinção dos motivos pintados nos fragmentos cerâmicos, causadas pelas adversas situações de conservação no decorrer do tempo, desde sua produção até o resgate e análise das peças em épocas atuais.

Por sua vez, referente aos fragmentos de bordas, ocorreram 577 casos dentro da indústria cerâmica do Sítio Lagoa Seca II e 508 bordas dentro do Agüinha, como se pode visualizar na **tabela 4** as classificações dos tipos de bordas presentes em cada sítio.

⁵¹ Há de se considerar a predominância de profissionais do sexo masculino envolvidos em pesquisas etnográficas, produzidas em meados do século XVII, principalmente, quando se analisa o contexto recente da inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho.

Tabela 4: Frequência dos tipos de bordas.

Tipos de bordas	Agüinha	Lagoa Seca II
Direta inclinada externa	23 (4,53%)	23 (3,98%)
Direta inclinada interna	169 (33,27)	82 (14,21%)
Direta vertical	-	18 (3,12%)
Direta inclinada interna reforçada externa	17 (3,36%)	03 (0,52%)
Extrovertida inclinada interna	106 (20,87%)	07 (1,21%)
Extrovertida vertical	-	06 (1,04%)
Extrovertida inclinada externa	68 (13,39%)	141 (24,44%)
Extrovertida inclinada externa reforçada interna	-	03 (0,52%)
Extrovertida inclinada externa roletada	02 (0,40%)	-
Extrovertida inclinada interna reforçada externa	04 (0,75%)	02 (0,35%)
Introvertida inclinada interna	-	02 (0,35%)
Contraída	09 (1,78%)	24 (4,16%)
Cambada	23 (4,53%)	17 (2,95%)
Inflétida	-	04 (0,69%)
Carenada	28 (5,52%)	34 (5,89%)
Direta inclinada interna reforçada interna	-	01 (0,17%)
Extrovertida inclinada externa com ponto angular externo	-	07 (1,21%)
Direta inclinada interna com ponto angular	02 (4,40%)	02 (0,35%)
Direta inclinada interna com reforço interno longo	06 (1,19%)	02 (0,35%)
Direta inclinada externa com suporte para tampa	04 (0,75%)	01 (0,17%)
Extrovertida inclinada externa com reforço interno longo	-	11 (1,90%)
Extrovertida inclinada externa dobrada externa	-	01 (0,17%)
Extrovertida vertical com reforço interno longo	-	01 (0,17%)
Não identificado	-	188 (32,58%)
Total	508 (100%)	577 (100%)

Fonte: SANTOS (2003), REIS (2003) e RUIZ (2003).

Analisando a **tabela 4**, verificamos, entre os sítios, que os tipos de maior frequência são: direta inclinada interna, extrovertida inclinada externa, extrovertida inclinada interna, carenada e a cambada. Por sua vez, no Sítio Lagoa Seca II, houve 188 fragmentos de borda em que não foi possível identificar o tipo. Em geral, isso é decorrência do pequeno tamanho da borda, não possibilitando inferir a que tipo de borda corresponde, e nem mesmo, o seu posicionamento no ábaco de círculos concêntricos para definição do diâmetro da boca do vaso.

Os mesmos fragmentos de bordas podem estar subdivididos entre sete tipos de lábios. Nota-se o predomínio do arredondado (**TABELA 5**).

Tabela 5: Frequência dos tipos de lábio.

Tipos de lábio	Agüinha	Lagoa Seca II
Arredondado	440	394
Plano	30	105
Biselado		16
Apontado	38	19
Apontado/arredondado		10
Biselado/arredondado		16
Não Identificado		17
Total	508	577

Fonte: SANTOS (2003), REIS (2003) e RUIZ (2003).

A partir do fragmento de borda, pode-se reconstituir a forma de seu respectivo vaso. No entanto, algumas condições se fazem necessários para realizar essa atividade com segurança, a fim de se obter uma maior fidedignidade quanto à forma desse vaso caso estivesse inteiro. Então, como uma das atividades para a reconstituição gráfica das vasilhas, optou-se por utilizar as bordas significativamente grandes, aquelas que permitissem correlacionar diâmetro da boca e contorno do vaso, como se o mesmo fosse visto de perfil, desde sua boca até o mais próximo da base. A segurança necessária quando se refere à forma do vaso requer uma pesquisa a partir dos vasos inteiros encontrados na área do ProjPar, para se fazer uma analogia com o fragmento da borda e um vaso inteiro como modelo.

Dessa atividade de reconstituir graficamente os vasos a partir dos fragmentos de borda, sabe-se que o número de fragmentos de borda não corresponde ao número final de vasilhas reconstituídas graficamente. Nesse perfil, o Sítio Lagoa Seca II apresentou uma reconstituição gráfica de 70 vasilhas e o Sítio Agüinha, um número de 28 vasilhas.

Entre os sítios relacionados, a forma da vasilha tigela rasa predomina (**TABELA 6**). É mister destacar que essa atividade de reconstrução gráfica das formas das vasilhas está dentro dos parâmetros das vasilhas inteiras reconhecidamente definidas para a etnia Guarani.

Tabela 6: Frequência das formas das vasilhas reconstituídas.

Forma dos vasos	Sítio Agüinha	Sítio Lagoa Seca II
Prato	4	3
Tigela rasa	29	32
Tigela funda	20	17
Vaso profundo	7	18
Total	28	70

Fonte: SANTOS (2003), REIS (2003) e RUIZ (2003).

Numa condição diferente da indústria ceramista do Sítio Lagoa Seca II, está o Sítio Agüinha. Isso se deve ao fato de que, mais que vasilhas reconstituídas graficamente, ele possui uma soma de 11 vasilhas inteiras.

Nesse contexto, referente a essa atividade de reconstituição gráfica de vasilhas a partir das bordas, de forma muito válida a contribuir à práxis arqueológica do Rio Paranapanema, Ruiz (2002) realizou um trabalho de sistematização das formas inteiras para a área do ProjPar, levando-se em consideração, desse modo, as formas do Sítio Arqueológico Agüinha, como será visto a seguir.

5.4 Reconstituição gráfica das formas das vasilhas dos sítios e sua relação com as formas inteiras da área do ProjPar

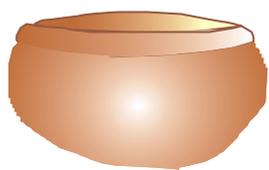
Até o momento, na área do ProjPar, foram cadastrados 68 vasos Guarani presentes em instituições e em coleções de particulares, sendo: 13 vasos cadastrados no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme da Universidade de São Paulo (Piraju, SP); 24 vasos no Museu da Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente, SP); 19 vasos no Centro Cultural e Museu do Índio (Iepê, SP) e em outras instituições ou em mãos de particulares que foram cadastrados mais 12 vasos (**FIGURAS 16, 17, 18, 19 e 20**).

Neste sentido, a sistematização de vasos inteiros, feita por Ruiz (2002), forneceu parâmetro para realização da reconstituição gráfica de 70 vasilhas a partir do seu respectivo fragmento de borda, selecionadas dentre as 577 bordas presentes no Sítio Arqueológico Lagoa Seca II. Bem como, a reconstituição gráfica de 28 vasilhas dentre os 508 fragmentos de bordas do Sítio Agüinha, sendo este seu objeto de estudo.

Os vasos da área do ProjPar obtidos em escavações provêm, em sua maioria, de enterramentos; assim, estamos lidando com uma parcela da cultura material do grupo, visto que nem todas as formas de vasos Guarani estão presentes.

Segundo Maranca (1985), as vasilhas são utilizadas tanto para fins utilitários (conservação e cozimento dos alimentos, depósito de água etc), quanto para fins cerimoniais (sepultamentos).

VASOS INTEIROS DO
SÍTIO ARQUEOLÓGICO AGUINHA



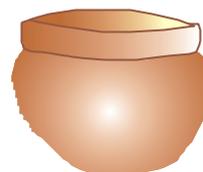
1



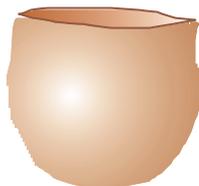
2



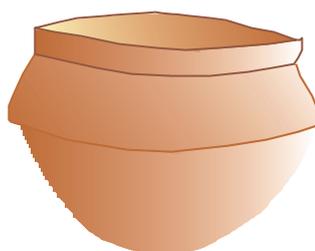
3



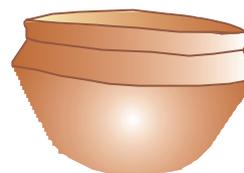
4



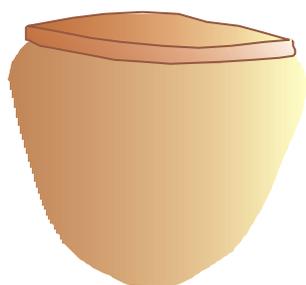
5



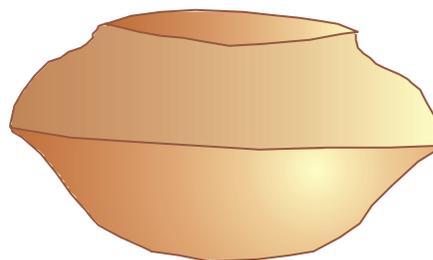
6



7



8



9

Fonte Fotografia FACCIO, 2001
Org. : PAULO ROBERTO SILVA RUIZ
Edição Gráfica: MARIA S. AKINAGA BOTTI

Figura 16

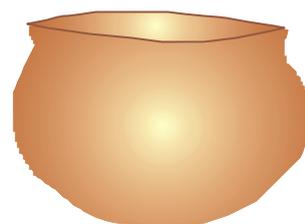
VASOS INTEIROS DO
SÍTIO ARQUEOLÓGICO AGUINHA



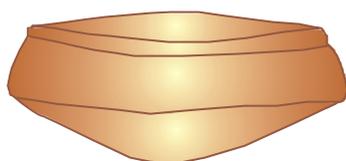
1



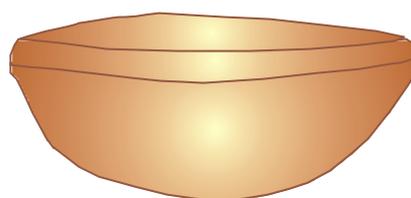
2



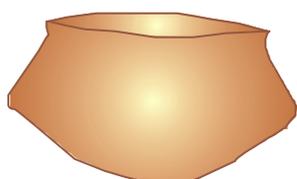
3



4



5



6



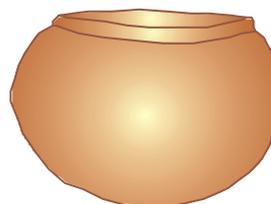
7



8



9

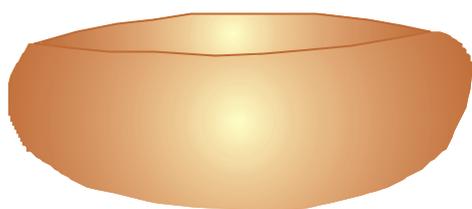


10

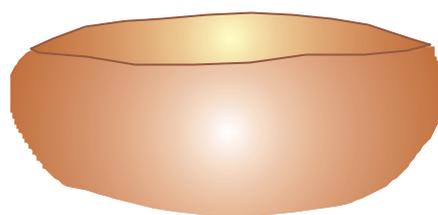
Fonte Fotografia FACCIO, 2001
Org. : PAULO ROBERTO SILVA RUIZ
Edição Gráfica: MARIA S. AKINAGA BOTTI

Figura 17

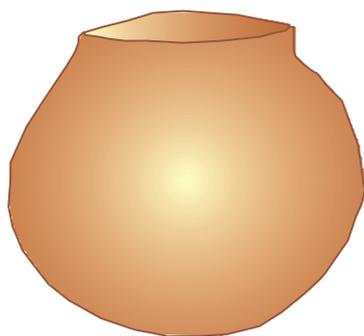
VASOS INTEIROS DO
SÍTIO ARQUEOLÓGICO LOPES



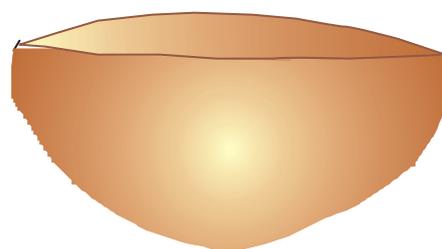
1



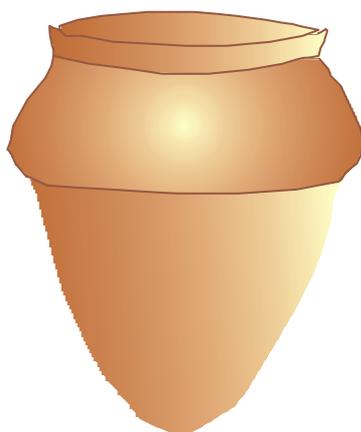
2



3



4

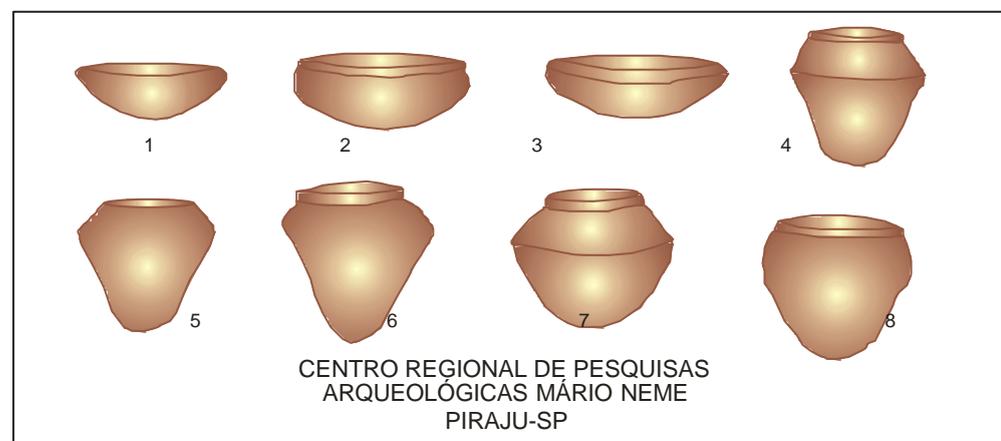
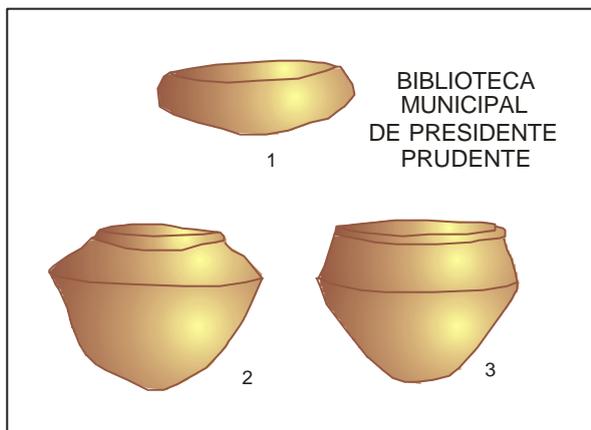
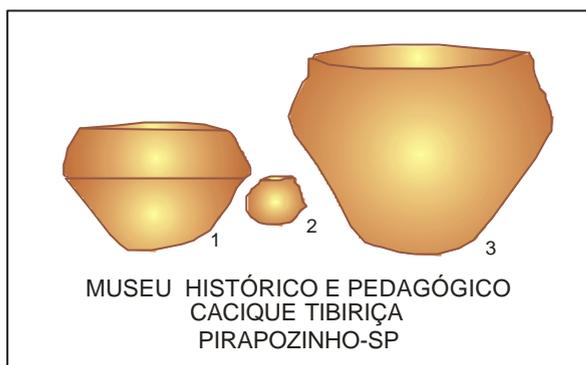
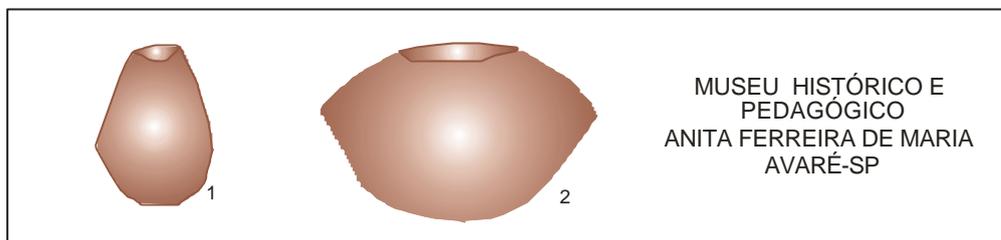


5

Fonte: Reis, 2001
Org.: PAULO ROBERTO SILVA RUIZ
Edição Gráfica: MARIA S. AKINAGA BOTTI

Figura 18

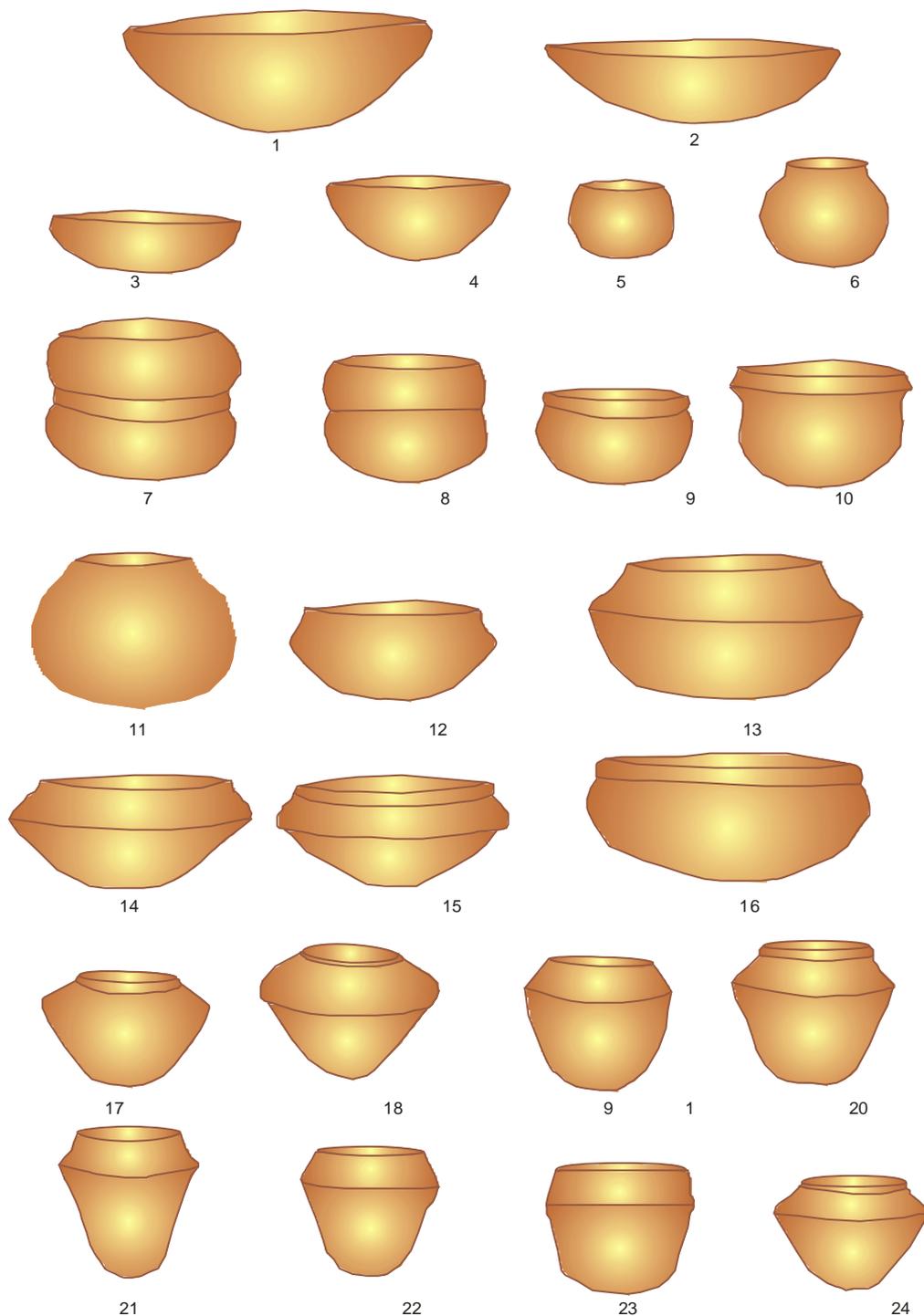
VASOS INTEIROS DAS INSTITUIÇÕES DA ÁREA DO PROJPAR



Fonte Fotografia FACCIO, 2001
Org. : PAULO ROBERTO SILVA RUIZ
Edição Gráfica: MARIA S. AKINAGA BOTTI

Figura 19

VASOS INTEIROS DO MUSEU ARQUOLÓGICO
DA UNESP-PRES. PRUDENTE-SP



Fonte Fotografia FACCIO, 2001
Org. : PAULO ROBERTO SILVA RUIZ
Edição Gráfica: MARIA S. AKINAGA BOTTI

Figura 20

Segundo Ruiz (2002), nos vasos inteiros, há o predomínio de base arredondada, levando em consideração a relação variante entre forma e decoração, pois a decoração interna de um certo vaso obedece a alguns aspectos particulares, principalmente, quanto ao uso que a vasilha terá.

A seguir, são apresentados requisitos comuns constatados nos vasos inteiros, como as relações entre tipo de borda, diâmetro da boca, diâmetro máximo dos vasos e profundidade dos vasos, que oferecem maior segurança ao processo de reconstrução da vasilha cerâmica a partir do fragmento de borda (**TABELA 7**).

Tabela 7: Formas de vasos inteiros: características. Vale do Rio Paranapanema, São Paulo.

		Podem aparecer:
Vasos Profundos	Possuem fundo arredondado e mais raramente cônico, sendo que a cintura localiza-se acima da metade da altura, com rara ocorrência de cintura abaixo da metade da altura, comumente encontradas nos enterramentos.	Com borda infletida, seguida por um bojo e base arredondada. A borda geralmente é inclinada para fora, mas ocorre em menor frequência a vertical e inclinada para dentro;
		Com borda direta vertical ou inclinada para fora e base arredondada;
		Com borda carenada, reforçadas externamente ou com suporte para tampa na parte interna, geralmente com pintura vermelha sobre engobo branco na parte externa;
		Com reentrância (são formas raras não só na área em estudo).
Tigelas fundas ou rasas	Possuem fundo arredondado e mais raramente cônico.	Com borda direta ou carenada (as rasas comumente apresentam pintura na face interna.)
Pratos	Não foram identificados na sua forma inteira. Entretanto, para reconstituir graficamente essa forma a partir do fragmento de borda continuamos a utilizar os modelos apresentados por Chmys (1976).	
Assadores	Não encontramos na forma inteira ou fragmentada.	

FONTE: Ruiz, 2002.

O conhecimento das formas dos vasos presentes na área do Vale do Rio Paranapanema se faz importante, pois a partir delas pode-se correlacionar forma e funcionalidade (tanto alimentar como cerimonial) a partir dos dados etnográficos publicados por MONTOYA ([1650] 1876) acerca do uso da vasilha cerâmica inserida no cotidiano dos grupos Guarani com que manteve contato.

Montoya ([1650] 1876) discorre, no seu trabalho, sobre a existência de diversas classes de vasilhas de cerâmica em uso entre os Guarani, referindo-se a sua funcionalidade, quando em contato com eles, na primeira metade do século XVII.

De acordo com o trabalho de Brochado (1994), a partir da obra desse padre jesuíta Montoya ([1650] 1876), e em paralelo ao uso da metodologia desenvolvida por Robrahn (1991) para tipologia das formas dos vasos, identifica-se para os dois sítios as seguintes classes⁵²:

- A – **Vaso profundo:** yapepó (panela); cambuchí (cântaro ou jarro).
- B – **Tigela (funda e rasa):** cambuchí caguâba (vasilha para beber); ñaembé ou tembiriú (louça para comer, prato)
- C – **Prato:** naembé (prato para comer).

VASO PROFUNDO:

A identificação deste vaso, segundo a metodologia de Robrahn (1991), tem por base defini-lo como peça que possui altura igual ou maior que $\frac{3}{4}$ do diâmetro da boca.

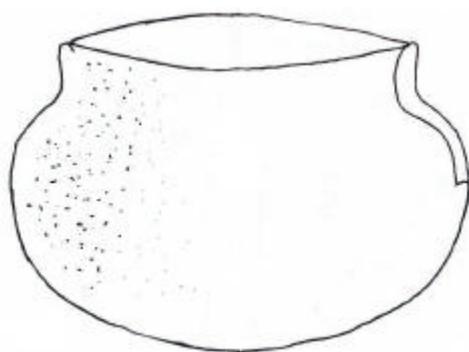
Montoya ([1650] 1876) qualificaria para essa forma de vasilha duas classes: o **yapepó** e o **cambuchí**.

O termo **yapepó** tem por tradução “panela de cozinha”. Seguindo esse preceito, nessa classe, os vasos com decoração pintada não se enquadram, pois com fins de preparar alimentos por fervura, eles seriam impróprios para serem usados sobre o fogo.

Com base nas variações referentes às dimensões do diâmetro dos vasos inteiros e fragmentos de borda, Montoya indica três tamanhos para essa classe (**FIGURAS 21 e 22**). Como pequenos (**yapepó myrí**) são aqueles com o diâmetro de boca entre 12 a 16 centímetros; médios (**yapepó boyá**) de 18 a 30 centímetros e grandes (**yapepó guaçú**), maiores de 32 centímetros. As peças cerâmicas da mesma forma, mas com o diâmetro da boca menor que 12 centímetros foram classificadas como miniaturas (porque dificilmente poderiam ter sido usadas para a preparação de alimentos sobre o fogo).

⁵² Entenda-se por classe: reúne todas as vasilhas de mesma função (BROCHADO; MONTICELLI, 1994)

Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



Tipo 1: PEÇA Nº 182-107

Definição: Vaso profundo ou yapepó;

Borda: extrovertida inclinada externa;

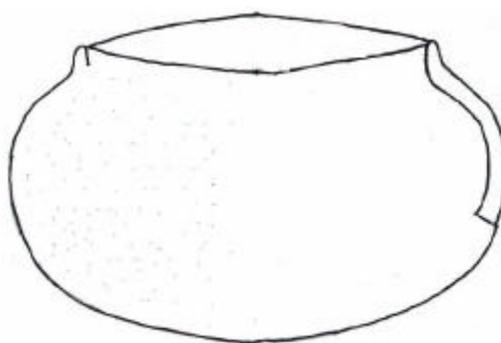
Lábio: biselado-arredondado;

Decoração interna e externa: liso/ungulado;

Diâmetro da boca: 14cm;

Altura: 12,5 cm;

Volume: 2,47 litros.



Tipo 2: PEÇA Nº 182-696

Definição: Vaso profundo ou yapepó;

Borda: extrovertida inclinada externa com reforço interno longo;

Lábio: arredondado;

Decoração interna e externa: liso/corrugado;

Diâmetro da boca: 14 cm;

Altura: 12 cm;

Volume: 2,83 litros.

Fonte: SANTOS (2003).

FIGURA: 21

Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



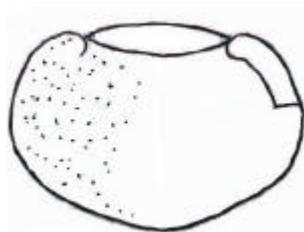
Tipo 3: PEÇA Nº 182-2624

Definição: Vaso profundo ou yapépó miniatura;
Borda: extrovertida inclinada externa;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: lisa/lisa;
Diâmetro da boca: 10 cm;
Altura: 9,5 cm;
Volume: 0,87 litro.



Tipo 4: PEÇA Nº 182* -1538

Definição: Vaso profundo ou yapépó;
Borda: extrovertida inclinada externa;
Lábio: apontado;
Decoração interna e externa: lisa/lisa.
Diâmetro da boca: 12 centímetros;
Altura: 14 cm;
Volume: 1,82 litros.



Tipo 5: PEÇA Nº 182-2542

Definição: Vaso profundo ou yapépó miniatura;
Borda: infletida;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: liso/liso;
Diâmetro da boca: 4 cm;
Altura: 5,2 cm;
Volume: 0,17 litro.

Fonte: SANTOS (2003);
REIS (2003).

FIGURA: 22

Conforme constatado, a partir da análise das vasilhas inteiras para a área do ProjPar, os **yapepós** apresentam borda direta inclinada interna ou externa, borda carenada com bojo, borda infletida, seguida por um bojo e base arredondada. Em geral, a borda é inclinada para fora, mas ocorrem, em menor frequência, a vertical e inclinada para dentro, bem como prevalecem as bases e os bojós arredondados entre as vasilhas inteiras investigadas.

Por sua vez, como 2ª classe para os vasos profundos, têm-se os **cambuchí**. Esse termo, em português, corresponde a talha, cântaro e jarro.

Conforme aponta Brochado e Monticelli (1994, p. 113), seguindo o trabalho de Montoya ([1650] 1876), os **cambuchí**, entre os Guaraní dos séculos XVII, eram utilizados para conter líquidos; como bebidas fermentadas alcoólicas, mas também, possivelmente, eram usados para guardar água.

Essas vasilhas, em geral, são pintadas. Têm como principal característica um contorno complexo, com bojo pronunciado preferentemente carenado do que arredondado. A superfície externa, geralmente, é pintada na porção superior acima do seu maior diâmetro, acompanhando as inflexões e pontos de ângulo do perfil. A porção inferior é simplesmente alisada (**FIGURAS 23 e 24 Tipo 9**).

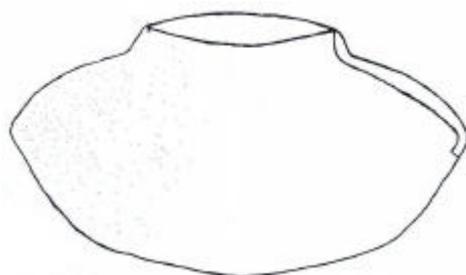
Montoya ([1650] 1876) dividiu os **cambuchí** em pequenos (diâmetro da boca variando de 12 a 34 cm) e grandes, aqueles com diâmetro maior de 36 cm. Quanto às vasilhas da mesma forma, mas de diâmetro da boca menor de 12 centímetros, foram consideradas miniaturas sem que implique num mesmo uso, tal como os **cambuchí** pequenos ou grandes.

Nessa classe, também se enquadra como **cambuchí**, os vasos que pela forma não se distinguem dos **yapepó**, pois, devido apresentarem a decoração pintada não podem ter sido panelas usadas sobre o fogo.

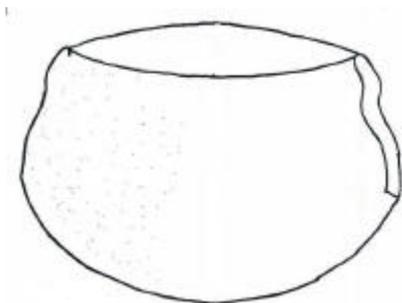
TIGELAS:

Segundo Robrahn (1991), as tigelas diferenciam-se em duas formas: tigela funda e tigela rasa. As tigelas fundas têm a altura igual ou maior que metade do diâmetro da boca, mas menos que $\frac{3}{4}$ dessa medida, enquanto que as tigelas rasas têm a altura menor que a metade do diâmetro da boca.

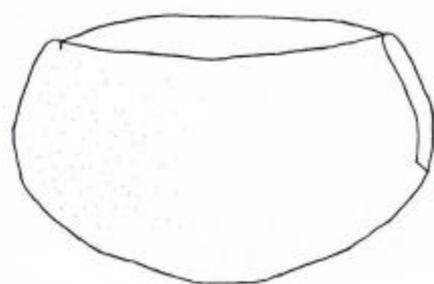
Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



Tipo 6: PEÇA Nº 182-2608
 Definição: Vaso profundo cambuchí;
 Borda: extrovertida inclinada externa
 com ponto angular externo;
 Lábio: arredondado;
 Decoração interna e externa:
 liso/pintado;
 Diâmetro da boca: 12 cm;
 Altura: 18,4 cm;
 Volume: 10,19 litros.



Tipo 7: PEÇA Nº 182-1140
 Definição: Vaso profundo cambuchí ;
 Borda: cambada;
 Lábio: arredondado;
 Decoração interna e externa: liso/liso;
 Diâmetro da boca: 12 cm;
 Altura: 10,4 cm;
 Volume: 1,4 litro.

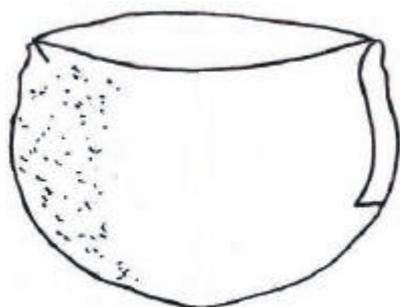


Tipo 8: PEÇA Nº 182-210
 Definição: Vaso profundo cambuchí
 (com forma de yapepó);;
 Borda: direta inclinada interna;
 Lábio: arredondado;
 Decoração interna e externa: engobo
 branco/liso;
 Diâmetro da boca: 16 cm;
 Altura: 12,3 cm;
 Volume: 3,0 litros.

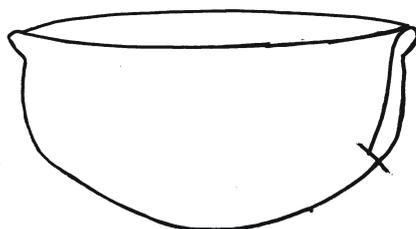
Fonte: SANTOS (2003)

FIGURA: 23

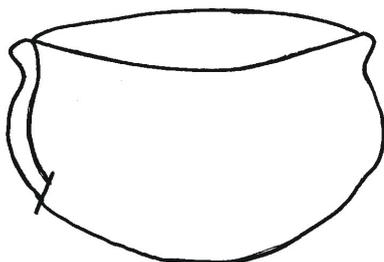
Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



Tipo 9: PEÇA Nº 182-1896
 Definição: vaso profundo cambuchí
 miniatura (com forma de yapepó);
 Borda: extrovertida inclinada externa;
 Lábio: arredondado;
 Decoração interna e externa: engobo
 laranja/ungulado;
 Diâmetro da boca: 8 cm;
 Altura: 6,3 cm;
 Volume: 0,34 litro.



Tipo 10: PEÇA Nº 182* -349
 Definição: tigela funda ou cambuchí
 caguabá (tigela de beber);
 Borda: extrovertida inclinada externa;
 Decoração interna e externa: engobo
 branco/liso;
 Lábio: apontado;
 Diâmetro da boca: 14 centímetros;
 Altura: 7,4 centímetros;
 Volume: 0,79 litros.



Tipo 11: PEÇA Nº 182* -1916
 Definição: tigela funda ou cambuchí
 caguabá;
 Borda: extrovertida inclinada externa;
 Decoração interna e externa: liso/liso;
 Lábio: arredondado;
 Diâmetro da boca: 16 centímetros;
 Altura: 11,2 centímetros;
 Volume: 1,95 litros.

Fonte: SANTOS (2003)
 REIS (2003)

FIGURA: 24

De acordo com a descrição de Montoya ([1650] 1876), pode-se inferir para a tigela funda a função de **cambuchí caguâba**, ou seja, vasilhas de beber, vaso onde se bebe vinho, instrumento de beber. Por sua vez, as tigelas rasas podem ser denominadas, segundo o autor, como **ñaembé** ou **tembiiru**, cujo nome se traduz por prato, implicando seu uso para comer (**FIGURAS 25 a 30**).

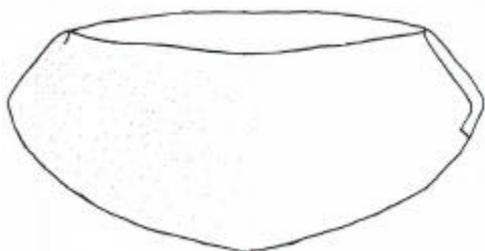
As dimensões dos **ñaembé** ou **tembiiru**, conforme proposta de classificação de Montoya ([1650] 1876), são de dois tamanhos: pequenos e grandes. Os pequenos possuem diâmetro da boca variando de 12 a 16 cm e os grandes possuem diâmetros da boca de 28 a 34 centímetros. No entanto, para os **cambuchí caguâba**, Montoya não os classificou com base no diâmetro da boca. Convencionou-se, então, conforme Brochado e Monticelli (1994), que os **cambuchí caguâba** variam em dois tamanhos. Os **cambuchí caguabá** grandes têm diâmetro da boca entre 18 a 26 cm e os **cambuchí** pequenos apresentam o diâmetro da boca variando de 12 a 16 centímetros. De forma geral, para ambas as tigelas, aceita-se que aquelas que possuem o diâmetro da boca menor que 12 cm fossem classificadas enquanto miniaturas da classe, seguindo orientação quanto ao seu aspecto morfológico e não quanto ao seu uso.

Segundo Brochado e Monticelli (1994), a distinção entre tigelas é de difícil tarefa. Os **cambuchí caguâba** apresentariam base periférica, elipsoidal ou conoidal, diferente dos **ñaembé** ou **tembiiru** com base aplanada ou levemente arredondada. Além da base, uma forma de identificá-las é pela relação diâmetro-profundidade (altura). As tigelas de beber (**cambuchí caguâba**) seriam as mais profundas (0,5 a 2,49) e as mais rasas (2,5 a 4,5) seriam pratos de comer (**ñaembé** ou **tembiiru**).

Segundo Brochado e Monticelli (1994, p. 117), “[...] ao observar vasilhas inteiras é que se distinguem principalmente pela forma da base: os **ñaembé** ou **tembiiru** possuíam base aplanada ou levemente arredondada, enquanto os **cambuchí caguâba** apresentavam base periférica, elipsoidal ou conoidal”.

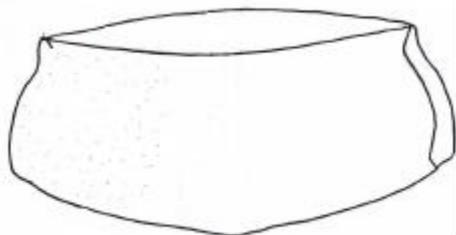
Somando as observações de Ruiz (2002), para a área do Vale do Rio Paranapanema, geralmente, as bordas das tigelas foram classificadas em direta ou carenada, apresentando as tigelas rasas comumente pintura na face interna.

Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



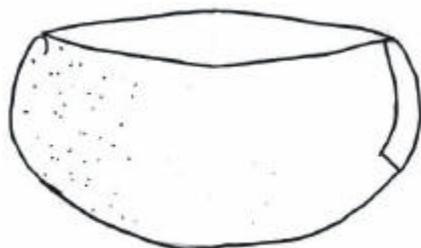
Tipo 12: PEÇA Nº 182-2845

Definição: tigela funda ou cambuchí caguabá (tigela de beber);
Borda: carenada;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: engobo vermelho/engobo branco e vermelho;
Diâmetro da boca: 20 cm;
Altura: 12,3 cm;
Volume: 4,42 litros.



Tipo 13: PEÇA Nº 182-59

Definição: tigela funda ou cambuchí caguâba (tigela de beber);
Borda: extrovertida inclinada externa com ponto angular externo;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: engobo laranja/pintado;
Diâmetro da boca: 20 cm;
Altura: 11 cm;
Volume: 3,8 litros.



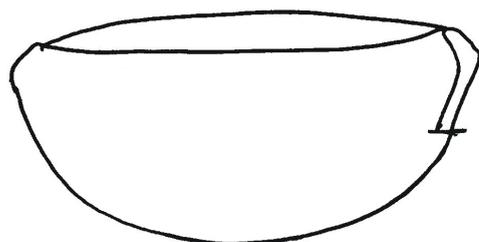
Tipo 14: PEÇA Nº 182-57

Definição: tigela funda ou cambuchí caguabá (tigela de beber);
Borda: direta inclinada interna;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: engobo laranja/liso;
Diâmetro da boca: 12 cm;
Altura: 7,3 cm;
Volume: 0,92 litro.

Fonte: SANTOS (2003)

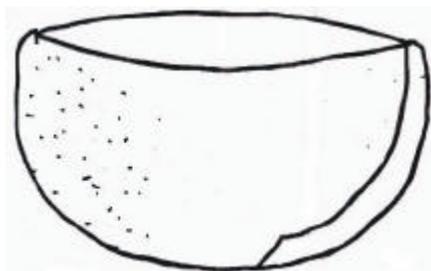
FIGURA: 25

Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



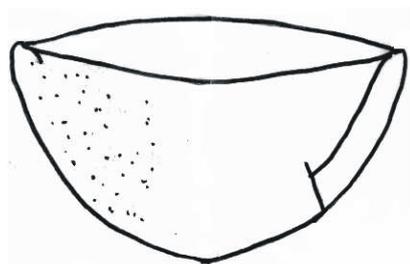
Tipo 15: PEÇA Nº 182* -1926

Definição: tigela funda ou cambuchí caguabá (tigela de beber);
Borda: extrovertida inclinada externa;
Decoração interna e externa: liso/liso
Lábio: arredondado;
Diâmetro da boca: 15 centímetros;
Altura: 15 centímetros;
Volume: 7,81 litros.



Tipo 16: PEÇA Nº 182-2312

Definição: tigela funda ou cambuchí caguabá (tigela de beber);
Borda: direta vertical;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: engobo branco/inciso;
Diâmetro da boca: 10cm;
Altura: 6,0 cm;
Volume: 0,48 litro.



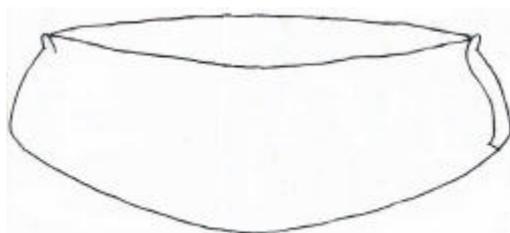
Tipo 17: PEÇA Nº 182-2632

Definição: tigela funda ou cambuchí caguabá (tigela de beber);
Borda: direta inclinada externa;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: engobo branco/liso;
Diâmetro da boca: 10cm;
Altura: 5,7 cm;
Volume: 0,27 litro.

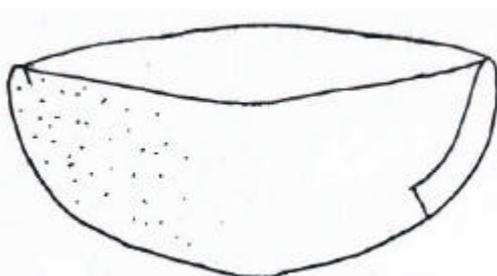
Fonte: SANTOS (2003);
REIS (2003).

FIGURA: 26

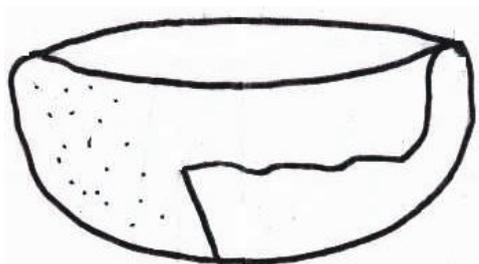
Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



Tipo 18: PEÇA Nº 182-1069
 Definição: tigela rasa ou cambuchí caguâba;
 Borda: contraída;
 Lábio: arredondado;
 Decoração interna e externa: engobo branco/liso;
 Diâmetro da boca: 24 cm
 Altura: 11 cm;
 Volume: 5,45 litros.



Tipo 19: PEÇA Nº 182-1338
 Definição: tigela rasa ou cambuchí caguâba;
 Borda: direta inclinada externa;
 Lábio: arredondado;
 Decoração interna e externa: engobo laranja/liso;
 Diâmetro da boca: 14 cm
 Altura: 6,5 cm;
 Volume: 0,9 litro.

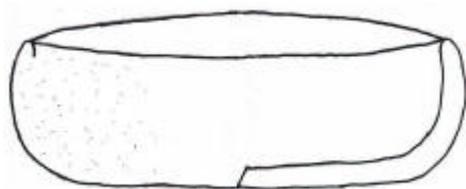


Tipo 20: PEÇA Nº 182-90
 Definição: tigela rasa;
 Borda: direta vertical;
 Lábio: arredondado;
 Decoração interna e externa: liso/corrugado associado ao ungulado;
 Diâmetro da boca: 8cm;
 Altura: 3,9 cm;
 Volume: 0,18 litro.

Fonte: SANTOS (2003).

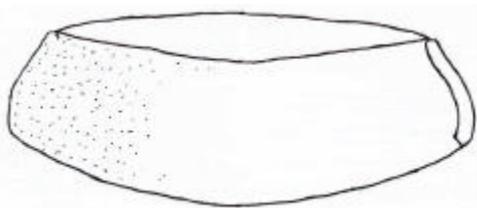
FIGURA: 27

Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



Tipo 21: PEÇA Nº 182-718

Definição: tigela rasa ou naembé;
Borda: direta inclinada interna;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa:
liso/liso
Diâmetro da boca: 16 cm;
Altura: 5,5 cm;
Volume: 1,2 litro.



Tipo 22: PEÇA Nº 182-449

Definição: tigela rasa ou naembé;
Borda: contraída;
Lábio: plano;
Decoração interna e externa:
engobo branco/engobo laranja;
Diâmetro da boca: 18 cm;
Altura: 8,3 cm;
Volume: 2,3 litros.



Tipo 23: PEÇA Nº 182-2129

Vaso nº 83 (peças nº 2129, 2130, 2134, 2137)
Definição: tigela rasa ou naembé;
Borda: cambada;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa:
engobo branco/pintado;
Diâmetro da boca: 54 cm;
Altura: 18,5 cm;
Volume: 21,29 litros.

Fonte: SANTOS (2003).

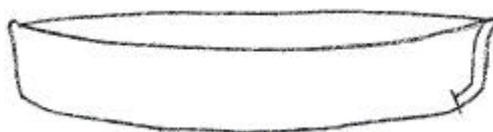
FIGURA: 28

Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



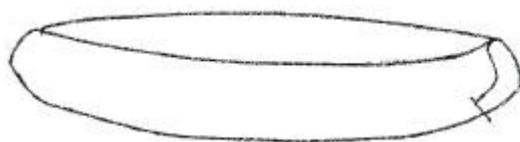
Tipo 24: PEÇA Nº 182* -1922

Definição: tigela rasa ou naembé;
Borda: contraída;
Decoração interna e externa:
pintado/pintado;
Lábio: arredondado;
Diâmetro da boca: 32 cm;
Altura: 10,5 cm
Volume: 9,35 litros.



Tipo 25: PEÇA Nº 182* -1563

Definição: tigela rasa ou naembé ou
tembiriu:
Borda: contraída;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa:
liso/corrugado;
Diâmetro da boca: 32 cm;
Altura: 7,7 cm;
Volume: 5,04 litros.



Tipo 26: PEÇA Nº 182* -1390

Definição: tigela rasa ou naembé ou
tembiriu:
Borda: carenada;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: liso/liso;
Diâmetro da boca: 34 cm;
Altura: 8 cm;
Volume: 8,04 litros.

Fonte: REIS (2003).

FIGURA: 29

Reconstituição Gráfica das Vasilhas Guarani



Tipo 27: PEÇA Nº 182* -1943

Definição: tigela rasa ou naembé;
Borda: direta inclinada externa;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa: engobo
branco/liso;
Diâmetro da boca: 12 cm;
Altura: 3,3 cm;
Volume: 0,10 litros.



Tipo 28: PEÇA Nº 182-77

Definição: Prato ou naembé;
Borda: Direta inclinada interna;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa:
liso/engobo vermelho;
Diâmetro da boca: 34 cm;
Altura: 8,4 cm;
Volume: 5,9 litros.



Tipo 29: PEÇA Nº 182-128

Definição: Prato ou naembé;
Borda: contraída;
Lábio: arredondado;
Decoração interna e externa:
liso/engobo vermelho;
Diâmetro da boca: 30 cm;
Altura: 5,3 cm;
Volume: 3,0 litros.

Fonte: SANTOS (2003);
REIS (2003).

FIGURA: 30

PRATO:

Para Chmys (1976), pratos são peças planas ou com bordas levemente elevadas. Para Robrahn (1991), são pratos as peças que apresentam altura menor que $\frac{1}{4}$ do diâmetro da boca. Montoya ([1650] 1876) denomina **ñamõpyu** ou **ñamypiu** uma classe de vasilhas cujo nome traduz por tostador ou torrador, com toda a probabilidade de estar se referindo aos pratos rasos para torrar farinha de mandioca e/ou assar beiju. Excluem-se as bordas pintadas interna ou externamente, pelo motivo de que tais utensílios obviamente não são levados ao fogo. Assim, o prato pode ser classificado como **ñaembé** ou tigela rasa quando apresentar decoração pintada, com uso só para comer. Este é o caso, por vezes, dos vasilhames reconstituídos que na face externa apresentam engobo (REIS, 2002; RUIZ, 2003; SANTOS, J., 2003), conforme pode ser constatado para os vasos reconstituídos da figura 30, tipos 28 e 29.

* * *

Meio a esse intuito de concretizarmos a atividade de reconstituição gráfica das vasilhas, por meio das bordas, segue-se, em paralelo, o preceito já discutido de que essas vasilhas constituem uma parcela de informações do período pré-colonial, sobre a organização dos grupos Guarani nesse ambiente. Por sua vez, atendo-se também à condição que estabelecemos a esses vestígios arqueológicos como “bens do patrimônio cultural brasileiro” e a fim de auxiliar uma reflexão e obtenção de conhecimento sobre esse patrimônio arqueológico pré-colonial, é que se expõem, a seguir, as fotos de vasilhas inteiras coligidas no Sítio Arqueológico Agüinha.

Dentre as vasilhas inteiras coligidas no Sítio Arqueológico Agüinha, como vaso profundo, têm-se quatro vasilhas. Tem-se uma tigela funda, duas tigelas rasas e quatro miniaturas. Conforme menciona Ruiz (2003), quatro desses vasos foram doados pelo proprietário da área e os outros sete vasos foram retirados do sítio durante o trabalho de escavação. Cinco desses vasos retirados da área de escavação fazem parte de um contexto de enterramento. São: uma tigela funda e dois vasos profundos usados como urnas funerárias e duas miniaturas encontradas dentro de uma das urnas (**FOTO 14**).



Foto 14: Urna encontrada em contexto de enterramento contendo duas miniaturas. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).

Em geral, as vasilhas miniaturas são encontradas em contexto de enterramento dentro de vasos profundos, sendo que esses últimos antes de sua função cerimonial podem ter cumprido uma função prática na cozinha Guarani, sendo utilizados para cozimento de alimentos etc.

Na **foto 15**, vê-se um vaso profundo, o qual foi encontrado em contexto de enterramento contendo no seu interior miniaturas fragmentadas.



Foto 15: Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000)

Dados técnico-tipológicos: A altura desta urna é de 64 centímetros e o diâmetro de seu ombro é de 1,40 metro. Como técnica decorativa, a artesã Guarani empregou somente pintura no ombro e deixou o restante da superfície do vaso com o tratamento de superfície liso. Destaca-se para essa urna a condição de maior urna funerária encontrada no Estado de São Paulo.

Na **Foto 16**, apresenta-se um vaso profundo recuperado inteiro, encontrado em contexto de enterramento com duas miniaturas dentro (**Fotos 17 e 18**).



Foto 16: Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000)

Dados técnico-tipológicos: Averiguou-se que para a sua confecção foi utilizado o antiplástico mineral associado ao caco moído. Sua altura é de 32 centímetros e o diâmetro de sua boca é de 46 centímetros. Sua decoração é inteiramente corrugada.



Foto 17: Miniatura encontrada na urna corrugada. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000)



Foto 18: Miniatura encontrada na urna corrugada. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000)

Na **foto 19**, temos um vaso profundo do Sítio Agüinha doado por morador local.



Foto 19: Vaso profundo doado por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).

Dados tecno-tipológicos: Sua altura é de 26 centímetros e o diâmetro de sua boca é de 32 centímetros. O tratamento de superfície é liso. Na sua confecção foi utilizado antiplástico mineral associado ao caco moído.

Na **Foto 20**, temos um vaso profundo encontrado em contexto de enterramento.



Foto 20: Urna com borda corrugada. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000)

Dados tecno-tipológicos: Para sua confecção foi utilizado o antiplástico mineral associado ao caco moído. Sua altura é de 53 centímetros e o diâmetro de sua boca é de 56 centímetros. Possui tratamento de superfície liso com borda corrugada.

Na **Foto 21**, temos uma tigela rasa.



Foto 21: Tigela rasa com base e borda fragmentada. Sítio Arqueológico Agüinha, Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2003)

Dados tecno-tipológicos: Para sua confecção foi utilizado o antiplástico mineral associado ao caco moído. A altura des sa peça é de 11,5 centímetros e o diâmetro de sua boca é de 28 centímetros. Possui engobo branco na face externa e alisamento na face interna.

A **Foto 22** mostra uma tigela rasa com parte de sua borda fragmentada.



Foto 22: Tigela rasa com parte da borda fragmentada. Sítio Agüinha, Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2003)

Dados tecno-tipológicos: Para sua confecção foi utilizado o antiplástico mineral associado ao caco moído. Sua altura é de sete centímetros e o diâmetro de sua boca é de 18 centímetros. Possui engobo branco na face interna e externa.

Apesar de estarem fragmentadas, é importante notar que estas tigelas rasas (**fotos 21 e 22**) apresentam nitidamente sua forma, altura, diâmetro da boca e tratamento de superfície, dados esses indispensáveis para suas análises.

A **foto 23** apresenta uma tigela funda.



Foto 23: Tigela funda doada por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).

Dados tecno-tipológicos: Esse vaso possui altura igual a dez centímetros e diâmetro da boca de 16 centímetros. O tratamento de superfície é liso. Para sua confecção foi utilizado antiplástico mineral associado ao caco moído. É importante mencionar que esse vaso foi encontrado no sítio antes da escavação e doado ao Museu do Índio de Iepê.

As **fotos 24 e 25** apresentam as miniaturas do Sítio Agüinha que foram doadas por moradores locais.



Foto 24: Miniatura doada por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.

Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).



Foto 25: Miniatura doada por morador local. Sítio Arqueológico Agüinha, Município de Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000)

Diante da correlação entre forma e funcionalidade das vasilhas inteiras da indústria ceramista do Sítio Arqueológico Agüinha, sabemos que, de uma forma ainda preliminar, esses objetos contribuem para o conhecimento da cultura Guarani. Inseridos numa dinâmica social pretérita dos grupos Guarani, englobavam um significado e organização do lugar onde se desenvolvia a vida desses índios, transformando-o em território. Lembremos da frase de Moraes (1988, p. 148-149) referente ao território quando diz que “[...] o que faz um território de caça é o fato de tribos aí caçarem”. Nesse sentido, de acordo com o que até o momento expomos sobre a análise da cerâmica, fica perceptível sua inserção na condição de esclarecimento do “território usado”. A vasilha com um fim prático *a priori*, mas que, até por ser objeto de uso, o homem atribuiu-lhe um julgamento de valor, de significado sobre a matéria-prima, transformando-a em recurso.

Como cita Milton Santos (2002, p. 11),

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

Como reflexo das atividades sociais, as vasilhas Guarani, em si, são indicativas de uma ordem cultural do grupo que outrora ocupou essa área. Em outras palavras, o sítio arqueológico constitui uma informação que pode ser lida parcialmente por meio dos vestígios culturais. No caso, dando-se destaque para a cerâmica, nos aproximamos cada vez

mais da dimensão vivida por homens e mulheres pré-coloniais que se estabeleceram nos assentamentos Guarani ou território Guarani.

Por sua vez, o sítio arqueológico, como reconstrução cultural de uma realidade pré-colonial daqueles índios, à nossa época, requer na situação de território que se faça um ressaltar da categoria limite ou fronteira para o seu entendimento. A qualificação de limite pertinente ao território Guarani se dá pelo não domínio nosso dos códigos culturais que esses grupos estabeleceram para produzir seu espaço. A noção de limite é o desconhecido e que marca uma diferença para nós, haja vista que estamos do lado de fora desse território Guarani. Mas ao mesmo tempo que estabelecemos a condição de alteridade, inferindo possíveis significados aos símbolos materiais da cultura Guarani – as vasilhas Guarani –, nos reapropriamos desses objetos pela sua condição de contar uma fase da história brasileira. História essa, antes de qualquer coisa, humana e que, portanto, julgamos passível de ser lembrada. Da ação de lembrar e a nossa realidade, para esses sítios estabelece-se a condição de território do patrimônio. Sob a lógica do patrimônio, o sítio arqueológico, em si, tem que ser preservado por ser um relato material da identidade que pode se extinguir e, para tanto, estabelece-se a fronteira pela marca territorial da diferença. Reconhece-se a diferença e se estabelece uma troca mediante um contato regulamentado pela idéia de patrimônio cultural nacional.

Assim, nesse contato entre o “nós” e os “outros” a partir de sítios arqueológicos que o território patrimonializado induziu, está aberta uma janela para a obtenção de conhecimento sobre a diversidade cultural humana, bem como, para o estudo da apreensão da transformação do espaço, cuja condição se baseia no preceito de que “formas antigas são chamadas para atender novas funções” (LUCHIARI, 1999, p. 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da humanidade se reflete fundamentalmente em uma série de realizações, sejam espirituais, sejam materiais; uma mesclagem de idéias e de artefatos que são diferentes, porém se assemelham em cada sociedade e em cada momento da vida.

Milton Santos afirma que “se os objetos técnicos ocupam a superfície da Terra, é para atender às necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, alojar-se, deslocar-se, cercar-se de objetos úteis. Conseqüentemente, toda paisagem “habitada” pelos homens traz a marca de suas técnicas” (1999, p. 30).

Complementa Moraes (1988) que a paisagem humana é o resultado de uma dialética entre matéria e idéia, e que assim, o espaço criado (ao contrário do natural) é fruto do trabalho que articula teleologia e causalidade. Esta última implica a sujeição da vontade à materialidade do mundo externo ao homem. Para realizar-se, o trabalho tem de avaliar os meios e os materiais sobre os quais incidirá sua ação. As condições naturais são, assim, pressupostos de toda produção, o conhecimento de sua dinâmica e qualidades de um fundamento do trabalho. A construção dos lugares expressa uma interação entre teoria e prática.

Nessa lógica, surge o questionamento do que seria “sítio arqueológico” e, assim, nesta dissertação de mestrado, a ciência arqueológica junto com a Geografia são unidas a fim de trazer correlações de uma história do presente que é dependente de uma história do passado, a qual está parcialmente representada no lugar que denominamos de sítio arqueológico pré-colonial Guarani. Na história do presente, buscou-se reconhecer os agentes históricos transformando o lugar mediante situações de territórios, enquanto que na história do passado, objetivou-se inferir um contexto pretérito Guarani que envolve a produção dos artefatos “culturais”, quando habitaram o Município de Iepê.

Ainda que enquanto vestígio, [o fragmento cerâmico] guarda características importantes, seja pelas soluções técnicas e construtivas, por características formais e plásticas, incluindo aquelas referentes ao uso e ocupação de terra, e também por seu caráter simbólico. A constatação de sua existência, ainda que enquanto resquício, [...] representa a materialização e a persistência da memória social das populações tradicionais expressa na paisagem (GERALDES, 2001, p. 73).

É atribuindo um valor simbólico-afetivo a essa história pretérita intrínseca aos vestígios arqueológicos, que se tem o conteúdo da discussão tratada neste trabalho, que envolveu paisagem, salvamento arqueológico, sítio arqueológico, patrimônio cultural, lugar, território, identidade e memória.

Assim, o sítio arqueológico não é entendido apenas pela sua forma, pela sua espacialidade, como uma concentração de antigos objetos Guarani num dado local, mas sim pela história que essa configuração espacial retém de um cotidiano pretérito, em que homens e mulheres estabeleceram maneiras de organizar esse local, enquanto desenvolviam uma série de atividades requeridas por um jogo de regras sociais para a manutenção da vida grupal. Como meio e fim, a área atribuída como limite do sítio arqueológico deve ser pensada como um componente fundamental da identidade Guarani, reconhecendo-a como um lugar Guarani e/ou território(s) Guarani, para uma realidade pré-colonial.

Paralelamente, para o “lugar territorializado Guarani” quando reconhecido na sua configuração de “sítio arqueológico”, lhe é dotado uma segunda característica que o reapropria como representação de identidades e memórias, atribuindo-lhe novos usos, funções e significados a partir da lógica do patrimônio cultural brasileiro.

Isto é, esses objetos culturais Guarani servem também de elo à preocupação que nós, brasileiros, temos quanto ao acesso às raízes de nossa identidade e à sua perpetuação, a qual é/será passível de mudanças. Como reconhecem os antropólogos, a cultura é dinâmica.

Essa preocupação é que justifica a realização do trabalho de salvamento arqueológico em áreas que concentram vestígios arqueológicos. Esse é o contexto em que se inserem os dois sítios pré-coloniais de grupos Guarani, objetos de investigação deste trabalho.

No âmbito do contexto arqueológico de Iepê, destaca-se que as pesquisas arqueológicas também impulsionaram a criação do Museu do Índio em Iepê, a fim de proteger o material arqueológico recolhido desses sítios arqueológicos e de outros também. Ou seja, além de fazer do museu um lugar que abriga os vestígios arqueológicos, ele constituiu-se em ferramenta voltada à difusão e conhecimento do patrimônio pela população local e regional.

Para entendimento do patrimônio cultural, é importante frisar que

os bens culturais materiais – móveis ou imóveis – só são porque guardam uma evocação, representação, lembrança, que, por mais material que sejam, existe nos bens culturais uma parcela de imaterialidade, que é justamente o que os faz culturais. Assim, o valor cultural da obra de arte não está no material com o qual foi construída, mas no que a construção evoca, seja um estilo, um processo tecnológico ou fato histórico. A última casa de adobe é uma referência a um processo construtivo, portanto, cultural. Há bens culturais, porém, que não se revestem desta materialidade, porque não importa sua matéria-prima ou o suporte que as materializa, mas apenas a evocação ou representação que sugerem (SOUZA FILHO, 1997, p. 31 apud ANDRADE, 2002, p. 69).

Dessa maneira, o título de patrimônio cultural engloba uma variada gama de objetos, que são eleitos por aqueles que, de uma certa forma, os reconhecem como exemplar do seu processo cultural enquanto sociedade.

Mediante essas considerações, reconhece-se que a condição de existência do sítio arqueológico é a síntese da presença de vários lugares no ‘lugar sítio arqueológico’, tais como: um lugar territorializado Guarani e um lugar territorializado patrimonial. Entendemos que o sítio arqueológico se caracteriza por essa condição de **“lugar territorializado patrimonial”** mediante um jogo de relações que se estabelece em decorrência da ação arqueológica investigativa, por vezes até conflituosas, envolvendo os indivíduos.

Referente à atividade do arqueólogo, sabe-se que só muito recentemente, é que se instituíram as portarias do IPHAN (230/2002 e 28/2003) que delegam uma obrigatoriedade à realização de estudos arqueológicos em consonância com licenças ambientais para implantação de empreendimentos ou para manter funcionamento. Nesse caso, destaca-se a autorização que as usinas hidrelétricas necessitam obter para continuarem suas atividades. Em ambas as portarias, delega-se ao empreendedor a responsabilidade de financiar tais estudos, inclusive, oferecer condições para que o material coletado seja armazenado em museus, onde se desenvolverá um trabalho educativo como retorno social para divulgação dos conhecimentos gerados envolvendo a área de impacto do seu empreendimento.

Nesse sentido, hoje é ilegítima a situação que ocorreu com a formação do lago da Usina da Capivara, Município de Iepê, no ano de 1974, sem que antes fossem realizados salvamentos arqueológicos.

Contudo, considerando as condições de impacto a quem foram submetidos os sítios submersos pelas águas desse lago, sabe-se que, se por vezes, as águas esconderam os vestígios do alcance dos nossos sentidos, por outras vezes, a água também efetuou um processo de proteção e conservação dos objetos, haja vista que o contínuo uso do subsolador no desenvolvimento do plantio de arroz e soja, como é feito em outras áreas da fazenda na atualidade, provocaria a fragmentação das vasilhas Guarani que hoje são encontradas inteiras às margens do lago.

Referente ao estado de conservação dos sítios arqueológicos estudados, vasilhas inteiras só foram encontradas no Sítio Arqueológico Agüinha, o qual apresenta um número de 11 vasilhas.

No entanto, ainda que encontrada na forma de fragmentos, a cerâmica, comparada a outros vestígios materiais coligidos nos sítios, caracteriza-se como elemento diagnóstico e identificador da cultura Guarani.

A partir da correlação dos dois sítios arqueológicos, por meio dos dados da análise cerâmica, há um atestado de que entre as oleiras Guarani havia um conhecimento muito similar na maneira como produziam seus utensílios domésticos. Tem-se, como

exemplo, similaridades quanto à técnica decorativa, principalmente a pintura, bem como, as formas dos vasilhas cerâmicas.

Com base nos dados etno-históricos envolvendo a organização social entre os Grupos Guarani, a proximidade em que estão localizados os sítios, e ainda, a repetição de alguns dados tecno-tipológicos das cerâmicas, nos leva a pensar que os membros dos sítios Lagoa Seca II e Agüinha, muitas vezes, estiveram reunidos para a realização de atividades cotidianas, compondo grupos de trabalho, principalmente, caso esses membros tivessem laços de parentesco. Ou ainda, podiam se reunir para outros fins, tais como as festividades. Assim, esse contato entre os grupos era um mecanismo de manutenção do “modo de ser” Guarani, uma prática comum dentro da sociedade Guarani, conforme atesta o trabalho de Soares (1997).

Como é sabido, não se pode mais contar com os relatos Guarani para apreendermos a profundidade simbólica que envolveu os sítios arqueológicos quando os mesmos tiveram a função de território, lugar de domínio Guarani. Mas, por sua vez, há ainda a possibilidade de considerar os objetos culturais do grupo Guarani como um relato dessa realidade.

Tendo o processo cultural como causa para discutir os vestígios arqueológicos Guarani como parte do patrimônio cultural brasileiro, atemo-nos a contribuir para que a memória de povos indígenas pretéritos não seja ainda mais esquecida e/ou renegada como sem importância para a construção do espaço brasileiro e, principalmente, para a consciência daqueles que hoje, no Brasil, reconhecem-se como índios Guarani.

Por sua vez, em suma, é esclarecedor dizer que o lugar só tem sentido quando observado sob o ponto de vista das relações humanas nele estabelecidas. A forma de apropriação do lugar e dos interesses envolvidos nesse processo é que dão conformidade e importância a um determinado território, tal como o território patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. Filosofia da Ciência – introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Loyola, 2000. 265 p.

ANDRADE, S. M. O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem. 2002, 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP/FFLCH, São Paulo.

ARANTES, A. A. (Org.) Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-131.

BRASIL. IPHAN. Decreto nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacional a fim de compatibilizar licenças ambientais em consonância com a realização de estudos arqueológicos.

BRASIL. IPHAN. Decreto nº 28, de 31 de janeiro de 2003. Dispõe, para os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacional, a necessidade de realização de estudos arqueológicos mediante nova licença ambiental para Usinas Hidrelétricas já em funcionamento.

BROCHADO, J. P. Alimentação na floresta tropical. IFCH. UFRGS. Porto Alegre: Grafosul, 1978. 103 p.

BRUNO, M. C. O. Museus de Arqueologia: uma história de conquista, abandono e mudança. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n.6, p. 293-313, 1996.

_____.; LA SALVIA. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989. 175 p.

_____ ; MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstituição gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XX, n. 2, p. 107-118, dez. 1994.

CALDARELLI, S. B. Arqueologia e licenciamento ambiental – estratégias para a atuação profissional na primeira década do século XXI. In: CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA

BRASILEIRA, 12, 2003, São Paulo, SP. Resumos XII Congresso da SAB: arqueologias da América Latina. São Paulo: All Print Produções, 2003. p. 193-194.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.

CHAGAS, M. S. Museu, literatura, memória e coleção. In: LEMOS, M. T. T. B.; MORAES, N. A. (Orgs.). Memória e construções de identidades. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 9-16.

CHIARI, S. I. O perfil museo-arqueológico do Projeto Paranapanema. 1992, 194 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHMYZ, I. (Ed.). Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica. In: Cadernos de Arqueologia. Paranaguá, ano 1, n.1, p. 119-148, 1976.

CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis: UFSC, 1999. 453 p.

COMERLATO, Fabiana. Preservação, educação e patrimônio arqueológico: a experiência do curso de capacitação de monitores da Ilha do Campeche. **Revista de Arqueologia**, Florianópolis: 11ª S.R./SC – IPHAN, p. 39-46, 2002.

FACCIO N. B. Estudo do sítio arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema. 1992, 154 f. v.1. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

_____. O contexto arqueológico da Mesorregião da Capivara. 1996, 144 f. Qualificação-Tese (relatório de qualificação para Doutorado em Arqueologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

_____. Arqueologia dos cenários das ocupações horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema. 1998, 294 f. Tese (Doutorado em Arqueologia)- FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Relatório de pesquisa/período de 18/11/98 a 31/12/00. Relatório apresentado ao Departamento de Planejamento da UNESP, Presidente Prudente, 2000. 68 f.

FAUSTO, R. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. (Org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: SMC/FAPESP/Cia das Letras, 1992. p. 381-396.

FIGUTI, L. Origens e expansão das sociedades indígenas: guia temático para professores. São Paulo: Edusp, 2000. 20 p.

GERALDES, E. A. S. Paisagem, identidade e memória: Vila de Picinguaba – contribuição para a discussão do conceito de paisagem enquanto patrimônio cultural. 2001. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMES, D. M. C. Cerâmica arqueológica da Amazônia: vasilhas da coleção Tapajônica MAE-USP. Fapesp. Edusp. São Paulo, 2002. 384 p.

GONÇALVES, C. W. P. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: AGB Nacional – Geografia Humana. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/humana.htm>>. Consultado em: 18/06/2005.

GONÇALVES, Y. F. Os domínios da memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos *campi* da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação. 2001. 479 f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

LANDA, B. S. A mulher guarani: atividades e cultura material. 1995. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre.

LEMOS, C. A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985. 115 p.

LIMA, T. A. Cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, D. (Ed.). Suma etnológica brasileira: Tecnologia indígena. 2.ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987.n. 2, p. 173-230.

LINS, D., Memória, esquecimento e perdão (per-dom). In: LEMOS, M. T. T. B.; MORAES, N. A. (Orgs.). Memória e construções de identidades. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 9-16.

LIRA, E. R. Descontinuidade do território Khahô. 2002, 235 f. Qualificação-Tese (relatório de qualificação para Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP – Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

LOPES, J. J. M. Então somos “mudantes”. 2003, 201 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

LUCHIARI, M. T. D. P. O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. 218 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. Revista de Antropologia: São Paulo, USP, v. 40 n° 2. 1997.

MARANCA, S. Dados preliminares para uma classificação do material cerâmico pré-histórico. Revista do Museu Paulista (Nova Série), São Paulo, v. 30, p. 235-250, 1985.

MARTINS, G. R. Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul. 2. ed. ampl. e ver. Campo Grande: EdUFMS, 2002. 100 p.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: _____; BRANDÃO. C. R. (Orgs). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995. p.76-92.

MONTARDO, D. L. O. Através do Mbaraká: música e xamanismo guarani. 2002. 277 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

MONTÓYA, A. R. La conquista espiritual del Paraguai. 3.ed. Equipo difusor de estúdios de História Iberoamericana; Rosário, 1989. 288 p.

MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988. 156 p.

MORAIS, J. L. Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema paulista. 1999, 238 f. Tese (Livre-Docência em Arqueologia Brasileira). USP/MAE, São Paulo.

_____. Arqueologia da região sudeste. In: Antes de Cabral: Arqueologia brasileira - I. Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 194-217, dez. - fev. 1999 - 2000.

_____. Projeto Paranapanema. Arqueologia da paisagem: cenas do Paranapanema Paulista (da pré-história ao ciclo do café). USP - Museu de Arqueologia e Etnologia, 1998. 51 f.

MORLEY, E. J. Fazer arqueologia: resgatar memórias. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

NOELLI, F. S. Sem tekoá não há teko: Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Jacuí - RS. 1993. 490 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre.

OLIVEIRA, A. T. D. Memória, patrimônio, o arqueólogo e a cidade: arqueologia urbana e preservação do patrimônio arqueológico. In: CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13, 2005, Campo Grande, MS. Anais XIII Congresso da SAB: arqueologia, patrimônio e turismo. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2005. 31 p.

OLIVEIRA, J. E. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: SCHIAVETTO, S. N. O.; FUNARI, P. P.; ORSER Jr., C. E. (Orgs.). Identidades, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p. 117-134.

OLIVEIRA, S. N. A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena. 2002, 135 f. Dissertação de mestrado - Universidade de Campinas, Campinas.

PROUS, A. Arqueologia brasileira. Brasília: Fundação da Universidade de Brasília, 1992. 605 p.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RATTS, A. J. P. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: _____; ALMEIDA, M. G. (orgs.). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-48.

REIS, E. M. Estudo da cerâmica Guarani do Sítio Arqueológico Lopes: Paranapanema Paulista. 1991. 99 f. (Iniciação científica financiada pelo CNPq) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Presidente Prudente.

_____. Sistema de ocupação regional Guarani na área do Baixo Paranapanema Paulista: período anterior a 1500. 2003. 142 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Presidente Prudente.

REISEWITZ, L. Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004. 200 p.

RIBEIRO, D. Os brasileiros: livro I – teoria do Brasil. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 177 p.

RIBEIRO, M. F. B. A reinvenção da paisagem e os espaços da memória. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 259-272.

RIQUE, L. Do senso-comum á geografia científica. São Paulo: Contexto, 2004. 140 p.

ROBRAHN GONZÁLEZ, E. M. A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central. 1996, 232 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguaçu, SP: os grupos ceramistas do médio curso. 1989. 204 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Problemática arqueológica da ocupação de grupos ceramistas no Vale do Paranapanema. Revista Terra Indígena: Assis, ano XV, n. 81, p. 14-42, mar. 2000.

_____. Projeto Paranapanema: a ocupação pré-colonial de grupos ceramistas. São Paulo: São Paulo: MAE/USP, 1991. 68 f.

RODRIGUES, C. N. Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. 2001. 257f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, M. C. (Org.). História dos índios do Brasil. São Paulo: SMC/FAPESP/Cia das Letras, 1992. p. 53-86.

RUIZ, P. R. Estudo da cerâmica guarani do Sítio Arqueológico Aguinha. 2002, 102 f. (Iniciação científica financiada pela Fapesp – relatório parcial) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente.

RUIZ, P. R. Estudo da cerâmica guarani do Sítio Arqueológico Aguinha. 2003, 116 f. (Iniciação científica financiada pela Fapesp – relatório final) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 60 p.

_____. Metamorfose do espaço habitado: fundamentos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

_____. O dinheiro e o território. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói: PPGEU-UFF/AGB-, Niterói, RJ. 2002. p. 9-15.

SANTOS, J. V. Projeto museu/universidade: a extroversão do conhecimento no Museu de Iepê. 2002, 75 f. (Projeto de extensão universitária financiado pelo PROEX) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente.

_____. Estudo dos materiais cerâmicos do Sítio Arqueológico Lagoa Seca II. 2003. 126 f. (Iniciação científica financiada pelo CNPq – relatório final) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente.

SANTOS, R. N. O estudo da cerâmica guarani do Sítio Arqueológico Pernilongo. 2001. 143 f. (Iniciação científica financiada pela Fapesp – relatório final) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente.

SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 103-114.

SCATAMACCHIA, M. C. M. A Tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: Fontes arqueológicas e etno-históricas. 1990, 310 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - FFCLH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O aparecimento da cerâmica como indicador de mudança do padrão de subsistência. Revista de Arqueologia, São Paulo, v. 6, p. 32-39, 1991.

SCHIAVETTO, S. N. O. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional? In: _____; FUNARI, P. P.; ORSER Jr., C. E. (Orgs.). Identities, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p. 77-90

SCHMITZ, P. I. Áreas arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, n. 1, p. 3-20, 1991,

SCIFONI, S. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. GEOUSP – Espaço e tempo: São Paulo, n. 14, p.77-88, 2003.

SILVA, F. A. As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asurini e Cestaria dos Kayapó Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. 2000, 244 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - FFLCH/USP, São Paulo.

SILVA, S. S. Observação e análise da paisagem no ensino e pesquisa na Geografia. Revista Cosmos: Presidente Prudente, n. 2 p.22-25, Fev.2004.

SOARES, A. L. R. GUARANI: organização social e arqueologia. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. 256 p.

_____. Educação Patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, identidade cultural e desenvolvimento regional. Santa Maria: [s.n.] 2001, 77 p.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L; GOMES, P. C. C. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Margareth L. Estudos de três sítios pré-coloniais na bacia do Rio Tocantins: análise arqueológica. 2003. 270 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – FFLCH/USP, São Paulo.

THOMAZ, R. C. C. Arqueologia da influência jesuítica no Baixo Paranapanema: o estudo do Sítio Taquaruçu. 1992. 57f. Qualificação-dissertação (Relatório de qualificação para Mestrado em Arqueologia) - FFLCH/USP, São Paulo.

TURRA NETO, N. Do território aos territórios. In: SOUZA, A. J.; SOUZA, E. B. C.; MAGNOMI JR., L. (orgs.). Paisagem, território e região: em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 87-101.

_____. Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina. Londrina: 2004. 284 p.

WILLEY, G. R. Cerâmica. In: RIBEIRO, D. (Ed.). Suma etnológica brasileira: Tecnologia indígena. 2.ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987.n. 2, p. 231-282.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>>. Acesso em: 11 set. 2005.

APÊNDICE

Apêndice 01: Tipos de decoração das indústrias cerâmicas Lagoa Seca II e Agüinha.

Decoração face interna e externa	Agüinha	%	Lagoa Seca II	%
Liso/liso	4515	77,20	3127	64,35
Liso/Entalhado	25	0,42	19	0,39
Liso/Ungulado	81	1,38	62	1,27
Liso/Inciso	14	0,24	27	0,55
Liso/Mamilar	3	0,05	1	0,02
Liso/Escovado	3	0,05	7	0,14
Liso/Corrugado	446	7,63	131	2,70
Liso/Ponteadado	-		10	0,20
Liso/Serrungulado	-		4	0,08
Liso/ Liso associado ao corrugado	-		6	0,12
Liso/ Entalhado associado ao corrugado	5	0,08	-	
Liso/Engobo preto	2	0,03	16	0,33
Liso/Engobo vermelho	27	0,46	26	0,53
Liso/Engobo branco	168	2,87	284	5,84
Liso/Engobo laranja	6	0,10	56	1,15
Liso/Engobo vermelho associado ao engobo branco	1	0,02	21	0,43
Liso/Engobo branco associado ao engobo laranja	1	0,02	-	
Engobo preto/Liso	-		16	0,33
Engobo preto/ Engobo preto	-		1	0,02
Engobo preto/ Engobo vermelho	-		1	0,02
Engobo preto/ Engobo preto associado ao engobo vermelho	-		1	0,02
Engobo preto/ Engobo branco	-		2	0,04
Engobo preto/sem decoração	-		1	0,02
Engobo vermelho/entalhado	1	0,02	1	0,02
Engobo vermelho/corrugado	4	0,07	2	0,04
Engobo vermelho/ungulado	2	0,04	-	
Engobo vermelho/inciso	1	0,02	2	0,04
Engobo vermelho/ liso	50	0,85	75	1,54
Engobo vermelho/ Engobo preto	-		1	0,02
Engobo vermelho/engobo vermelho	9	0,15	5	0,10
Engobo vermelho/ Engobo laranja	1	0,02	5	0,10
Engobo vermelho/ Engobo branco	4	0,07	10	0,20
Engobo vermelho/ Engobo vermelho associado ao engobo branco	-		3	0,06
Engobo vermelho/ Engobo vermelho associado ao pintado	-		2	0,04
Engobo vermelho/ Pintado	3	0,05	8	0,16
Engobo vermelho/Pintado associado ao inciso que contorna o lábio	-		5	0,10
Liso/Engobo branco associado ao inciso no contorno da garganta	-		3	0,06
Liso/Engobo vermelho associado ao pintado	-		7	0,14
Liso/ Engobo laranja associado ao inciso no contorno da garganta	-		2	0,04
Liso/Pintado	143	2,44	192	3,95
Liso/Pintado associado ao inciso	-		5	0,10
Liso/Corrugado associado ao unguidado	4	0,07	6	0,12
Liso/Serrungulado associado ao unguidado	-		3	0,06
Liso/Inciso associado ao unguidado	1	0,02	1	0,02
Inciso/Pintado	-		1	0,02

Liso/Não identificado	37	0,63	35	0,72
Engobo branco/liso	64	1,09	155	3,19
Engobo branco/inciso	-		4	0,08
Engobo branco/entalhado	1	0,02	-	
Engobo branco/corrugado	2	0,04	4	0,08
Engobo branco/engobo vermelho	-		3	0,06
Engobo branco/ Engobo branco	4	0,07	3	0,06
Engobo branco/ Engobo laranja	1	0,02	5	0,10
Engobo branco/Pintado	3	0,05	8	0,16
Engobo branco/Liso associado ao ungulado	-		1	0,02
Engobo branco/não identificado	1	0,02	-	
Engobo preto associado ao engobo branco/Liso	-		1	0,02
Engobo vermelho associado ao branco/liso	1	0,02	2	0,04
Engobo vermelho associado ao branco/inciso	-		2	0,04
Engobo vermelho associado ao branco/Engobo vermelho	-		1	0,02
Engobo laranja/liso	16	0,27	227	4,67
Engobo laranja/entalhado	-		3	0,06
Engobo laranja/ungulado	-		6	0,12
Engobo laranja/inciso	-		5	0,10
Engobo laranja/corrugado	1	0,02	48	0,99
Engobo laranja/ Engobo preto	-		2	0,04
Engobo laranja/ Engobo vermelho	-		10	0,20
Engobo laranja/ Engobo branco	1	0,02	9	0,18
Engobo laranja/ Engobo vermelho associado ao engobo branco	-		1	0,02
Engobo laranja/ Engobo laranja	-		32	0,66
Engobo laranja/Pintado	-		12	0,25
Engobo laranja/Serrungulado	-		1	0,02
Engobo laranja/ Pintado associado à incisão que contorna o lábio	-		2	0,04
Engobo laranja/ Engobo vermelho associado ao pintado	-		1	0,02
Engobo laranja/ não identificado	-		1	0,02
Pintado/Liso	38	0,65	77	1,58
Pintado/inciso	4	0,07	8	0,16
Pintado/corrugado	-		1	0,02
Pintado/engobo preto	-		2	0,04
Pintado/engobo vermelho	-		3	0,06
Pintado/engobo branco	1	0,02	1	0,02
Pintado/ engobo laranja	-		4	0,08
Pintado/Pintado	1	0,02	4	0,08
Pintado/ Pintado associado à incisão que contorna o lábio	-		2	0,04
Pintado/Não identificado	1	0,02	-	
Acanelado/liso			1	0,02
Não identificado/liso	119	2,03	4	0,08
Não identificado/engobo vermelho associado ao branco	-		1	0,02
Não identificado/Engobo vermelho	3	0,05	-	
Não identificado/engobo branco	13	0,22	-	
Não identificado/Pintado	6	0,10	-	
Não identificado/ Não identificado	9	0,15	8	0,16
Não identificado/Corrugado	1	0,02	-	
Não identificado /serrungulado	-		1	0,02
TOTAL	5.848	100,00	4.859	100,00

Fonte: Santos (2003); Ruiz (2003) e Reis (2003).

ANEXOS

ANEXO A: PORTARIA N° 230

De 17 de dezembro de 2002

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o que dispõe os artigos 20, 23, 215 e 216 da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacional;

Considerando o disposto na Portaria SPHAN nº 07, de 1º de dezembro de 1988, que trata do ato (Portaria) de outorga (autorização/permissão) para executar determinado projeto que afete direto ou indiretamente sítio arqueológico;

Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais em urgência com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, e

Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, faz saber que são necessários os procedimentos abaixo para obtenção das licenças ambientais em urgência ou não, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país, resolve:

Fase de obtenção de licença prévia (EIA/RIMA)

Artº 1 - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

Artº 2 - No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência direta. Este levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície.

I - O resultado final esperado é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, sob a rubrica Diagnóstico.

Artº 3 - A avaliação dos impactos do empreendimento do patrimônio arqueológico regional será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras.

Artº 4 - A partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de

licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

Fase de obtenção de licença de instalação (LI)

Artº 5 - Nesta fase, dever-se-á implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, o qual deverão prever prospecções intensivas (aprimorando a fase anterior de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infra-estrutura.

§ 1º - Os objetivos, nesta fase, são estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico proposto pelo EIA, o qual deverá ser implantado na próxima fase.

§ 2º - O resultado final esperado é um Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros, e a metodologia a ser empregada nos estudos.

Fase de obtenção da licença de operação

Artº 6 - Nesta fase, que corresponde ao período de implantação do empreendimento, quando ocorrem as obras de engenharia, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase anterior.

§ 1º - É nesta fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

§ 2º - O resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

§ 7º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

§ 8º - No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO CÉZAR DE HOLLANDA CAVALCANTI

(Publicado no D.O.U. Nº 244 de 18 de dezembro de 2002)

ANEXO B - PORTARIA N° 28

De 31 de janeiro 2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o que dispõe os artigos 20,23,215 e 216 da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacional;

Considerando o disposto na Portaria SPHAN nº 07, de 1º de dezembro de 1988, que trata do ato (Portaria) de outorga (autorização/permissão) para executar determinado projeto que afete direto ou indiretamente sítio arqueológico;

Considerando as enormes perdas da base finita do Patrimônio Cultural Arqueológico ocorrida com a implantação de Usina Hidrelétricas no Brasil;

Considerando que apenas recentemente os referidos empreendimentos estão sendo objeto de estudos de impacto ambiental, e mais recentemente ainda estão a incorporar a variável destinada à proteção do Patrimônio Cultural Arqueológico;

Considerando a necessidade de reparar, minimizar e mitigar os impactos negativos potencialmente causados pela implantação dos referidos empreendimentos;

Considerando a necessidade imperativa de renovação das licenças ambientais de operação por parte do IBAMA e/ou das Agências Ambientais Estaduais, dos referidos empreendimentos;

Considerando ser o licenciamento ambiental um ato administrativo complexo que envolve outras instâncias governamentais, em especial o IPHAN, nas questões relativas ao Patrimônio Cultural da Nação;

Considerando ainda que todos os reservatórios de Usinas Hidrelétricas que não foram objeto de levantamento arqueológico prévio, diagnóstico, resgate e salvamento devem conter na sua faixa de depleção importante legado arqueológico ainda passível de identificação, documentação e resgate; (grifo meu)

Considerando que as faixas de depleção podem ser objeto de estudos arqueológicos visando suprir esta lacuna legal;

Considerando que com exceção dos reservatórios a fio d'água todos os outros oferecem ainda significativas oportunidades de se promover à pesquisa arqueológica.

O Diretor do Departamento de Proteção no uso de suas atribuições resolve,

Artº 1 - Que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos de qualquer tamanho ou dimensão dentro do território nacional deverão doravante na solicitação da renovação da licença ambiental de operação prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.

Artº 2 - Os estudos arqueológicos serão exigidos na faixa de depleção ao menos entre os níveis médio e máximo de enchimento dos reservatórios.

Artº 3 - Os projetos formulados para os estudos arqueológicos na faixa de depleção dos reservatórios devem estar formatados em conformidade com a Lei Federal 3924/61 e das Portarias; SPHAN 07/88 e IPHAN 230/2003.

Artº 4 - A critério do IPHAN que notificará o IBAMA e/ou as Agências Ambientais, o IPHAN poderá opinar favoravelmente à concessão da renovação da licença de operação do empreendimento, desde que o projeto de estudos arqueológicos tenha sido aprovado pelo IPHAN com garantias da execução.

Artº 5 - O cronograma dos trabalhos arqueológicos deverão estar compatibilizados com período de esvaziamento do reservatório entre os níveis médio e máximo.

Artº 6 - Os reservatórios a fio d'água para efeitos desta Portaria serão excluídos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO CÉZAR DE HOLLANDA CAVALCANTI

(Publicado no D.O.U. Nº 24 de 3 de fevereiro de 2003)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)